



JORNAL da REPÚBLICA

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR - LESTE

§ 5.50

SUPLEMENTO

SUMÁRIO

GOVERNO:

Resolução do Governo N.º 132 /2021 de 9 de Dezembro

Aprova a Estratégia Nacional para a Proteção Social 2021-2030 1

RESOLUÇÃO DO GOVERNO 132/2021

de 9 de Dezembro

APROVA A ESTRATÉGIA NACIONAL PARA A PROTEÇÃO SOCIAL 2021-2030

A Constituição da República estabelece nos seus artigos 56.º, 57.º e 59.º que todos os cidadãos têm direito à segurança e assistência social, saúde e educação sem qualquer discriminação, assim como nos artigos 17.º, 18.º, 19.º, 20.º e 21.º consagra a igualdade de género e prevê a proteção da criança, dos jovens, idosos e das pessoas portadoras de deficiência.

Timor-Leste ratificou, através da Resolução do Parlamento Nacional n.º 8 /2003, de 17 de setembro, o Pacto dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais que consagra igualmente os direitos à segurança social, saúde, educação e um nível de vida adequado.

Efetivamente, Timor-Leste tem vindo, ao longo dos seus 20 anos de existência, a promover a implementação progressiva destes direitos que compõem o conceito mais amplo de proteção social.

Assim, nos anos que se seguiram à independência, a atuação governamental na área da proteção social centrou-se na reinstalação das pessoas deslocadas durante o conflito de 1999 e no apoio às necessidades mais essenciais e imediatas, utilizando principalmente benefícios em espécie, como a distribuição de alimentos e o apoio às instituições de solidariedade social. A partir de 2002, foram estabelecidos sistemas universais e gratuitos de saúde e educação.

Após a crise de 2006/2007, o governo procurou responder às reivindicações que levaram ao conflito, providenciando benefícios à população com o objetivo de promover a paz e a coesão social.

Desde aí, o país tem dado passos significativos na expansão da proteção social e na promoção da melhoria das condições de

vida da sua população, tendo vindo a desenvolver um conjunto de programas e medidas para dar resposta às necessidades de proteção que foram surgindo ao longo do tempo.

O investimento ao longo dos anos numa rede de segurança não contributiva e, mais recentemente, a aprovação da Lei do Regime Contributivo de Segurança Social, e respetiva regulamentação, demonstram o compromisso no sentido de criar um sistema de proteção social integrado para Timor-Leste.

Porém, existem ainda diversos desafios, sobretudo em termos de cobertura dos programas de proteção social, da adequação dos benefícios e do foco dos investimentos, bem como no que respeita ao desenho, à administração, implementação, coordenação e monitorização dos programas. Apesar de existirem compromissos claros para com a proteção social, os programas de proteção social ainda não operam de forma integrada e eficiente, refletindo-se nos progressos alcançados.

Há ainda um caminho a percorrer para alcançar os objetivos estratégicos e as metas estabelecidas no Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030 (PED) e nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), os quais propõem “implementar, a nível nacional, medidas e sistemas de proteção social adequados, para todos, incluindo Pisos de Proteção Social, e até 2030 atingir a cobertura substancial dos pobres e vulneráveis”.

Neste contexto, e no sentido de promover os direitos garantidos na Constituição e os compromissos internacionais assumidos por Timor-Leste, vem agora o Governo aprovar a Estratégia Nacional para a Proteção Social de Timor-Leste 2021-2030 (ENPS 2021-2030).

A Estratégia foi elaborada pelo Ministério da Solidariedade Social e Inclusão, com coordenação técnica da OIT e de modo participativo, num processo de audição que envolveu vários ministérios e organismos do Estado, parceiros sociais, sociedade civil e parceiros do desenvolvimento desde 2016. Contou ainda com o apoio técnico de outros especialistas nacionais e internacionais.

Pretende-se com a aprovação desta estratégia, promover a evolução integrada do sistema de proteção social, com vista a ampliar a sua cobertura, proporcionar benefícios adequados e maximizar o impacto na redução da pobreza e da vulnerabilidade. Desta forma, pretende-se consolidar os direitos à segurança social e à assistência social, bem como o acesso de forma inclusiva aos serviços sociais, à educação e à saúde, em linha com a Recomendação da OIT n.º 202 de 2012, relativa aos Pisos de Proteção Social.

A ENPS é o primeiro documento estratégico desta índole desenvolvido no país. A estratégia toma em consideração as condições de vida da população, os programas e o enquadramento da proteção social, assim como os compromissos e responsabilidades assumidos pelo Estado.

A ENPS estabelece como objetivos estratégicos, a redução da pobreza, a melhoria e expansão da segurança social para os trabalhadores e, o desenvolvimento institucional. Estes objetivos são desagregados em sub-objetivos, considerados como áreas de intervenção prioritária.

Para alcançar os objetivos estratégicos definidos, são identificadas atividades prioritárias, consideradas essenciais para materializar a visão da proteção social em Timor-Leste. A ENPS 2021-2030 deverá ser complementada com Planos de Implementação Anual que devem especificar as atividades prioritárias e os custos associados com o objetivo de assegurar a implementação eficiente e eficaz desta estratégia.

A ENPS 2021-2030 apresenta uma estimativa do número de beneficiários e o impacto financeiro das medidas previstas, bem como prevê um processo de monitorização e avaliação regular da implementação da estratégia.

Assim, o Governo resolve, no cumprimento dos artigos 56.º, 57.º e 59.º, e nos termos das alíneas b), j) e o) do n.º 1 do artigo 115.º e da alínea a) do artigo 116.º da Constituição da República, o seguinte:

1. Aprovar a Estratégia Nacional para a Proteção Social 2021-2030, constante do anexo, em ambas as línguas oficiais à presente resolução e da qual faz parte integrante.
2. Determinar que a presente resolução produz efeitos no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovada em Conselho de Ministros em 11 de novembro de 2021.

Publique-se.

O Primeiro-Ministro,

Taur Matan Ruak

República Democrática de Timor-Leste



Estratégia Nacional para a Proteção Social 2021-2030

Novembro de 2021

República Demokrátika Timór-Leste



Estratéjia Nasionál ba Protesaun Sosiál 2021-2030

Novembru 2021

Índice

| | |
|---|--|
| Abreviaturas e Acrónimos | |
| Sumário Executivo | |
| Capítulo 1: Introdução..... | |
| Capítulo 2: Panorama Atual da Proteção Social em Timor-Leste..... | |
| 2.1 Contexto Socioeconómico | |
| 2.2 Papel da Proteção Social | |
| 2.3 Enquadramento da Proteção Social | |
| 2.4 Programas Atuais de Proteção Social..... | |
| 2.5 Principais resultados | |
| Capítulo 3: Estratégia Nacional para a Proteção Social 2021-2030 | |
| 3.1 Introdução..... | |
| 3.2 A Visão para 2030..... | |
| 3.3 Objetivos..... | |
| Objetivo 1: Reduzir a Pobreza..... | |
| Objetivo 2: Melhorar e Expandir a Segurança Social para os Trabalhadores | |
| Objetivo 3: Desenvolvimento Institucional | |
| Capítulo 4: Implementação da ENPS | |
| 4.1 Estrutura de Governação | |
| 4.2 Estratégia de Implementação..... | |
| 4.3 Monitorização e Avaliação | |
| 4.4. Mobilização de recursos e sustentabilidade financeira..... | |
| Capítulo 5: Impacto da Implementação da ENPS nos custos e no número de beneficiários | |
| 5.1 Projeções Económicas | |
| 5.2 Projeção dos custos e do número de beneficiários face a alterações nos programas existentes | |
| 5.2.1 Programa Bolsa da Mãe..... | |
| 5.2.2 Programa Merenda Escolar | |
| 5.2.3 SAI | |
| 5.3 Projeção dos custos e do número de beneficiários face à introdução de novas provisões..... | |
| 5.3.1 Provisões para crianças portadoras de deficiência..... | |
| 5.3.2 Prestações para cuidados materno-infantis. | |
| 5.4 Projeção dos custos e do número de beneficiários face à implementação total da ENPS | |
| Anexo I: Lista de Atividades Prioritárias da ENPS | |

Índice

| | |
|---|--|
| Abreviatura no Akrónimu | |
| Lia Maklokek | |
| Sumáriu Ezekutivu | |
| Kapítulu 1: Introdusaun | |
| Kapítulu 2: Panorama Atual Protosaun Sosiál iha Timór-Leste | |
| 2.1 Kontestu Sosioekonómiku | |
| 2.2 Protosaun Sosiál nia Knaar | |
| 2.3 Protosaun Sosiál nia Enkuadramentu | |
| 2.4 Protosaun Sosiál nia Programa Atual | |
| 2.5 Rezultadu Prinsipál | |
| Kapítulu 3: Estratéjia Nasionál ba Protosaun Sosiál tinan 2021-2030 | |
| 3.1 Introdusaun | |
| 3.2 Vizaun ba tinan 2030 | |
| 3.3 Objetivu sira | |
| Objetivu 1: Hamenus Kiak | |
| Objetivu 2: Hadia no Habelar Seguransa Sosiál ba Trabalhador sira | |
| Objetivu 3: Dezenvolvimentu Institusionál | |
| Kapítulu 4: ENPS nia Implementasaun | |
| 4.1 Estrutura Governasaun nian | |
| 4.2 Estratéjia Implementasaun nian | |
| 4.3 Monitorizasaun no Avaliasaun | |
| 4.4 Mobilizasaun rekursus no sustentabilidade finansciu | |
| Kapítulu 5: Impaktu husi Implementasaun ENPS nian ba kustu sira no ba número benefisiáriu | |
| 5.1 Projesaun Ekonómika sira | |
| 5.2 Projesaun kona-ba kustusira no número benefisiáriu bainhira ita konsidera alterasaun ba programa sira ne'ebé eziste ona | |
| 5.2.1 Programa Bolsa da Mãe | |
| 5.2.2 Programa Merenda Eskolar | |
| 5.2.3 SAII | |
| 5.3 Projesaun kona-ba kustu no número benefisiáriu sira haree ba introdusaun husi provizaun foun | |
| 5.3.1 Provizaun ba labarik sira ho defisiénsia | |
| 5.3.2 Prestasaun ba kuidadu materno-infantil | |
| 5.4 Projesaun kona-ba kustu no número benefisiáriu sira haree ba ENPS nia implementasaun total | |
| Aneksu I: Lista kona-ba Atividade Prioritária ENPS nian | |

Índice de Tabelas

| |
|--|
| Tabela 1: Programas de Proteção Social em Timor-Leste |
| Tabela 2: Atividades Prioritárias para Expandir o Apoio aos Grupos Vulneráveis |
| Tabela 3: Atividades Prioritárias para Melhorar o Sistema de Transferências Sociais |
| Tabela 4: Atividades Prioritárias para Aumentar o Apoio à Nutrição..... |
| Tabela 5: Atividades Prioritárias para Facilitar o Acesso à Saúde e à Educação |
| Tabela 6: Atividades Prioritárias para Fortalecer a Resposta a Desastres |
| Tabela 7: Atividades Prioritárias para o Desenvolvimento do Sistema de Segurança Social Contributivo ... |
| Tabela 8: Atividades Prioritárias para o Desenvolvimento do Instituto Nacional de Segurança Social (INSS) |
| Tabela 9: Atividades Prioritárias para a Coordenação e Integração de Programas |
| Tabela 10: Atividades Prioritárias para o Desenvolvimento dos Recursos Humanos |
| Tabela 11: Atividades Prioritárias para Estabelecer um Sistema de M&A |
| Tabela 12: Atividades Prioritárias para Fortalecer as Bases Legais da Proteção Social..... |
| Tabela 13: Atividades Prioritárias para o Melhoramento do Financiamento e Planeamento Orçamental..... |
| Tabela 14: Indicadores de M&A..... |
| Tabela 15: Projeções Económicas (2021-30)..... |
| Tabela 16: Estimativas e projeções dos custos e do número de beneficiários decorrentes das reformas do programa Bolsa da Mãe (2021-30)..... |
| Tabela 17: Estimativas e projeções dos custos e do número de beneficiários decorrentes das reformas do programa Merenda Escolar (2021-30) |
| Tabela 18: Estimativas e projeções dos custos e do número de beneficiários decorrentes das reformas do programa SAII (2021-30)..... |
| Tabela 19: Estimativas e projeções dos custos e do número de beneficiários decorrentes do aumento da prestação do programa Bolsa da Mãe para crianças portadoras de deficiência (2021-30)..... |
| Tabela 20: Estimativas e projeções dos custos e do número de beneficiários decorrentes da introdução de incentivos para cuidados materno-infantis (2021-30)..... |
| Tabela 21: Estimativas e projeções dos custos e do número de beneficiários decorrentes da implementação total da ENPS (2021-30)..... |
| Tabela 22: Lista Completa de Atividades Prioritárias da ENPS |

Índice de Figuras

| |
|--|
| Figura 1: Riscos socioeconómicos ao longo da vida..... |
| Figura 2: Cobertura efetiva dos programas de proteção social em Timor-Leste |
| Figura 3: Adequação do SAII e Programa Bolsa da Mãe..... |
| Figura 4: Evolução do Orçamento Geral do Estado, itens selecionados, em milhões de USD, 2010-2021 |
| Figura 5: Orçamento Geral do Estado, itens selecionados, em percentagem do total nacional (%) 2010-2021 |
| Figura 6: Orçamento Geral do Estado, itens selecionados, em percentagem do PIB não petrolífero (%), 2010-2021..... |
| Figura 7: Estrutura de Governação da ENPS |
| Figura 8: Estratégia de Implementação da ENPS..... |
| Figura 9: Custos Estimados das Reformas (por programa) e o <i>Status Quo</i> em % do PIB não petrolífero, 2021-2030..... |

Índice Tabela

| | |
|---|--|
| Tabela 1: Programa Protesaun Sosiál sira iha Timór-Leste | |
| Tabela 2: Atividade Prioritáriu hodi Habelar Apoiu ba Grupu Vulnerável sira | |
| Tabela 3: Atividade Prioritáriu hodi Hadia Sistema Transferénsia Sosiál..... | |
| Tabela 4: Atividade Prioritária hodi Aumenta Apoiu ba Nutrisaun | |
| Tabela 5: Atividade Prioritária hodi Fasilita Asesu ba Saúde no Edukasaun | |
| Tabela 6: Atividade Prioritária hodi Haforsa Resposta ba Dezastre..... | |
| Tabela 7: Atividade Prioritária ba Dezenvolvimentu Sistema Seguransa Sosiál Kontributivu..... | |
| Tabela 8: Atividade Prioritária ba Dezenvolvimentu Institutu Nasionál Seguransa Sosiál (INSS)..... | |
| Tabela 9: Atividade Prioritária ba Kordenasaun no Integrasaun Programa sira..... | |
| Tabela 10: Atividade Prioritária ba Dezenvolvimentu Rekursus Umanus | |
| Tabela 11: Atividade Prioritária hodi Estabelese Sistema M&A ida | |
| Tabela 12: Atividade Prioritária hodi Haforsa Baze Legál Protesaun Sosiál nian | |
| Tabela 13: Atividade Prioritária hodi Hadia Finansiamentu no Planeamentu Orsamental | |
| Tabela 14: Indikadór M&A sira-nian..... | |
| Tabela 15: Projesaun Ekonómika (2021-30)..... | |
| Tabela 16: Estimativa no projesaun kona-ba kustu no número benefisiáriu sira husi reforma ba programa Bolsa da Mãe (2021-30)..... | |
| Tabela 17: Estimativa no projesaun kona-ba kustu no número benefisiáriu sira ba reforma programa Merenda Eskolar nian (2021-30) | |
| Tabela 18: Estimativa no projesaun kona-ba kustu no número benefisiáriu sira husi programa SAII nia reforma (2021-30)..... | |
| Tabela 19: Estimativa no projesaun kona-ba kustu no número benefisiáriu husi aumentu prestasaun programa Bolsa da Mãe ba labarik sira ho defisiénsia (2021-30)..... | |
| Tabela 20: Estimativa no projesaun kona-ba kustu no número benefisiáriu sira husi introdusaun insentivu ba kuidaду materno-infantil (2021-30)..... | |
| Tabela 21: Estimativa no projesaun kona-ba kustu no número benefisiáriu sira husi implementasaun total ENPS nian (2021-30)..... | |
| Tabela 22: Lista Kompletu kona-ba Atividade Prioritária ENPS nian..... | |

Índice de Imajens

| | |
|--|--|
| Imajen 1: Risku sosioekonómiku durante moris tomak..... | |
| Imajen 2: Kobertura efetivu kona-ba programa Protesaun Sosiál sira-nian iha Timór-Leste..... | |
| Imajen 3: SAII no Programa Bolsa da Mãe nia Adekuasaun | |
| Imajen 4: Orsamentu Jerál Estadu nia Evolusaun, item selesionadu, ho millaunUSD , tinan 2010-2021 | |
| Imajen 5: Orsamentu Jerál Estadu, item selesionadu, tuir persentajen total Nasionál (%), tinan 2010-2021 .. | |
| Imajen 6: Orsamentu Jerál Estadu, item selesionadu, ho persentajen PIB naun petrolíferu (%), ba tinan 2010-2021..... | |
| Imajen 7: Estrutura Governasaun ENPS nian | |
| Imajen 8: Estratéjia Implementasaun ENPS nian..... | |
| Imajen 9: Kustu Estimadu ba Reforma (tuir programa) no <i>Status Quo</i> ho % PIB naun petrolíferu, tinan 2021-2030..... | |

Abreviaturas e Acrónimos

| | |
|--------|--|
| CPLP | Comunidade de Países de Língua Portuguesa |
| DNBA | Diálogo Nacional Baseado num processo de Avaliação |
| DNGRD | Direção Nacional de Gestão de Riscos de Desastres Naturais |
| ENPS | Estratégia Nacional de Proteção Social |
| FDCH | Fundo de Desenvolvimento de Capital Humano |
| GPM | Gabinete do Primeiro-Ministro |
| ICH | Índice de Capital Humano |
| INSS | Instituto Nacional de Segurança Social |
| M&A | Monitorização e Avaliação |
| MACLN | Ministério para os Assuntos dos Combatentes de Libertação Nacional |
| MAE | Ministério da Administração Estatal |
| MdE | Ministério da Educação |
| MdI | Ministério do Interior |
| MdJ | Ministério da Justiça |
| MdOP | Ministério das Obras Públicas |
| MdS | Ministério da Saúde |
| MSSI | Ministério da Solidariedade Social e Inclusão |
| ODS | Objetivos de Desenvolvimento Sustentável |
| OIT | Organização Internacional do Trabalho |
| ONU | Organização das Nações Unidas |
| PED | Plano Estratégico de Desenvolvimento Nacional 2011-2030 |
| PIB | Produto Interno Bruto |
| PPS | Pisos de Proteção Social |
| RAEOA | Região Administrativa Especial de Oe-cusse Ambeno |
| R4D | Roads for Development |
| RDTL | República Democrática de Timor-Leste |
| SAII | Subsídio de Apoio para Idosos e Inválidos |
| SEFOPE | Secretaria de Estado da Formação Profissional e Emprego |
| SISCA | Serviço Integrado de Saúde |

Abreviatura no Akrónimu

| | |
|--------|---|
| CPLP | Komunidade Nasaun Dalen Portugés |
| DNBA | Diálogu Nasionál ne'ebé Bazeia ba prosesu Avaliasaun |
| DNGRD | Diresaun Nasionál Jestaun Risku Dezastre Naturál |
| ENPS | Estratéjia Nasionál Protesaun Sosiál |
| FDCH | Fundu Dezenvolvimentu Kapital Umanu |
| GPM | Gabinete Primeiru-Ministru |
| ICH | Índise Kapital Umanu |
| INSS | Institutu Nasionál Seguransa Sosiál |
| M&A | Monitorizasaun no Avaliasaun |
| MACLN | Ministériu ba Asuntu Kombatente sira Libertasaun Nasionál |
| MAE | Ministériu Administrasaun Estatál |
| ME | Ministériu Edukasaun |
| MI | Ministériu Interior |
| MJ | Ministériu Justisa |
| MOP | Ministériu Obras Públikas |
| MS | Ministériu Saúde |
| MSSI | Ministériu Solidariedade Sosiál no Inkluzoan |
| ODS | Objetivus Dezenvolvimentu Sustentável |
| OIT | Organizasaun Internasionál Traballu nian |
| ONU | Organizasaun Nasoins Unidas |
| PED | Planu Estratéjiku Dezenvolvimentu Nasionál ba tinan 2011-2030 |
| PIB | Produutu Internu Brutu |
| PPS | Pizu Protesaun Sosiál |
| RAEOA | Rejiaun Administrativa Espesiál Oekuse Ambenu |
| R4D | Roads for Development |
| RDTL | Repúblika Demokrátika Timór-Leste |
| SAII | Subsídium Apoiu ba Ferik-Katuas no Inválidu |
| SEFOPE | Sekretaria Estadu Formasaun Profisionál no Empregu |
| SISCA | Servisu Integradu Saúde nian |

Sumário Executivo

A Estratégia Nacional para a Proteção Social 2021-2030 materializa o Programa Quinquenal do VIII Governo Constitucional 2018-2023, através de intervenções que contribuem para a redução da pobreza e da vulnerabilidade, assegurando que os resultados do crescimento económico beneficiam todos os cidadãos e concorrem para um desenvolvimento social inclusivo e sustentável.

A Estratégia tem por base as metas definidas no Plano Estratégico de Desenvolvimento de Timor-Leste para 2011-2030 e nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável aprovados pelas Nações Unidas que propõem “implementar, a nível nacional, medidas e sistemas de proteção social adequados, para todos, incluindo pisos, e até 2030 atingir uma cobertura substancial dos mais pobres e vulneráveis”. A Estratégia enquadra-se também no Plano Estratégico do Ministério da Solidariedade Social e Inclusão recentemente aprovado para os próximos cinco anos, de 2021 a 2025.

Esta Estratégia visa dar continuidade aos esforços levados a cabo desde a independência de Timor-Leste que procuraram promover os direitos à segurança e à assistência social desde 2002 com a consagração dos mesmos na Constituição. Por sua vez, o reforço do sistema de proteção social, de forma eficaz e eficiente, permitirá aumentar a proteção contra os diversos riscos e vulnerabilidades ao longo da vida, incluindo o que resulta de situações de emergência, assegurando que as pessoas ultrapassem a situação de vulnerabilidade com uma perspetiva de longo prazo e de forma sustentável.

A Estratégia Nacional para a Proteção Social 2021-2030 foi preparada tendo por base o perfil de risco de pobreza e vulnerabilidade do país, o contexto socioeconómico, o enquadramento da proteção social, os programas de proteção social existentes e os principais resultados. Neste sentido, a Estratégia apresenta três objetivos:

Objetivo 1. Reduzir a pobreza

Objetivo 2. Melhorar e expandir a segurança social para os trabalhadores

Objetivo 3. Desenvolvimento institucional

Cada um destes objetivos apresenta áreas de intervenção prioritária, as quais incluem atividades que concorrem para a concretização de cada prioridade.

A Estratégia prevê a criação de um Conselho Nacional de Proteção Social (CNPS) e um Secretariado Executivo de Proteção Social (SEPS) para reforçar a coordenação intersetorial e assegurar a implementação e a monitorização da Estratégia até 2030.

Capítulo 1: Introdução

A Estratégia Nacional para a Proteção Social (ENPS) 2021-2030 reitera o compromisso do Governo de Timor-Leste no sentido de prosseguir com o desenvolvimento da proteção social através da expansão do setor, assegurando os direitos e as garantias fundamentais de todos os cidadãos. Desde a restauração da independência, os sucessivos Governos de Timor-Leste têm desenvolvido um conjunto de programas de proteção social com o objetivo de apoiar os indivíduos e as famílias mais vulneráveis, cumprindo com a Constituição da República de Timor-Leste.

A Constituição da República estabelece nos seus artigos 56.º, 57.º e 59.º que todos os cidadãos têm direito à segurança e assistência social, saúde e educação sem qualquer discriminação, assim como nos artigos 17.º, 18.º, 19.º, 20.º e 21.º consagra a igualdade de género¹ e prevê a proteção da criança, dos jovens, idosos e das pessoas portadoras de deficiência.

Timor-Leste tem dado passos significativos na construção da cidadania, associando deveres aos direitos sociais, e protegendo os grupos vulneráveis e os que vivem em situações de pobreza, bem como todos aqueles que trabalham e contribuem para o desenvolvimento nacional. O investimento ao longo dos anos numa rede de segurança não contributiva e, mais recentemente, a aprovação da Lei do Regime Contributivo de Segurança Social, e respetiva regulamentação, demonstram o compromisso no sentido de criar um sistema de proteção social alargado e integrado para Timor-Leste.

No entanto, há ainda um longo caminho a percorrer para alcançar os objetivos estratégicos e as metas estabelecidas no Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED) e nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), os quais propõem “implementar, a nível nacional, medidas e sistemas de proteção social adequados, para todos, incluindo Pisos de Proteção Social, e até 2030 atingir a cobertura substancial dos pobres e vulneráveis”. Em abril de 2015, no quadro da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), o governo de Timor-Leste conjuntamente com outros países membros reafirmou o compromisso de desenhar uma estratégia de redução de pobreza e um plano nacional de desenvolvimento até 2017.

Sumáriu Ezekutivu

Estratéjia Nasionál ba Protesaun Sosiál 2021-2030 materializa Programa ba Tinan Lima husi VIII Governu Konstitusionál 2018-2023, liuhusi intervensaun ne'ebé kontribui hodi hamenus kiak no vulnerabilidade, hodi asegura katak rezultadu husi kreximentu ekonómiku fô benefísiu ba sidadaun hotu-hotu no hodi kontribui ba dezvoltimentu sosiál inkluzivu no sustentável.

Estratéjia bazeia ba meta sira, ne'ebé define ona iha Planu Estratéjiku Dezenvolvimentu Timór-Leste nian ba 2011-2030, no Objétivu Dezenvolvimentu Sustentável, ne'ebé Nasoins Unidas aprova ona, ne'ebé propoin "implementa, iha nível Nasionál, medida no sistema proteasaun sosiál adekuaadu, ba ema hotu, inklui pizu no, to'o iha tinan 2030, atinji kobertura substansiál ba ema kiak no vulnerável liu". Estratéjia tama mós iha kadru Planu Estratéjiku Ministériu Solidariedade Sosiál no Inkluziun nian, ne'ebé foin aprova daudaun, ba tinan lima oin mai, husi tinan 2021 to'o tinan 2025.

Estratéjia ida-ne'e hakarak fô kontinuidade ba esforsu, hahú kedas iha independénsia Timór-Leste nian, ne'ebé buka promove direitu sira ba seguransa no asisténsia sosiál desde tinan 2002 lihsusi konsagrasaun direitu hirak-ne'e iha Konstituisaun. Ne'e duni, reforsu husi sistema proteasaun sosiál nian, ho maneira efikás no eficiente, sei permite aumenta proteasaun hodi hasoru risku no vulnerabilidade oioin durante moris tomak, inklui saida de'it ne'ebé bele mosu husi situasaun emerjénsia, no asegura katak ema bele hakaat liu situasaun vulnerabilidade ho perspetiva ba tempu naruk no ho maneira ne'ebé sustentável.

Estratéjia Nasionál ba Protesaun Sosiál 2021-2030 prepara tiha bazeia ba perfil kona-ba risku kiak no vulnerabilidade nasaun nian, ba kontestu sosioekonómiku, ba enkuadramentu proteasaun sosiál nian, ba programa proteasaun sosiál sira ne'ebé eziste ona no ba rezultadu prinsipál. Hanesan ne'e, Estratéjia apresenta objetivu 3 tuirmai:

Objetivu 1. Hamenus Kiak

Objetivu 2. Hadia no habelar seguransa sosiál ba traballadór sira

Objetivu 3. Dezenvolvimentu institusionál

Objetivu idaidak-ne'e apresenta área intervensaun prioritária, inklui atividade ne'ebé kontribui atu konkretiza prioridade idaidak. Estratéjia ne'e prevee harii Konsellu Nasionál Protesaun Sosiál (KNPS) no Sekretariadu Ezekutivu Protesaun Sosiál (SEPS) hodi haforsa kordenasaun intersektoriál, asegura implementasaun no monitorizasaun ba rezultadu Estratéjia nian to'o iha tinan 2030.

Kapítulu 1: Introdusaun

Estratéjia Nasionál ba Protesaun Sosiál (ENPS) 2021-2030 hatudu nafatin Govenu Timór-Leste nia kompromisu atu kontinua dezvoltolve proteasaun sosiál liuhusi habelar setór ne'e, no asegura direitu no garantia fundamental ba sidadaun sira iha Timór-Leste. Hahú kedas iha restaurasaun independénsia, Governu Timór-Leste nian hotu-hotu hahú dezvoltolve ona programa proteasaun sosiál lubuk ida ho objetivu atu fô apoiu ba individuu no ba família sira ne'ebé vulnerável liu, no hanesan ne'e bele kumpre Konstituisaun Repúblika Timór-Leste nian.

Konstituisaun, iha nia artigu 56.º, 57.º no 59.º, estabelese katak sidadaun hotu-hotu iha direitu ba seguransa no ba asisténsia sosiál, saúde no edukasaun laho diskriminasaun, hanesan mós iha artigu 17.º, 18.º, 19.º, 20.º no 21.º determina igualdade jéneru¹, proteasaun ba labarik, foin-sa'e, ferik-katuas no ema ho defisiénsia.

Timór-Leste hakaat tiha ona pasu signifikativu balun hodi harii sidadania, liuhusi asosiasaun entre dever no direitu sosiál sira, no liuhusi fô proteasaun ba grupu vulnerável no ba ema sira-ne'ebé mak moris iha situasaun mukit, nomós ba sira hotu ne'ebé halo servisu no kontribui ba dezvoltimentu nasional. Tinan ba tinan, investimentu ne'ebé halo iha rede seguransa naun-kontributiva no, ikusmai, aprovasaun husi Lei Rejime Jerál Seguransa Sosiál Kontributiva, no ninia regulamentasaun rasik, hatudu kompromisu hodi harii sistema proteasaun sosiál luan no integradu ba Timór-Leste.

Maibé, dalan sei naruk hodi alkansa objetivu estratéjiku no meta sira ne'ebé estabelese tiha ona iha Planu Estratéjiku Dezenvolvimentu nian (PED) no iha Objétivu Dezenvolvimentu Sustentável (ODS), ne'ebé propoin "implementa, iha nível Nasionál, medida no sistema Proteasaun Sosiál adekuaadu, ba ema hotu, inklui Pizu Proteasaun Sosiál sira, no atinji kobertura substansiál ba ema kiak no vulnerável liu to'o iha tinan 2030". Iha fulan Abril tinan 2015, iha kadru Komunidade Nasaun Dalen Portugés (CPLP), Governu Timór-Leste, hamutuk ho nasaun membru sira seluk, afirma fila-fali nia kompromisu hodi dezeña estratéjia ida atu hamenus kiak no planu nasional dezvoltimentu nian ida to'o iha tinan 2017.

Neste contexto, observando-se os direitos garantidos na Constituição da República e os compromissos internacionais assumidos por Timor-Leste, o Ministério de Solidariedade Social e Inclusão (MSSI), em parceria com a Organização Internacional do Trabalho (OIT) no âmbito do projeto ACTION/Portugal², desenvolveu a Estratégia Nacional para a Proteção Social de Timor-Leste 2021-2030, tendo por base a Recomendação N.º 202 sobre Pisos de Proteção Social da OIT de 2012³.

Capítulo 2: Panorama Atual da Proteção Social em Timor-Leste

A proteção social é um direito consagrado na Constituição da República de Timor-Leste, em particular no artigo 56.º que estabelece que “todos os cidadãos têm direito à segurança e à assistência social, nos termos da lei”. Adicionalmente, os artigos 57.º e 59.º garantem também o direito de todos os cidadãos à saúde e educação, respetivamente. Ainda no artigo 56.º, é estabelecido que “o Estado promove, na medida das disponibilidades nacionais, a organização de um sistema de segurança social”. Esta responsabilidade não se restringe ao Estado, podendo ser partilhada com outros atores, incluindo a Igreja, as instituições de solidariedade social, as famílias e as comunidades.

Nos anos que se seguiram à independência, a proteção social centrou-se na reinstalação das pessoas deslocadas durante o conflito de 1999 e no apoio às necessidades mais imediatas, utilizando principalmente benefícios em espécie, como a distribuição de alimentos e o apoio a instituições de solidariedade social. A partir de 2002, foram também estabelecidos os sistemas universais e gratuitos de saúde e de educação. Após a crise de 2006/2007, o governo procurou responder às reivindicações que levaram ao conflito, providenciando benefícios à população com o objetivo de promover a paz e a coesão social.

Neste contexto, a proteção social foi-se desenvolvendo através de um conjunto de programas e medidas para dar resposta às necessidades de proteção que foram surgindo ao longo do tempo, revelando algumas fragilidades desde o desenho das políticas, à administração, implementação, coordenação e monitorização dos programas.

Através da ENPS 2021-2030, pretende-se que o sistema de proteção social evolua de forma integrada com vista a estender a sua cobertura e maximizar o impacto da proteção social na redução da pobreza e vulnerabilidade de forma eficiente, consolidando os direitos e as garantias fundamentais dos cidadãos.

Os programas de proteção social foram identificados previamente no relatório “Desafios e Recomendações para a Extensão da Proteção Social a Todos em Timor-Leste: Relatório do Diálogo Nacional Baseado na Avaliação” publicado em 2018⁴. Ao todo, foram identificados 26 programas e/ou medidas de proteção social, sendo estes implementados pelo MSSI e pelo Instituto Nacional de Segurança Social (INSS), bem como por outras entidades governamentais, tais como o Ministério da Educação (MdE), Ministério da Justiça (MdJ), Ministério das Obras Públicas (MdOP), Ministério da Saúde (MdS) e Secretaria de Estado da Formação Profissional e Emprego (SEFOPE), bem como a estreita colaboração com o Ministério do Interior (MdI) e o Ministério da Administração Estatal (MAE).

2.1 Contexto Socioeconómico

Timor-Leste tem dado passos significativos na expansão da proteção social e melhoria das condições de vida da sua população. Porém, existem ainda diversos desafios sobretudo em termos de cobertura dos programas de proteção social, adequação dos benefícios e enfoque dos investimentos. Assim, a ENPS estabelece objetivos e prevê áreas prioritárias e atividades até 2030 com vista a acelerar e melhorar a proteção para todos os cidadãos de acordo com a recomendação sobre os pisos de proteção social.

Desde a independência de Timor-Leste, a economia timorense tem crescido rapidamente ainda que se tenham verificado oscilações sobretudo nos últimos anos. Timor-Leste é um país de rendimento-médio baixo, com um Produto Interno Bruto (PIB) não petrolífero per capita de 1231 USD em 2019⁵ (face a 979 USD em 2002) e uma população de aproximadamente 1,2 milhões de pessoas⁶. A idade mediana da população é de 19.6, refletindo um país muito jovem em que 39% da população está entre os 0 e os 14 anos, 53% tem idades entre os 15 e os 59 anos e apenas 8% tem 60 ou mais anos. Timor-Leste registou um crescimento do PIB cuja média anual foi de 4,7% entre 2008 e 2018, tendo sido impulsionado por sucessivos aumentos nas despesas públicas de acordo com a estratégia económica do Governo⁷.

Contudo, os anos de 2017 e 2018 ficaram marcados por um crescimento negativo da economia pela primeira vez nos últimos 10 anos. Ainda que em 2019 tenha voltado ao ritmo de crescimento positivo da economia (1,8%), estimou-se uma contração de -7,6% em 2020 devido ao COVID-19 e os atrasos na aprovação do orçamento geral do estado, embora se preveja a recuperação e crescimento de cerca de 3,5% em 2021⁸. Entretanto, a inflação deverá continuar relativamente baixa na ordem dos 0,5% em 2020 e 1,1% em 2021, indicando que não haverá alterações de preços significativas, particularmente nos bens alimentares, que possam afetar a população mais pobre.

Mas o crescimento económico não tem sido suficiente para reduzir significativamente os níveis de pobreza. De acordo com o Inquérito aos Padrões de Vida de Timor-Leste de 2014, cerca de 41,8% dos timorenses viviam na situação de pobreza, segundo a linha de pobreza nacional (equivalente a 1,54 USD per capita por dia)⁹. Ainda que situação tenha melhorado por comparação

Iha kontestu ida-ne'e, bainhira ita konsidera direitu sira ne'ebé Konstituisaun Repúblika garante no kompromisu internasionál sira ne'ebé Timór-Leste asume, Ministériu Solidariedade Sosiál no Inkluzsaun (MSSI), parseria hamutuk ho Organizaesun Internasionál Traballu nian (OIT), iha ámbitu projetu ACTION/Portugal², dezenvolve ona Estratéjia Nasionál ba Protesaun Sosiál Timór-Leste nian ba tinan 2021-2030, ne'ebé bazeia ba Rekomendasaun N.º 202 kona-ba Pizu Protesaun Sosiál sira OIT nian husi tinan 2012³.

Kapítulu 2: Panorama Atual Protesaun Sosiál iha Timór-Leste

Protesaun Sosiál mak direitu ida ne'ebé konsagra ona iha Konstituisaun Repúblika Timór-Leste nian, liuliu iha artigu 56.º ne'ebé estabeselese katak “sidadaun hotu-hotu iha direitu ba seguransa no ba asisténsia sosiál, tuir termus lei nian”. Nomós, artigu 57.º no 59.º garante sidadaun hotu-hotu nia direitu ba saúde no edukasaun, respetivamente. Iha artigu 56 mós, estabeselese katak “Estadu promove, tuir disponibilidade nasional ne'ebé iha, organizaesun sistema seguransa sosiál nian ida”. Responsabilidade ida-ne'e la'os deit ba Estadu, bele mós fahe ho atór sira seluk, inklui Igreja, Instituisaun Solidariedade Sosiál, família no comunidade sira.

Iha tinan hirak ne'ebé tuir independénsia, protesaun sosiál nia foku mak instala fila-fali ema deslokadu sira husi konfliktu iha tinan 1999 nian no fõ apoiu ba nesidade imediatu liu, no uza liuliu benefisiu “en espésie”, hanesan fahe ai-han no fõ apoiu ba instituisaun solidariedade sosiál. Hahú husi tinan 2002, estabeselese mós sistema universál no gratuiu saúde no edukasaun nian. Hafoin krize, iha tinan 2006/2007, governu buka hatán ba reivindikasaun ne'ebé hamosu konfliktu, liuhusi fõ benefisiu ba populasaun ho objetivu atu promove dame no koezaun sosiál.

Iha kontestu ida-ne'e, protesaun sosiál dezenvolve-aan liuhusi programa no medida lubuk ida atu hatán ba nesidade protesaun sira-nian, ne'ebé mosu tuir tempu, no hatudu fragilidade balun kona-ba política sira nia dezeñu no kona-ba administrasaun, implementasaun, kordenasaun no monitorizasaun programa sira-nian.

Liuhusi ENPS ba tinan 2021-2030, hakarak mak sistema protesaun sosiál bele evolui ho maneira integrada hodi habelar nia kobertura no maksimiza impaktu protesaun sosiál nian hodi hamenus kiak no vulnerabilidade ho maneira efisiente, liuhusi konsolida sidadaun sira-nia direitu no garantia sira.

Programa protesaun sosiál identifika ona iha relatóriu “Dezafiu no Rekomendasaun hodi Habelar Protesaun Sosiál ba Ema hotu iha Timór-Leste: Relatóriu husi Diálogo Nasionál nian ne'ebé Bazeia ba Avaliasaun” publikadu iha tinan 2018⁴. Hamutuk, identifika ona programa no/ka medida protesaun sosiál 26, ne'ebé MSSI no Institutu Nasionál Seguransa Sosiál (INSS) implementa, nomós liuhusi entidade governamentál sira seluk, hanesan Ministériu Edukasaun (ME), Ministériu Justisa (MJ), Ministériu Obras Públikas (MOP), Ministériu Saúde (MS) no Sekretaria Estadu Formasaun Profisionál no Empregu (SEFOPE), nomós ho Ministériu Interiór (MI) no Ministériu Administrasaun Estatál (MAE) sira-nia kolaborasaun besik.

2.1 Kontestu Sosioekonómiku

Timór-Leste hakaat tiha ona pasu signifikativu hodi habelar protesaun sosiál no hodi hadia populasaun sira-nia kondisaun moris. Maibé, iha nafatin dezafiu oiain, liuliu kona-ba programa protesaun sosiál nia kobertura, benefisiu sira-nia adekuasaun no investimentu sira-nia foku. Ne'e duni, ENPS estabeselese objetivu sira no prevee área prioritária no atividade sira, to'o iha tinan 2030, atu aselera no hadia protesaun ba sidadaun hotu-hotu, tuir rekomendasaun husi pizu sira protesaun sosiál nian.

Hahú husi independénsia Timór-Leste nian, ekonomia Timór nian buras lalais maski bele hetan oxilasaun, liuliu iha tinan hirak ikusmai ne'e. Timór-Leste nasaun ida-ne'ebé ho rendimentu médiu-baixo, ho Produtu Internu Brutu (PIB) naun petrolíferu nian ida per kapita USD 1,231 iha tinan 2019⁵ (kompara ho USD 979 iha tinan 2002) no ho populasaun besik ema millaun 1,2⁶. Populasaun nia idade mediana mak 19.6, ne'e refleto nasaun joven loos no populasaun 39% nia idade mak entre tinan 0 no tinan 14, populasaun 53% nia idade mak entre tinan 15 no tinan 59 no 8% deit mak idade tinan 60 ka liu. Timór-Leste rejista ona kreximentu PIB nian ho 4.7% média anual, husi tinan 2008 to'o tinan 2018, no hetan impulsu ba aumentu beibeik despeza pública nian tuir estratéjia ekonómika Governu⁷ nian.

Maibé, haree ba tinan 10 ikusmai, tinan 2017 no tinan 2018 mak, primeira vés, ekonomia hatudu nia kreximentu negativu. Maski iha tinan 2019 ekonomia fila-fali ba ritmu kreximentu pozitivu (1.8%), iha estimativa kontrasaun -7.6% iha tinan 2020 tanba COVID-19 no tanba iha atrazu atu aprova orsamentu jerál estadu nian, maski iha previzaun rekuperasaun no kreximentu 3.5% iha tinan 2021⁸. Entretantu, inflasaun bele continua relativamente baixa, ho valór 0.5% iha tinan 2020 no 1.1% iha tinan 2021, no hatudu katak sei laiha alterasaun signifikativu presu sira-nian, liuliu presu beins alimentares, ne'ebé bele afeta populasaun ne'ebé kiak liu.

Maibé kreximentu ekonómiku to'o agora seidak sufisiente atu hamenus nível kiak ho maneira signifikativa. Tuir Inkéritu kona-ba Padraun Moris iha Timór-Leste tinan 2014 nian, haree ba liña nasional kona-ba kiak nian (ne'ebé korresponde ba USD 1,54 per kapita ba lonon ida)⁹ maizoumenus timoroan 41.8% moris iha situaesun kiak nia laran. Maski situaesun hasoru melloria

às estimativas anteriores (50,4% em 2007), a incidência de pobreza continua elevada e prevalecem situações preocupantes por todo o país. O *gap* de pobreza¹⁰ também diminuiu de 13,8 para 10,4 entre 2007 e 2014, indicando que a melhoria no bem-estar não se limitou apenas aos que se encontravam próximos da linha de pobreza. As áreas rurais apresentam níveis de pobreza muito acima das áreas urbanas (47,1% face a 28,3% em 2014, respetivamente) e o seu progresso tem sido consideravelmente mais lento. Predominam também disparidades entre municípios, variando entre 29,1% em Dili e 62,5% em Oe-cusse¹¹.

A pobreza também é mais frequente nas crianças. Uma em cada duas crianças vive com menos de 1,54 USD por dia. A proporção de jovens a viver em agregados familiares pobres também é elevada (39,5%). A incidência de trabalho infantil é bastante elevada em Timor-Leste (16,1%¹²), podendo ser considerada causa e consequência da pobreza. Este cenário tem um impacto no desenvolvimento do país, mas poderá também prolongar o ciclo de pobreza intergeracional. A situação de trabalho infantil leva muitas vezes ao trabalho forçado na vida adulta, representando um dos principais obstáculos ao trabalho decente¹³.

A tendência é que este quadro de vulnerabilidades influencie os objetivos de desenvolvimento de capital humano que Timor-Leste deseja alcançar, colocando em causa a realização dos direitos e garantias fundamentais dos cidadãos. A pobreza, a insegurança alimentar, a desnutrição e o insucesso escolar trazem inúmeros desafios à realização dos objetivos de desenvolvimento humano. Segundo o Índice Global da Fome em 2020, Timor-Leste ocupa a penúltima posição no total dos 107 países, revelando uma situação alarmante¹⁴. Ao mesmo tempo, o Índice de Capital Humano (ICH) de Timor-Leste em 2020 revela que uma criança nascida em Timor-Leste poderá esperar atingir apenas 45% do seu potencial de capital humano, quando comparado a um padrão de referência de educação completa e saúde plena¹⁵.

Apesar das melhorias verificadas, a má-nutrição nas suas diversas formas continua a ser uma preocupação em Timor-Leste. De acordo com o Inquérito à Alimentação e Nutrição de 2020, 47,1% das crianças com menos de 5 anos vê o seu crescimento comprometido (altura baixa para a sua idade - “*stunting*”) e 8,6% das crianças com menos de 5 anos é excessivamente magra para a sua altura (baixo peso para a sua altura - “*wasting*”). Cerca de 57% das crianças com menos de 5 anos não estão a passar pelo processo de crescimento desejado, revelando uma situação ainda mais preocupante quando comparada com a região do Sudeste Asiático e Pacífico (17% em 2018)¹⁶. Segundo os Censos de 2015, a taxa de mortalidade infantil em crianças com menos de 5 anos é de 72 mortes por 1000 nados vivos, rácio este muito superior quando comparado com a região do Sudeste Asiático (29,9 por 1000 nados vivos). Crianças subnutridas têm taxas de mortalidade mais altas, crescerão mais pequenas e mais fracas, com maiores riscos de doenças crónicas e terão tendência a ficar doentes mais frequentemente, impedindo-as também de ir à escola.

É muito provável que as crianças subnutridas vejam a sua capacidade de aprendizagem reduzida devido a atrasos cognitivos e, quando atingirem a idade adulta, a sua produtividade e o potencial de rendimentos sejam limitados. Esta situação terá implicações negativas no crescimento económico do país e, simultaneamente, irá gerar gerações de adultos com maior propensão a desenvolverem doenças crónicas, contribuindo para a perpetuação das armadilhas da pobreza. Como tal, a melhoria da nutrição infantil é crucial para garantir a saúde das crianças, a qual terá profundas repercussões no desenvolvimento do capital humano e económico de Timor-Leste.

No que toca ao mercado de trabalho, a participação da força de trabalho tem vindo a aumentar, representando 46,9% da população em idade ativa (com 15 ou mais anos) em 2016 por comparação a 24% em 2010, segundo dados do Inquérito à Força de Trabalho de 2016¹⁷. A participação dos mais jovens também evoluiu de forma positiva, passando de 8,5% para 25,8% entre 2010 e 2016, mostrando os esforços da economia de acomodar o aumento do emprego face ao contínuo crescimento da população. Contudo, o emprego vulnerável representa cerca de 58% do total do emprego, colocando estes trabalhadores numa posição bastante vulnerável sobretudo se não estiverem abrangidos pela proteção social.

Apesar do rápido crescimento económico observado na última década, 10,4% dos trabalhadores continuam desempregados, com as taxas de desemprego mais elevadas para as mulheres (20,8%) do que para os homens (14,7%). Os jovens (15-24 anos) revelam também uma taxa de desemprego seis vezes mais elevada, na ordem dos 20,8% por comparação a 14,6% dos adultos (25 e mais anos). Além disso, existem cerca de 45% de jovens com 23 e mais anos que não estão nem empregados nem a estudar, indicando que alguns desses jovens hão-de estar desempregados e outros fora do mercado de trabalho, praticando agricultura de subsistência ou a aguardar a melhoria de determinadas condições para regressarem ao mercado de trabalho. O desajustamento das qualificações às necessidades do mercado de trabalho, a falta de acesso à formação profissional adequada, entre outros aspetos como as desigualdades de género estão entre as principais causas por detrás das elevadas taxas de desemprego, em particular para os grupos mencionados anteriormente.

No caso de Timor-Leste, mais de 60% dos trabalhadores fazem parte da economia informal, ou seja, desempenham atividades económicas que não estão abrangidas por qualquer estrutura formal de emprego ou de proteção social, sendo as mulheres um dos grupos mais vulneráveis.

No que se refere à educação, verificaram-se melhorias substanciais no acesso, nomeadamente nos dois primeiros ciclos do ensino básico com uma taxa de escolarização bastante elevada. Em 2018, a taxa de escolarização bruta era de 111% e 112%, respetivamente no 1º e 2º ciclos do ensino básico, decrescendo para 95% no 3º ciclo do ensino básico e para 72% no ensino

bainhira kompara ho estimativa anteriór (50.4% iha tinan 2007), insidénsia kiak kontinua aas no iha nafatin situasaun preokupante iha nasaun tomak. *Gap* kiak¹⁰ nian mós tuun husi 13.8 ba 10.4, entre tinan 2007 no tinan 2014, no nia hatudu katak melloria ba bein-estár la'os deit ba sira ne'ebé uluk besik liu liña kona ba kiak nian. Área rurál sira apresenta nível kiak aas liu área urbana sira (47.1% kompara ho 28.3% iha tinan 2014, respetivamente) no nia progresu neneik liu. Predomina mós diferença entre munisípiu sira, ho variasaun entre 29.1 iha Díli no 62.5 iha Oekuse¹¹.

Kiak mós frekuente liu ba labarik sira. Labarik ida husi rua moris ho valór kiik liu USD 1,54 ba loron ida. Proporsau foin-sa'e, ne'ebé moris iha agregadu familiár kiak, mós aas (39.5%). Insidénsia traballu infantil iha Timór-Leste aas tebe-tebes (16.1%¹²), no bele konsidera nu'udar kauza no konsekuénsia husi kiak. Senáriu ida-ne'e iha impaktu ba dezvoltamentu nasaun nian, no bele mós hanaruk siklu kiak interjerasonál. Situasaun kona-ba traballu infantil dala barak obriga ema halo servisu forsadu iha sira-nia moris adultu, no representa obstákulu prinsipal ida ba traballu desente¹³.

Tendénsia mak kadru vulnerabilidade ida-ne'e bele influénsia objetivu dezvoltamentu kapitál umanu ne'ebé Timór-Leste hakarak alkansa, no sai risku hodi realiza sidadaun sira-nia direitu no garantia fundamentál. Kiak, inseguransa alimentár, desnutrisaun no insusesu eskolár, hamosu dezafiu barak atu realiza objetivu dezvoltamentu umanu. Tuir Índise Globál kona-ba Hamlaha iha tinan 2020, Timór-Leste okupa penúltima pozisaun iha totál nasaun hamutuk 107, no hatudu situasaun preokupante¹⁴. Hanesan mós, Índise Kapitál Umanu (ICH) Timór-Leste nian iha tinan 2020 hatudu katak labarik ida ne'ebé moris iha Timór-Leste bele atinje de'it 45% husi nia potensial kapitál umanu, bainhira kompara ho padraun referénsia ida kona-ba edukasaun kompletu no saúde plena¹⁵.

Aleinde melloria ne'ebé bele verika ona, má-nutrisaun, iha ninia forma oioin, kontinua nafatin preokupasaun ida iha Timór-Leste. Tuir Inkéritu kona-ba Alimentasaun no Nutrisaun iha tinan 2020, labarik 47.1% ho idade kiik liu tinan 5 haree ninia kreximentu komprometidu (badak ba sira nia idade - "*stunting*") no labarik 8.6% ho idade kiik liu tinan 5 krekas liu ba sira-nia aas (baixu pezu ba sira-nia aas - "*wasting*"). Maizoumenus labarik 57% ho idade kiik liu tinan 5 la tuir prosesu kreximentu ne'ebé presiza, no hatudu situasaun preokupante liu bainhira kompara ho rejiaun Sudeste Aziátiku no Pasífiku (17% iha tinan 2018)¹⁶. Tuir Sensus iha tinan 2015, taxa mortalidade infantil husi labarik ho idade kiik liu tinan 5 mak labarik 72 mate ba kada 1000 ne'ebé moris ho iis (nadu-vivu), rásiu ne'e boot liu bainhira ita kompara ho rejiaun Sudeste Aziátiku (29.9 ba 1000 labarik moris ho iis). Labarik subnutridu nia taxa mortalidade aas liu, sira sei badak no fraku liu, ho risku boot liu hodi hetan moras króniku no ho tendénsia atu moras beibeik liu, no ida-ne'e mós impede sira bele bá eskola.

Iha mós possibilidade atu labarik subnutridu haree sira-nia kapasidade aprendizajen reduzidu tanba atrazu kognitivu no, bainhira sira to'o iha idade adultu, sira-nia produtividade no potensial rendimentu limitadu. Situasaun ida-ne'e sei iha konsekuénsia negativu ba kreximentu ekonómiku nasaun nian no, dala ida, kria mós jersaun adultu sira-nian ida ne'ebé iha possibilidade boot liu atu dezenvolve moras króniku, no kontribui hodi lasu ba kiak kontinua eziste nafatin. Hanesan ne'e, hadia nutrisaun infantil esensial hodi garante labarik sira-nia saúde, saúde ne'ebé sei iha reperkusaun klean ba dezvoltamentu kapitál umanu no ekonómiku iha Timór-Leste.

Kona-ba merkadu traballu, partisipasaun forsa traballu nian hahú ona aumenta no representa ona 46.9% husi populasaun iha idade ativa (ho tinan 15 ka liu), iha tinan 2016, kompara ho 24%, iha tinan 2010, tuir dadus husi Inkéritu kona-ba Forsa Traballu nian iha tinan 2016¹⁷. Foin-sa'e sira-nia partisipasaun mós evolui ona ho maneira positiva, husi 8.5% ba 25.8%, entre tinan 2010 no tinan 2016. Hatudu katak ekonomia halo esforsu hodi inklui aumentu empregu haree ba populasaun nia kreximentu kontínuu. Maibé, empregu vulnerável representa maizoumenus 58% husi totál empregu nian, no tau traballadór hirak-ne'e iha pozisaun ne'ebé vulnerável tebes liuliu bainhira sira la abranjidu liuhusi Protesaun Sosiál.

Aleinde kreximentu ekonómiku ne'ebé lais iha dékada ikusmai, traballadór 10.4% nafatin dezempregadu, ho taxa dezempregu aas liu ba feto sira (20.8%) duké ba mane (14.7%). Foin-sa'e (tinan 15-24) hatudu mós taxa dezempregu aas liu dala neen, ho 20.8% bainhira kompara ho 14.6% adultu sira (tinan 25 no liu). Aleinde ne'e, iha mós foin-sa'e maizoumenus 45% ho tinan 23 no liu ne'ebé laiha empregu no la estuda, ida-ne'e hatudu katak foin-sa'e balun sira-ne'e bele dezempregadu no sira-seluk la tama iha merkadu traballu, no sira halo agrikultura subsisténsia ka sira hein bele hadia kondisaun balun hodi bele tama fila-fali ba merkadu traballu nian. Kualifikasaun sira-nia dezajustamentu hare ba nesidade merkadu traballu nian, falta asesu ba formasaun profesionál adekuada, entre aspetu sira seluk tan hanesan dezigualdade jéneru mak kauza prinsipal ba taxa dezempregu aas liu, liuliu ba grupu sira ne'ebé mensiona tiha ona.

Timór-Leste, traballadór barak liu 60% mak hola parte iha ekonomia informál, ne'e katak, sira dezempeña atividade ekonómika ne'ebé la inklui iha estrutura formál empregu ka protesaun sosiál nian saida deit, no feto mak grupu ida ne'ebé vulnerável liu.

Kona-ba edukasaun, ita haree melloria substansial kona-ba asesu, liuliu iha siklu 2 dahuluk ensinu báziku nian ho taxa eskolarizasaun ne'ebé aas tebes. Iha tinan 2018, taxa eskolarizasaun bruta mak 111% no 112%, respetivamente iha siklu da-1 no da-2 ensinu báziku nian, tuun ba 95% iha siklu da-3 ensinu báziku nian no ba 72% iha ensinu sekundáriu¹⁸. Análize kona-ba taxa

secundário¹⁸. A análise da taxa de escolarização líquida no primeiro ciclo do ensino básico, a qual considera apenas os alunos matriculados em idade normal de frequência desses ciclos, era de 82,7%, revelando preocupações relacionadas com a eficiência do sistema de ensino. Estima-se que cerca de 19% das crianças com idades entre os 6 e os 14 anos não estão a frequentar a escola. Ao mesmo tempo, a baixa escolarização no pré-escolar (22%) está muito aquém da meta traçada ao nível nacional. A falta de infraestruturas tem sido vista como um entrave ao acesso ao ensino pré-escolar e ensino secundário. Contudo, a dificuldade em oferecer um ensino de qualidade, com destaque para os professores qualificados e material didático adequado, constitui também um dos principais obstáculos.

Relativamente à saúde, o país tem demonstrado avanços significativos relacionados com o rápido aumento da esperança média de vida da população, a redução da mortalidade infantil, a redução da mortalidade materno-infantil e a redução drástica nos casos de malária. Porém o acesso universal aos serviços de saúde de qualidade ainda não é uma realidade, devendo-se essencialmente à falta de infraestruturas e de recursos humanos qualificados. Em 2019, existiam aproximadamente 8 médicos por cada 10 000 indivíduos e 18 enfermeiras e parteiras por cada 10 000 indivíduos¹⁹. O acesso a serviços de saúde é particularmente difícil para a população que vive em lugares mais remotos.

O acesso à saúde reprodutiva, materna e neonatal ainda é limitado. Em 2020, cerca de 51% das mulheres em idade produtiva (15-49 anos) casadas ou em união de facto que precisaram de planeamento familiar viram as suas necessidades cumpridas²⁰. A taxa de fecundidade na adolescência²¹ era de 42 por mil em 2015. Ao mesmo tempo, a assistência pré-natal e pós-natal constitui um desafio. Em 2016, cerca de 77% das mulheres (15-49 anos) realizaram no mínimo quatro consultas pré-natal durante a sua gravidez e apenas 35% recebeu cuidados pós-natal nos dois dias a seguir ao parto²². Por outro lado, 31% dos recém-nascidos teve acesso a cuidados pós-natal durante os dois primeiros dias após o parto. Contudo, apenas 57% dos partos foram acompanhados por um profissional de saúde em 2016.

A realidade reflete também a falta de acesso a outros serviços essenciais, tais como água potável, saneamento e eletricidade embora tenha vindo a melhorar gradualmente em todo o país. Atualmente, a maioria dos agregados familiares (74,7%) tem acesso a uma fonte de água potável para beber, mas apenas cerca de metade dos agregados familiares (49,5%) usa serviços de saneamento²³. Atualmente, 67% da população tem acesso a eletricidade. Porém, o acesso continua a ser reduzido em áreas rurais, exacerbando as desigualdades entre as zonas urbanas e as zonas rurais. Apesar dos sucros e das aldeias mais próximos dos centros de Suco e centros administrativos terem um acesso maior aos serviços essenciais, o grande desafio está em garantir o acesso a esses mesmos serviços aos indivíduos que vivem em áreas mais isoladas.

2.2 Papel da Proteção Social

A proteção social tem um papel chave no desenvolvimento sustentável de Timor-Leste, proporcionando o progresso do país aos níveis social, económico e ambiental e contribuindo simultaneamente para a concretização da Agenda 2030 e dos seus ODS de “não deixar ninguém para trás”. A existência de um piso de proteção social através dos seus respetivos programas de proteção social é fundamental para prevenir e combater a pobreza, reduzir as desigualdades, melhorar o bem-estar, mitigar choques, reforçar a coesão social e a paz, promover a estabilidade social e fomentar o crescimento económico inclusivo. Por todas estas razões, a proteção social deve ser entendida não como um custo ou um encargo para o Estado e para os contribuintes, mas como um investimento na sociedade e na prosperidade da nação.

Os programas de proteção social, em particular aqueles que envolvem prestações em dinheiro e criação direta de emprego implicam uma transferência de rendimento do Estado para os cidadãos e para as famílias mais pobres e/ou vulneráveis que deve ser vista como um investimento produtivo. A experiência internacional mostra que os indivíduos e famílias beneficiárias dos programas de proteção social têm uma propensão ao consumo imediato mais elevada com potencial impacto na melhoria do bem-estar e estímulo na economia local. O acréscimo da procura de determinados bens e serviços pode servir de incentivo ao aumento da produção e criação de emprego. Além disso, as prestações monetárias podem facilitar o acesso dos cidadãos à educação, à saúde e à nutrição e, caso sejam regulares e previsíveis, podem também influenciar positivamente a acumulação de capital humano necessário ao progresso socioeconómico.

Os efeitos das alterações climáticas começam a tornar-se evidentes em Timor-Leste através da ocorrência de desastres naturais cada vez mais frequentes. A proteção social pode atuar também no sentido de ajudar os cidadãos a serem mais resilientes e a identificarem estratégias que os ajudem a enfrentar este tipo de choques de larga escala quando comparados com as eventualidades que podem ocorrer ao longo da vida.

Os efeitos supracitados da proteção social podem ser ainda mais pronunciados em Timor-Leste devido a uma série de características específicas da sua economia. A literatura sobre os multiplicadores fiscais²⁴ sugere que estes tendem a ser mais altos nos países em que: i) os indivíduos tomam decisões baseadas em projeções de curto prazo devido à instabilidade económica; ii) a política monetária é menos eficaz; iii) os estabilizadores automáticos são mais reduzidos; iv) a dívida pública é mais baixa; v) os regimes de taxa de juro são menos flexíveis. É argumentável que todas estas condições se apliquem a Timor-Leste, mas o multiplicador fiscal tende a ser mais elevado em Timor-Leste quando comparado com outros países. Isto significa que cada dólar utilizado pelo governo terá um efeito mais pronunciado no resto da economia²⁵.

eskolarizasaun líkida iha siklu dahuluk ensinu báziku nian, ne'ebé konsidera de'it alunu matrikuladu ho idade normal frekuénsia siklu hirak-ne'e, mak 82,7%, hatudu preokupasaun ne'ebé relasiona ho efisiénsia sistema ensinu nian. Iha estimativa katak maizoumenus labarik 19%, ho idade entre tinan 6 no tinan 14, la frekuenta eskola. Hanesan mós, baixa eskolarizasaun iha pré-eskolár (22%) dook liu husi meta ne'ebé define iha nível nasional. Baibain ema haree mós falta infraestrutur hanesan obstákulu ida hodi asesu ba ensinu pré-eskolár no ensinu sekundáriu. Maibé, difikuldade hodi oferese ensinu ho qualidade no, liuliu, profesór sira kualifikadu no materiál didátiku adekuadu, konstitui mós obstákulu prinsipál ida.

Kona-ba saúde, nasaun hatudu ona avansu signifikativu ne'ebé relasiona ho esperansa média moris populasaun nia aumentu lais, hamenus mortalidade infantil, hamenus mortalidade maternu-infantil no hamenus makaas kazu malária. Maibé asesu universal ba servisu saúde ho qualidade seidak realidade ida, liuliu tanba falta infraestrutur no rekursus umanus kualifikadu. Iha tinan 2019, iha maizoumenus médiku 8 ba individu 10 000 no enfermeiru no parteira 18 ba individu 10 000¹⁹. Asesu ba servisu saúde difisil tebes liuliu ba populasaun ne'ebé moris iha fatin remotu liu.

Asesu ba saúde reprodutiva, materna no neonatal nafatin limitadu. Iha tinan 2020, maizoumenus fetu ho idade produtiva 51% (tinan 15-49), kaben-na'in ka iha uniaun-de-faktu, ne'ebé presiza tiha ona planeamentu familiar, mak hetan resposta ba sira-nia nesiedade²⁰. Taxa fekundidade iha adolexénsia²¹ mak maizoumenus 42 ba rihun ida, iha tinan 2015. Hanesan mós, asisténsia pré-natal no pós-natal konstitui dezafiu ida. Iha tinan 2016, maizoumenus fetu 77% (tinan 15-49) realiza pelumenus konsulta pré-natal haat durante tempu isin-rua no 35% deit mak simu kuidadu pós-natal durante loron rua hafoin partu²². Husi sorin seluk, bebé foin moris 31% iha asesu ba kuidadu pós-natal durante loron rua dahuluk hafoin partu. Maibé, partu 57% de'it mak akompaña liuhusi profisionál saúde nian iha tinan 2016.

Realidade reflète mós falta asesu ba servisu esensiál sira seluk, hanesan bee mós, saniamentu no eletrisidade, maski iha melloria gradual iha nasaun tomak. Agora daudaun, maioria agregadu familiár (74.7%) iha ona asesu ba fonte bee moos ida atu bele hemu, maibé maizoumenus metade de'it husi agregadu familiár (49.5%) mak uza servisu saniamentu²³. Agora daudaun, populasaun 67% iha asesu ba eletrisidade. Maibé, asesu iha área rural kontinua menus liu, no kontribui hodi aumenta dezigualdade entre zona urbana no zona rural. Aleinde suku no aldeia sira, ne'ebé besik liu sentru Suku nian no sentru administrativu, iha asesu boot liu ba servisu esensiál sira, dezafiu mak atu garante ba individu ne'ebé moris iha área izoladu liu sira-nia asesu ba servisu hirak-ne'ebé hanesan.

2.2 Protesaun Sosiál nia Knaar

Protesaun sosiál iha knaar-xave ida ba dezvoltamentu sustentável Timór-Leste nian, kontribui ba progresu nasaun iha nível sosiál, ekonómiku no ambiental, no kontribui mós, dala ida, hodi konkretiza Ajenda tinan 2030 no ninia ODS atu nune'e "la husik ema ida ba kotuk". Ezisténsia husi pizu protesaun sosiál ida liuhusi nia programa protesaun sosiál rasik fundamental atu prevene no kombate kiak, hamenus dezigualdade, hadia bein-estar, mitiga xoke sira, haforsa koezaun sosiál no dame, promove estabilidade sosiál no fomenta kreximentu ekonómiku inkluzivu. Tanba razaun hirak-ne'e hotu, ita tenke haree protesaun sosiál laos hanesan kustu ka enkargu ida ba Estadu no ba kontribuinte sira, maibé hanesan investimentu iha sosiedade no iha nasaun nia prosperidade.

Programa protesaun sosiál, liuliu sira-ne'ebé envolve prestasaun osan no kriasaun direta empregu nian implika transferénsia rendimentu nian ida husi Estadu ba sidadaun no ba família ne'ebé kiak no/ka vulnerável liu, no ita tenke haree transferénsia ne'e hanesan investimentu produtivu ida. Esperiência internasionál hatudu katak individu no família benefisiáriu husi programa protesaun sosiál baibain sira-nia konsumu imediatu boot liu no ida-ne'e iha impaktu potenciál ba melloria bein-estár no fô estímulo iha ekonomia lokal. Aumentu husi prokura beins no servisu balun bele sai hanesan insentivu hodi aumenta produsaun no kriasaun empregu. Nomós, prestasaun monetáriu bele fasilita sidadaun sira-nia asesu ba edukasaun, saúde no nutrisaun no, karik prestasaun hirak-ne'e regular no previzível, bele mós fô influénsia pozitivu hodi akumula kapital umanu nesésáriu ba progresu sosioekonómiku.

Efeitu husi alterasaun klimatika hahú ona evidente iha Timór-Leste, liuhusi okorrénsia dezastre natural ne'ebé agora akontese dala barak liu. Protesaun sosiál bele mós atua atu ajuda sidadaun sira aumenta sira-nia reziliénsia no identifika estratéjia ne'ebé bele ajuda sira hasoru xoke boot bainhira kompara ho eventualidade ne'ebé bele mosu durante sira-nia moris tomak.

Efeitu sira ne'ebé mensiona ona iha leten kona-ba protesaun sosiál bele boot liu iha Timór-Leste, tanba karakterístika espesifika balun husi nasaun nia ekonomia rasik. Literatura kona-ba multiplikadór fiskál²⁴ sujere katak efeitu sira-ne'e iha tendénsia atu boot liu iha nasaun ne'ebé: i) individu sira foti desizaun ne'ebé bazeia ba projesaun kurtu prazu nian tanba hasoru instabilidade ekonómika; ii) polítika monetária menus efikás; iii) estabilizadór automatiku reduzidu liu; iv) dívida públika kiik liu; v) rejime taxa de juru menus fleksível. Bele iha argumentu balun katak kondisaun hirak-ne'e hotu aplika ba Timór-Leste, maibé multiplikadór fiskal iha tendénsia atu aas liu iha Timór-Leste bainhira kompara ho nasaun sira seluk. Ne'e signifika katak dólar idaidak ne'ebé Governu utiliza sei iha efeitu ne'ebé boot liu ba restu ekonomia²⁵.

O multiplicador fiscal tende também a ser mais elevado quando o crescimento económico é mais reduzido. Assim, a proteção social pode atuar como estabilizador automático através de transferências sociais com vista a apoiar os indivíduos e famílias que viram o seu rendimento e consumo diminuir e, simultaneamente influenciar o crescimento nacional da economia e do emprego.

2.3 Enquadramento da Proteção Social

Em Timor-Leste, a proteção social é um direito consagrado na Constituição da República, em particular no artigo 56.º que estabelece que “todos os cidadãos têm direito à segurança e à assistência social, nos termos da lei”.

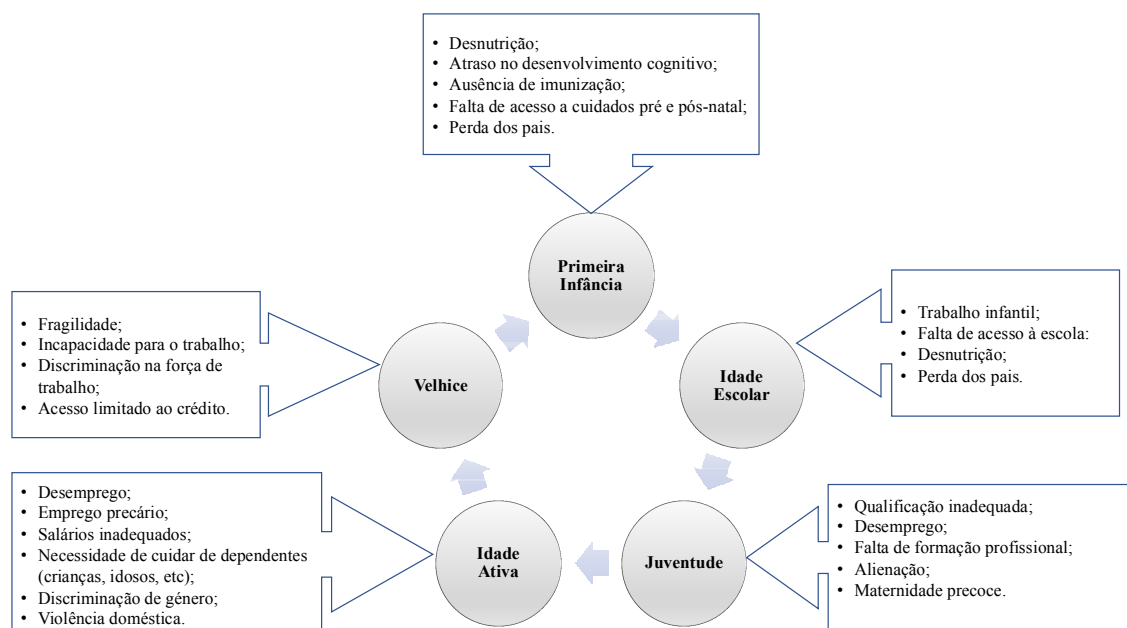
A proteção social é também um direito reconhecido internacionalmente, consagrado na Declaração Universal dos Direitos Humanos²⁶ e em vários instrumentos políticos internacionais²⁷, incluindo as convenções da OIT.

Em termos conceptuais, a proteção social diz respeito a um conjunto de políticas públicas que têm como objetivo primordial proteger as pessoas, incluindo os mais pobres e vulneráveis, e garantir padrões mínimos de bem-estar. Neste sentido, a proteção social visa:

- Proteger as pessoas contra riscos socioeconómicos ao longo da vida;
- Proteger as pessoas contra riscos de choques covariados;
- Prevenir e combater a pobreza;
- Garantir que as pessoas possam satisfazer as necessidades humanas básicas;
- Garantir que as pessoas têm acesso a serviços sociais essenciais e ao gozo dos direitos à saúde e à educação²⁸;
- Garantir que todas as pessoas têm um rendimento mínimo que lhes permite viver com dignidade;
- Contribuir para a paz social;
- Contribuir para o desenvolvimento económico²⁹.

Assumindo que os riscos e as condições dos indivíduos mudam ao longo da vida, a proteção social tem de se adaptar para garantir a proteção adequada em cada etapa. Isto significa compreender os múltiplos riscos e as necessidades da população em cada uma das etapas e respetivos grupos de idade e, ao mesmo tempo, tentar propor e/ou ajustar as políticas e programas de proteção social. A Figura 1 apresenta um resumo dos principais riscos sociais e económicos a que uma pessoa está exposta ao longo do seu ciclo de vida.

Figura 1: Riscos socioeconómicos ao longo da vida



Multiplikadór fiskál baibain aas liu bainhira kreximentu ekonómiku reduzidu liu. Ne'e duni, protesaun sosiál bele atua nu'udar estabilizadór automatiku liuhusi transferénsia sosiál hodi fó apoiu ba indivíduu no família sira ne'ebé haree sira-nia rendimentu no konsumu tuun no, dala ida, bele mós fó influénsia ba kreximentu ekonomia no empregu.

2.3 Protesaun Sosiál nia Enkuadramentu

Iha Timór-Leste, protesaun sosiál hanesan direitu konsagradu iha Konstituisaun Repúblika Timór-Leste nian, liuliu iha artigu 56 ne'ebé estabesele katak "sidadaun hotu-hotu iha direitu ba seguransa no ba assisténsia sosiál, tuir termus lei nian".

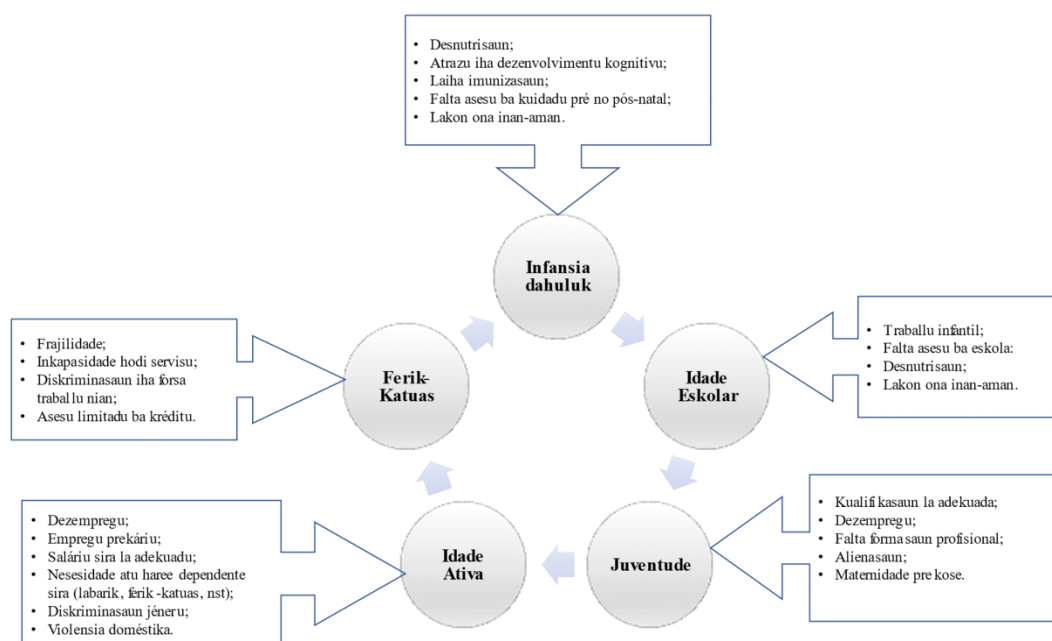
Protesaun sosiál hanesan mós direitu ne'ebé rekoñesidu internasionalmente, konsagradu iha Deklarasaun Universal Direitus Umanus nian²⁶ no iha instrumentu polítiku internasionál ²⁷oioin, inklui konvensaun OIT sira-nian.

Tuir termus konseptuál, protesaun sosiálrefere ba política pública lubuk ida ne'ebé iha objetivu prinsipál atu proteje ema, inklui ema kiak no vulnerável liu, no atu garante padraun mínimu kona-ba bein-estár. Hanesan ne'e, Protesaun Sosiál hakarak:

- Proteje ema husi risku socioekonómiku durante sira-nia moris tomak;
- Proteje ema husi risku xoke oioin;
- Prevene no kombate kiak;
- Garante katak ema bele satisfás sira-nia nesesidade umana bázika;
- Garante katak ema iha asesu ba servisu sosiál esensiálno bele uza sira-nia direitu ba saúde no ba edukasaun²⁸;
- Garante katak ema hotu iha rendimentu mínimu ne'ebé permite atu bele moris ho dignidade;
- Kontribui ba dame sosiál;
- Kontribui ba dezvoltimentu ekonómiku²⁹.

Bainhira ita asume katak risku no kondisaun ne'ebé indivíduu sira hasoru durante sira-nia moris tomak hasoru mudansa, protesaun sosiál tenke adapta aan hodi garante protesaun adekuada ba etapa idaidak. Ne'e signifika katak ita tenke komprende risku no nesesidade oioin, ne'ebé populasaun hasoru iha etapa idaidak, konsidera grupu etáriu sira no, dala ida, koko propõin no/ka ajusta política no programa protesaun sosiál sira. Imajen 1 apresenta rezumu kona-ba prinsipal risku sosiál no ekonómiku ne'ebé ema ida hasoru durante siklu moris tomak.

Imajen 1: Risku sosioekonómiku durante moris tomak



A proteção social pode ter também de responder a choques covariados, tais como os que resultam de desastres naturais, crises económicas e pandémicas, além da função tradicional de proteção contra choques idiossincráticos que resultam dos diversos riscos socioeconómicos ao longo da vida. Isto pressupõe uma adaptação do sistema e dos programas regulares de proteção social para lidar com consequências inesperadas decorrentes de choques que afetam um número elevado de pessoas simultaneamente. O sistema de proteção social pode, por um lado, ajudar a prevenir este tipo de choques, através da melhoria da resiliência dos indivíduos, ao longo do ciclo da vida, para serem capazes de responder melhor a diversos choques, e do fortalecimento do sistema de proteção social e parcerias que ajudem a preparar a resposta a emergências. Por outro lado, o sistema de proteção social pode prestar apoio imediato à população mais vulnerável após o choque ter acontecido, assumindo que a proteção social poderá complementar outras intervenções de natureza humanitária.

A proteção social em Timor-Leste é composta por um regime contributivo e um regime não contributivo, através dos quais são atribuídas prestações monetárias e/ou prestações em espécie. O regime contributivo de segurança social foi aprovado pela Lei nº12/2016, de 14 de Novembro, o qual se caracteriza por ser um regime único e para todos, integrando os beneficiários do regime transitório, obrigatório, autofinanciado, com independência financeira em relação ao orçamento do Estado, gerido tendencialmente em repartição, incluindo igualmente uma componente de capitalização pública de estabilização, e assente, entre outros, em princípios de solidariedade intra e intergeracionais. A criação do novo regime contributivo de segurança social permite associar direitos a deveres, numa plena construção da cidadania, e confere proteção social em várias eventualidades (acidente de trabalho, maternidade, paternidade e adoção, invalidez, velhice e morte), sob a condição geral de cumprimento das obrigações contributivas.

O regime não contributivo de proteção social inclui vários programas de proteção social que atribuem prestações monetárias e/ou prestações em género, com vista à redução de determinadas vulnerabilidades e ao combate à pobreza. Este regime é financiado pelo orçamento geral do estado, nomeadamente através das receitas petrolíferas.

Ainda que a Lei de Bases da Proteção Social se encontre ainda em fase de estudo e preparação, é possível identificar uma tendência para a afirmação de componentes essenciais no âmbito das medidas de proteção social que foram sendo aprovadas e implementadas pelo Governo de Timor-Leste, em especial dentro das atribuições do MSSI e pessoas coletivas sob a sua tutela e, em alguns casos, no âmbito de atuação de outras entidades governamentais.

Assim, ao nível da segurança social, aprovou-se um regime contributivo destinado a “proteger os trabalhadores e as suas famílias nas situações de perda de rendimentos do trabalho que estejam identificadas na Lei”. O regime contributivo dirige-se especificamente a quem trabalha e contribui, sendo financiado por contribuições dos trabalhadores e respetivas entidades empregadoras. A segurança social materializa-se no pagamento de prestações pecuniárias e serve, essencialmente, para compensar/substituir a perda de rendimento do trabalho, em determinadas situações (maternidade, morte de familiar que sustenta a família, velhice, invalidez etc.). O objetivo não é, por isso, combater a pobreza, mas sim preveni-la, uma vez que permite que os trabalhadores mantenham um rendimento mínimo, substitutivo do seu rendimento do trabalho, podendo continuar a ter capacidade de consumo.

É também de salientar a existência de um conjunto de apoios financiados pelo Estado (não contributivos) que visam proteger quem não está abrangido pelo regime contributivo, garantindo o direito a um nível de vida adequado. É ainda evidente a existência de prestações, também elas não contributivas destinadas à proteção dos indivíduos e/ou famílias mais vulneráveis e/ou em situação de pobreza de forma a melhorarem o seu bem-estar e/ou saírem da situação de pobreza. A assistência social pode assumir o formato de prestações pecuniárias e/ou em géneros, atribuídos de forma condicional ou incondicional.

A proteção social visa também garantir o acesso a serviços essenciais nas áreas da saúde e educação e o apoio ou reinserção social (casas de acolhimento, lares de idosos, centros de dia entre outros) à população em geral. Ainda que estes serviços sejam financiados pelo orçamento geral do estado, por vezes, os cidadãos podem participar nos custos, por exemplo através do pagamento de taxas. Estes serviços podem também ser serviços públicos providenciados diretamente pelo Estado e/ou disponibilizados por instituições terceiras com participação do Estado.

No âmbito desta Estratégia, são considerados apenas os serviços sociais prestados diretamente pelo MSSI e os programas destinados a remover barreiras de acesso a serviços essenciais que são de tutela de outros ministérios. Por exemplo, a provisão de serviços para formação profissional foi considerada como proteção social na vertente de promoção do acesso a estes serviços (removendo barreiras de acesso, como preço, distâncias ou outros), e não na vertente dos serviços em si. A mesma lógica aplica-se aos programas de educação, saúde, prevenção e resposta aos desastres naturais e outros.

Por último, convém salientar a necessidade de reconhecer a proteção social e o emprego como setores que se reforçam mutuamente, dada a importância que assumem no bem-estar das pessoas e no desenvolvimento nacional. Ambos os setores são fundamentais para garantir um trabalho decente para todos. O emprego é necessário para gerar as oportunidades necessárias de investimento, empreendedorismo, formação, criação de empregos e permitir meios de vida sustentáveis. Contudo, por si só, não cria todas as condições para atingir os objetivos, havendo a necessidade de disponibilidade e acesso a serviços sociais essenciais nas áreas da saúde, educação, água e saneamento, segurança alimentar entre outras áreas definidas como prioridades

Protesaun Sosiál bele hatán mós ba xoke oioin, hanesan sira-ne'ebé mosu husi dezastre natural, krize ekonómika no pandémika, aleinde ninia funsaun tradisionál hodi proteje husi xoke idiosinkrátiku, ne'ebé mosu husi risku socioekonómiku oioin durante ema nia moris tomak. Ne'e implika adaptaun ida husi sistema no husi programa regular protesauun sosiál nian, hodi hatán ba konsekuénsia inesperadu husi xoke ne'ebé afeta ema barak dala ida. Husi sorin ida, sistema protesauun sosiál bele ajuda prevene tipu xoke hirak-ne'e, liuhusi hadia individuú sira-nia reziliénsia, durante siklu moris tomak, atu sira bele hatán di'ak liutan ba xoke oioin, liuhusi haforsa sistema protesauun sosiál no parseria sira, ne'ebé bele ajuda prepara resposta ba emerjénsia. Husi sorin seluk, sistema protesauun sosiál bele fô apoiu imediatu ba populasaun vulnerável liu, hafoin xoke akontese no asume katak protesauun sosiál bele komplementa intervensaun ho natureza umanitária sira seluk.

Protesaun Sosiál iha Timór-Leste inklui rejime kontributivu no rejime naun kontributivu, no liuhusi rejime rua ne'e atribui prestasaun monetária no/ka prestasaun en espésie. Rejime kontributivu seguransa sosiál aprova tiha liuhusi Lei n.º 12/2016, husi loron 14 fulan novembru, nu'udar rejime uiniku ba ema hotu, integra benefisiáriu sira husi rejime tranzitóriu, obrigatóriu, autofinansiadu, ho independénsia finanseira husi orsamentu Estadu nian, ne'ebé jere tendensialmente iha repartisaun, inklui mós komponente ida kapitalizasaun puiblika estabilizasaun nian, no hatuur, entre sira seluk, iha prinsipiú solidariedade intra no inter jerasional. Kriasaun husi rejime kontributivu seguransa sosiál nian foun mak permite halo ligasaun entre direitu no dever sira, tuir kontrusaun sidadania nian ne'ebé plenu, no fô protesauun sosiál ba eventualidade oioin (asidente traballu, maternidade, paternidade no adosaun, invalidés, ferik-katuas no mate), tuir kondisaun jerál katak kumpre obrigasaun kontributivu sira.

Rejime naun kontributivu protesauun sosiál nian inklui programa protesauun sosiál oioin ne'ebé atribui prestasaun monetária no/ka prestasaun enjéneru, hodi hamenus vulnerabilidade balun no kombate kiak. Rejime ida-ne'e finansia liuhusi orsamentu jerál estadu nian, liuliu liuhusi reseita petrolíferu.

Maski Lei de Bazes Protesauun Sosiál nian agora daudaun iha hela faze estudu no preparasaun, sei bele identifika tendénsia ida hodi afirma komponente esensiál sira iha ámbitu medida protesauun sosiál sira-nian ne'ebé, tuir tempu, Governu Timór-Leste aprova no implementa ona, liuliu iha MSSI nia atribuisaun sira no pesoa koletivu iha ninia tutela no, iha kazu balun, iha ámbitu atuasaun entidade governamental sira seluk.

Ne'e duni, iha nível Seguransa Sosiál, aprova ona rejime kontributivu ida hodi “proteje traballadór no nia família sira iha situasaun lakon rendimentu traballu nian ne'ebé identifikadu iha Lei¹. Rejime kontributivu dirije espesifikamente ba ema ne'ebé servisu no kontribu, hetan finansiamentu husi traballadór no husi entidade empregadora sira-nia kontribuisaun. Seguransa sosiál nia konkretizasaun mak liuhusi selu prestasaun osan no nia objetivu mak, liuliu, hodi fô kompensasaun/substitui rendimentu traballu ne'ebé lakon, iha situasaun balun (maternidade, familiar ne'ebé sustenta família mate, ferik-katuas, invalidés, nst.). Ne'e duni, objetivu laos kombate, maibé prevene kiak, tanba permite katak traballadór sira bele mantein rendimentu mínimu ida, ne'ebé substitui sira-nia rendimentu traballu, no hanesan ne'e sira bele kontinua iha kapasidade konsumu.

Presiza mós hatudu katak apoiu lubuk ida ne'ebé finansiadu husi Estadu, naun kontributivu ne'ebé hakarak proteje sé de'it mak la abranje iha rejime kontributivu, no garante direitu ba nível moris nian adekuaudu. Evidente mós prestasaun sira-nia ezisténsia, naun kontributiva, hodi proteje individuú no/ka família sira vulnerável liu no/ka iha situasaun kiak hodi bele hadia sira-nia bein-estár no/ka sai husi situasaun kiak. Asisténsia sosiál bele asume formatu hanesan prestasaun osan no/ka jéneru, ne'ebé fô ho maneira kondisionál ka inkondisionál.

Protesaun Sosiál hakarak mós garante asesu ba servisu esensiál iha área saúde no edukasaun no apoiu ka reinsersaun sosiál (uma-mahon, lar ba ferik-katuas, sentru de dia, entre sira seluk) ba populasaun enjerál. Maski servisu hirak-ne'e finansia liuhusi orsamentu jerál estadu nian, dala balun, sidadaun sira bele konpartisipa kustu sira, porezemplu liuhusi selu taxa. Servisu hirak-ne'e bele mós sai servisu públiku ne'ebé Estadu providensia direktamente no/ka instituisaun terseiru disponibiliza ho Estadu nia konpartisipasaun.

Iha ámbitu Estratéjia ida ne'e, ita konsidera de'it servisu sosiál ne'ebé MSSI presta direktamente no programa sira hodi halakon barreira asesu ba servisu esensiál ne'ebé ministériu sira seluk tutela. Porezemplu, provizaun servisu ba formasaun profisionál konsidera ona nu'udar protesauun sosiál iha ninia vertente promosaun asesu ba servisu hirak-ne'e (halakon barreira asesu nian, hanesan folin, distánsia no sira seluk), no laos iha vertente servisu sira-nian rasik. Lójika hanesan ida ne'e bele aplika ba programa edukasaun, saúde, prevensaun no resposta ba dezastre natural no sira seluk.

Ikusliu, importante hatudu neseseidade hodi rekoñese protesauun sosiál no empregu nu'udar setór ne'ebé haforsa malu, haree ba sira-nia importánsia ne'ebé relasiona ho ema nia bein-estár no ba dezentvolvimentu nasionál. Setór rua ne'e fundamentál hodi garante traballu desente ba ema hotu. Empregu neseseáriu hodi kria oportunidade neseseária ba investmentu, empreendedorizmu, formasaun, kriasaun empregu no permite meus moris nian ne'ebé sustentável. Maibé, mesak de'it, nia labele kria kondisaun sira hotu hodi atinje objetivu sira, no presiza nafatin disponibilidade no asesu ba servisu sosiál esensiál sira iha área saúde,

nacionais. Portanto, é necessário o desenvolvimento de uma abordagem integrada para aumentar a empregabilidade, facilitar a mobilidade socioeconómica e, consequentemente gerar níveis de rendimento e níveis de proteção social mais elevados, com especial enfoque para os mais vulneráveis.

2.4 Programas Atuais de Proteção Social

O sistema de proteção social timorense oferece uma ampla gama de programas de proteção social para responder a diversos objetivos que variam desde a proteção das pessoas contra os vários riscos socioeconómicos ao longo da vida, prevenção e combate da pobreza, mitigação de choques, apoio ao desenvolvimento do capital humano e acesso a serviços essenciais, bem como a promoção da paz e coesão social.

Na análise mais recente efetuada pelo MSSI com o apoio da OIT e da ONU², foram identificados cerca de 26 programas de proteção social em Timor-Leste. Além dos vários objetivos, estes programas também diferem em termos de cobertura, adequação e orçamento.

A Tabela 1 sintetiza o sistema de Proteção Social em Timor-Leste, promovido pelo Estado, à qual se segue uma breve descrição de cada programa/benefício.

Tabela 1: Programas/benefícios de Proteção Social em Timor-Leste

| Tutela do MSSI e INSS | | Tutela de Outros Ministérios |
|--|--|------------------------------|
| Contributivo | Não Contributivo | |
| <p>Regime Geral de Segurança Social Contributiva:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Pensão de Velhice (Reforma) ▪ Pensão de Invalidez (Absoluta/Relativa) ▪ Pensão de Sobrevivência ▪ Subsídio por Morte ▪ Subsídio de Maternidade ▪ Subsídio de Paternidade ▪ Subsídio de Adoção ▪ Subsídio de Risco Clínico durante a Gravidez ▪ Subsídio de Interrupção de Gravidez (Aborto) | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Subsídio de Apoio a Idosos e Inválidos (SAII); ▪ Programa Bolsa da Mãe; ▪ Apoio Social aos Indivíduos e Famílias em Circunstâncias; ▪ Recuperação de Vítimas de Desastres Naturais e Conflitos Sociais; ▪ Crianças em Conflito com a Lei; ▪ Apoio às Vítimas de Violência Baseada no Género e Violência Doméstica; ▪ Reinserção Social de Prisioneiros; ▪ Serviços Funerários | |
| | <p>Acesso à Educação:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Merenda Escolar na Educação Pré-escolar e Ensino Básico; ▪ Bolsa de Estudo aos filhos dos Antigos Combatentes da Libertação Nacional; <p>Acesso à Saúde:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Sistema Nacional de Saúde; ▪ Cuidados Essenciais ao Recém-Nascido; ▪ Programa de Redução da Mortalidade Infantil; ▪ Nutrição para Crianças; ▪ Pacientes Vulneráveis; ▪ Serviço Integrado de Saúde Comunitária (SISCA); ▪ Saúde na Família; ▪ Tratamento de Saúde aos Combatentes da Libertação Nacional; ▪ Programa de Imunização; <p>Acesso ao Emprego:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Emprego rural; ▪ Estradas para o Desenvolvimento. | |

2.4.1 Segurança social (Contributivo)

O **Regime Geral de Segurança Social Contributiva** (Lei n.º 12/2016, de 14 de novembro), que entrou em vigor em 2017, substituiu o regime transitório, representando um importante avanço na organização progressiva de um sistema de segurança social em Timor-Leste. O objetivo do Regime Geral é proteger os trabalhadores dos riscos relacionados ao trabalho, oferecendo a substituição de rendimentos na ocasião de alguma das eventualidades cobertas pelo regime. O regime é dirigido a todos os trabalhadores, dos setores público e privado, que fazem contribuições (do lado dos trabalhadores e das suas entidades empregadoras), calculadas com base na remuneração auferida por cada trabalhador, e conferindo a cada um o direito a receber prestações sociais proporcionais aos seus rendimentos e tempo de contribuição. O regime inclui pensões de velhice, invalidez e sobrevivência, benefícios de maternidade/paternidade/adoção e acidentes de trabalho.

O **Regime Transitório de Segurança Social** (Lei n.º 6/2012, de 29 de fevereiro) é uma medida temporária, estabelecida enquanto

edukasaun, bee no saniamento, seguransa alimentár no área sira seluk ne'ebé define ona nu'udar prioridade nasional. Ne'e duni, sei presiza desenvolve abordajen integradu ida atu aumenta empregabilidade, facilita mobilidade sosioekonómika no, hanesan konsekuénsia bele kria nível rendimentu no nível protesaun sosiál aas liu, ne'ebé foka liu ba ema vulnerável liu.

2.4 Protesaun Sosiál nia Programa Atuál

Sistema protesaun sosiál timoroan oferese programa protesaun sosiál oioin hodi hatán ba objetivu oioin mak hanesan proteje ema hodi hasoru risku sosioekonómiku durante sira-nia moris tomak, halo prevensaun no kombate kiak, halo mitigasaun xoke, fô apoiu ba desenvolvimentu kapital umanu no fô asesu ba servisu essencial sira, nomós promove dame no koezaun sosiál.

Iha análise ikusliu ne'ebé MSSSI halo ho apoiu husi OIT no husi ONU², identifika ona programa Protesaun Sosiál hamutuk 26, iha Timór-Leste. Aleinde sira-nia objetivu oioin, programa hirak-ne'e sira-nia kobertura, adekuasaun no orsamentu mós lahanasan.

Tabela 1 rezume sistema Protesaun Sosiál, ne'ebé Estadu promove, iha Timór-Leste, no tuirmai, iha ita bele hetan deskrisaun badak kona-ba programa/benefísiu idaidak.

Tabela 1: Programa Protesaun Sosiál sira iha Timór-Leste

| Tutela husi MSSSI no INSS | | Tutela husi Ministériu sira seluk |
|--|--|---|
| Kontributivu | Naun Kontributivu | |
| <ul style="list-style-type: none"> ▪ Rejime Jeral Seguransa Sosiál Kontributiva: <ul style="list-style-type: none"> -Pensaun Ferik-katuas (Reforma) -Pensaun Invalidés (Absoluta/Relativa) -Pensaun Sobrevivénsia -Subsídiu Mate nian; - Subsídiu Maternidade - Subsídiu Paternidade - Subsídiu adosaun - Subsídiu Risku Klíniku durante tempu isin-rua - Subsídiu Interrupsaun isin-rua (Abortu) | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Subsídiu Apoiu ba Ferik-Katuas no Inválidu sira (SAII); ▪ Programa Bolsa da Mãe; ▪ Apoiu Sosiál ba Indivíduu no Famílias iha Sirkunstánsia; ▪ Rekuperasaun husi Vítima Dezastre Natural no Konflitu Sosiál; ▪ Labarik sira ne'ebé iha Konflitu ho Lei; ▪ Apoiu ba Vítima Violénsia Bazeia ba Jéneru no Violénsia Doméstika; ▪ Reinsersaun Sosiál ba Prizioneiru sira; ▪ Servisu Funeráriu | <p>Asesu ba Edukasaun:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Merenda Eskolár ba Edukasaun Pré-eskolár no Ensinu Báziku; ▪ Bolsa Estudu ba Antigos Kombatentes Libertasaun Nasionál sira-nia oan; <p>Asesu ba Saúde:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Sistema Nasionál Saúde; ▪ Kuidadu Esensial ba Bebé Foin Moris; ▪ Programa Hamenus Mortalidade Infantil; ▪ Nutrisaun ba Labarik sira; ▪ Pasiente Vulnerável; ▪ Servisu Integradu Saúde Komunitária (SISCA); ▪ Saúde iha Família; ▪ Tratamentu Saúde ba Kombatentes Libertasaun Nasionál; ▪ Programa Imunizasaun; <p>Asesu ba Empregu:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Empregu rural; ▪ Estrada ba Dezenvolvimentu |

2.4.1 Seguransa sosiál (Kontributivu)

Rejime Jerál Seguransa Sosiál Kontributivu (Lei n.º 12/2016, husi loran 14 fulan novembru), ne'ebé tama iha vigór iha tinan 2017, substitui rejime tranzitóriu, no representa avansu importante ida ba organizaun progresiva sistema seguransa sosiál nian ida, iha Timór-Leste. Objetivu husi Rejime Jerál mak proteje traballadór sira husi risku ne'ebé relaciona ho traballu, oferese substituisaun rendimentu bainhira akontese eventualidade ruma ne'ebé iha kobertura husi rejime ne'e. Rejime ne'e dirije ba traballadór sira hotu, husi setór públiku no privadu, ne'ebé halo kontribuisaun (husi traballadór nomós husi traballadór sira-nia entidade empregadora), kalkula bazeia ba remunerasaun ne'ebé traballadór idaidak simu, no fô ba idaidak direitu hodi simu prestasaun sosiál ne'ebé proporsional ba sira-nia rendimentu no tempu kontribuisaun. Rejime inklui pensaun ba ferik-katuas, invalidés no sobrevivénsia, benefísiu maternidade/paternidade/adosaun no asidente traballu.

Rejime Tranzitóriu Seguransa Sosiál (Lei n.º 6/2012, husi loran 29 fulan fevereiru) hanesan medida temporáriu, ne'ebé

o regime geral de segurança social não entrou em funcionamento. O seu objetivo é substituir o rendimento dos funcionários públicos, nas situações de velhice, invalidez e morte, e oferece pensões proporcionais aos rendimentos e tempo de serviços dos trabalhadores. No momento em que o novo regime geral contributivo de segurança social entrou em vigor, o regime transitório cessou a atribuição de novos direitos, tendo sido integrado neste novo regime, sem prejuízo da manutenção dos direitos adquiridos e dos direitos em formação dos beneficiários do regime transitório.

2.4.2 Não contributivo

O **Subsídio de Apoio a Idosos e Inválidos (SAII)** (Decreto-Lei n.º 19/2008, de 19 de junho) é de natureza não contributiva. O SAII é dirigido a dois públicos-alvo: (i) cidadãos com idade igual ou superior a 60 anos e (ii) cidadãos com idade igual ou superior a 18 anos e com incapacidade para o trabalho. O programa visa assegurar o acesso a um rendimento mínimo aos cidadãos que não são abrangidos por qualquer outro tipo de pensão para velhice ou invalidez.

O programa **Bolsa da Mãe** (Decreto-Lei n.º 18/2012, de 4 de abril) foi criado com o objetivo de apoiar as famílias mais vulneráveis com crianças, através de uma prestação monetária, condicional ao cumprimento de condições relacionadas com o desenvolvimento de capital humano das crianças. O critério de vulnerabilidade inclui as seguintes variáveis: (i) rendimento anual per capita, tendo em conta diferentes escalões de rendimento; (ii) número de crianças; (iii) existência de famílias monoparentais; (iv) existência de crianças com deficiência, com diferentes ponderações atribuídas quando existe uma criança com deficiência, duas ou mais crianças com deficiência. As condicionalidades definem que, para as famílias manterem o direito à prestação, as crianças dos 6 aos 17 anos têm que estar matriculadas e a frequentar a escola e as crianças entre os 0 e os 6 anos de idade têm que receber a vacinação obrigatória e realizar dois *check-ups* médicos anualmente. O programa atribuiu uma prestação monetária de 5 USD por criança por mês até três crianças, pelo que permite um máximo de 15 USD por agregado familiar com crianças.

O **Apoio Social aos Indivíduos e Famílias em Circunstâncias** foi criado como um apoio aos indivíduos ou famílias que enfrentam situações de extrema vulnerabilidade temporária e que não estão abrangidos por outros programas de proteção social. Este apoio funciona como uma resposta de emergência, oferecendo uma prestação monetária que visa solucionar ou aliviar o problema de forma imediata. A prestação pecuniária única varia entre 200 USD e 500 USD, tendo em conta a avaliação da vulnerabilidade realizada por um técnico social.

O programa de apoio à **Recuperação de Vítimas de Desastres Naturais e Conflitos Sociais** consiste num apoio às pessoas e agregados familiares afetados por desastres naturais com vista a responder às necessidades imediatas e a mitigar as perdas e danos materiais. Este apoio inclui um apoio monetário único que varia entre 150 USD a 368 USD para custos de mão de obra e materiais, bem como um apoio em espécie, que inclui materiais de construção necessários à reconstrução do alojamento e bens alimentares e outros itens básicos para a casa. Em determinadas ocasiões, tais como as de seca, é distribuído arroz nas regiões afetadas para prevenir a fome.

O programa **Crianças em Conflito com a Lei** tem como objetivo apoiar a reintegração de crianças e jovens em conflito com a lei, oferecendo auxílio para investimento no bem-estar da criança ou para apoiar o jovem a frequentar um programa de formação vocacional. A intervenção direcionada às crianças entre os 9 e os 13 anos é realizada diretamente com a família da criança por um técnico social, o qual ajuda a família a elaborar um plano para o bem-estar e desenvolvimento da criança. Também é dado apoio a jovens entre os 14 e os 21 anos no momento da saída do centro de detenção, após cumprimento de pena de prisão efetiva. Este programa atribui uma prestação monetária única que varia entre 100 USD e 200 USD, tendo por base a avaliação da vulnerabilidade realizada por um técnico social.

O programa de **Apoio às Vítimas de Violência Doméstica e Violência Baseada no Género** atribui um apoio monetário e em espécie a mulheres e crianças vítimas e sobreviventes de violência doméstica e violência baseada no género para permitir a reestruturação das suas vidas longe dos agressores. O apoio monetário varia entre 50 USD e 1500 USD dependendo do tipo de caso: (i) 50 USD para necessidades imediatas de mulheres e crianças a seu cargo; (ii) 100 USD no final de processos legais para facilitar a reintegração na comunidade; (iii) até 100 USD para transporte da vítima durante os procedimentos legais; (iv) até 300 USD para as mulheres que tenham sido abandonadas pelos seus parceiros e; (v) até 1500 USD para processos legais de longa duração. O apoio em espécie é atribuído através de: (i) acompanhamento psicológico e aconselhamento; (ii) abrigo para mulheres em risco contínuo e sem qualquer outra opção e; (iii) apoio jurídico.

O programa de **Reinserção Social de Prisioneiros** (Decreto-Lei n.º 14/2014, de 14 de maio) oferece apoio homens, mulheres e jovens sob a tutela dos serviços prisionais e ex-prisioneiros vulneráveis que cumpriram a sua pena de prisão. O programa visa facilitar a reintegração dessas pessoas na sua família e na sua comunidade, melhorar as suas habilitações profissionais e apoiar a sua subsistência nas primeiras semanas de liberdade. O programa atribui: (i) uma prestação pecuniária única no valor de 120 USD para a família do prisioneiro realizar uma visita anual; (ii) uma prestação pecuniária única no valor de 350 USD, aquando do fim do cumprimento da pena; (iii) prestação pecuniária única para o transporte de regresso ao seu município de origem, de valor variável, conforme a distância a ser percorrida. O programa oferece também um conjunto de serviços ligados à capacitação profissional em diferentes áreas e acompanhamento psicológico e social.

estabelese enkuantu rejime jerál seguransa sosiál seidak hahú funsiona. Nia objetivu mak substitui rendimentu funsionáriu públiku sira-nian, iha situasaun ferik-katuas, invalidés no mate, no fó pensaun ne'ebé proporsional ba rendimentu no tempu servisu traballadór nian. Bainhira Rejime Jerál Kontributivu Seguransa Sosiál nian foun tama iha vigór, rejime tranzitóriu remata nia atribuisaun direitu foun, no integra iha rejime foun ne'e, laho prejuízu manutensaun direitu ne'ebé adkiridu ona no direitu ne'ebé forma hela husi benefisiáriu rejime tranzitóriu nian.

2.4.2 Naun Kontributivu

Subsídium Apoiu ba Ferik-katuas no Inválidu (SAII) (Dekretu-Lei n.º 19/2008, husi loran 19 fulan juñu) ho natureza naun kontributivu. SAII dirije ba públiku-alvu rua: (i) sidadaun sira ho idade hanesan, ka liu, tinan 60 no (ii) sidadaun sira ho idade hanesan, ka boot liu, tinan 18 no ho inkapasidade atu servisu. Programa hakarak asegura asesu ba rendimentu mínimu ida ba sidadaun ne'ebé seidak inklui iha tipu pensaun seluk saida de'it ba ferik-katuas ka invalidés.

Programa **Bolsa da Mãe** (Dekretu-Lei n.º 18/2012, husi loran 4 fulan abril) harii ho objetivu atu fó apoiu ba família vulnerável liu ho labarik, liuhusi prestasaun monetária ida, kondisional ba kumprimentu kondisaun sira ne'ebé relasiona ho desenvolvimentu kapitál umanu labarik sira-nian. Kritériu vulnerabilidade inklui variável tuirmai: (i) rendimentu anual per kapita, haree ba eskalaun rendimentu ne'ebé la hanesan; (ii) labarik na'in hira; (iii) família monoparental ka la'e; (iv) bainhira iha labarik ho defisiénsia, ponderasaun labele hanesan karik iha labarik ho defisiénsia ida, rua ka liu. Kondisionalidade sira define katak, atu família sira mantein direitu ba prestasaun, labarik husi tinan 6 to'o tinan 17 tenke matrikuladu no tenke frekuenta eskola, no labarik ho idade entre tinan 0 no tinan 6 tenke simu imunizasaun obrigatoriu no, tinan-tinan, realiza "check-up" médiku tinan-tinan dalarua. Programa fó ona prestasaun monetária USD 5 ba labarik idaidak fulan-fulan, to'o labarik na'in tolu, ho valór másimu USD 15 ba agregadu familiár ida ho labarik.

Apoiú Sosiál ba Individuu no Família iha Sirkunstánsia harii nu'udar apoiu ida ba individuu ka família sira ne'ebé hasoru situasaun vulnerabilidade temporáriu estremu no ne'ebé la abranje iha programa protesau sosiál sira seluk. Apoiu ida-ne'e funsiona hanesan resposta emerjénsia ida, ne'ebé oferese prestasaun monetária ida ne'ebé buka rezolve ka hakmaan problema ho maneira imediatu. Prestasaun pekuniária únika ne'ebé varia entre USD 200 no USD 500, bazeia ba avaliasaun vulnerabilidade ne'ebé tékniku sosiál ida realiza.

Programa apoiu ba **Rekuperasaun Vítima Dezastre Natural no Konflitu Sosiál** mak apoiu ba ema no agregadu familiar ne'ebé afetadu husi dezastre natural hodi hatán ba nesidade imediatu no mitiga sasán ne'ebé lakon no danu materiál sira. Apoiu ida-ne'e inklui apoiu monetáriu únika ne'ebé varia entre USD 150 to'o USD 368 ba kustus maun-de-obra no materiál, nomós apoiu en espésie, ne'ebé inklui materiál konstrusaun nesáriu hodi harii fila-fali hela-fatin, no beins alimentar no item báziku sira seluk ba uma-laran. Iha okaziaun balun, hanesan bailoron, fahe mós fós iha rejaun afetadu atu prevene hamlaha.

Programa **Labarik ne'ebé iha Konflitu ho Lei** nia objetivu mak fó apoiu ba reintegrasaun labarik no foin-sa'e ne'ebé iha konflitu ho lei, oferese ajuda hodi halo investimentu ba labarik nia bein-estár, ka hodi apoiu foin-sa'e hahú frekuenta programa formasaun vokasionál. Intervensaun, ne'ebé direksiona ba labarik sira ho idade entre tinan 9 no tinan 13, tékniku sosiál sira mak realiza direktamente ho labarik nia família, no tékniku ida-ne'e ajuda família elabora planu ida kona-ba labarik nia bein-estár no desenvolvimentu. Programa mós fó apoiu ba foin-sa'e ho idade entre tinan 14 no tinan 21 iha momento sira sai husi sentru detensaun, hafoin kumpre pena prizaun efetivu. Programa ida-ne'e atribui prestasaun monetária únika ida ne'ebé varia entre USD 100 no USD 200, bazeia ba avaliasaun vulnerabilidade ne'ebé tékniku sosiál ida realiza.

Programa **Apoiú ba Vítima Violénsia Doméstika no Violénsia ne'ebé Bazeia ba Jéneru** fó apoiu monetáriu no en espésie ba fetu no labarik sira ne'ebé vítima ka sobrevivente husi violénsia doméstika no violénsia ne'ebé bazeia ba jéneru atu permite sira reestruturá sira-nia moris dook husi agresór sira. Apoiu monetáriu varia entre USD 50 no USD 1500 depende husi tipu kazu: (i) USD 50 ba nesidade imediatu fetu no labarik ne'ebé sira haree; (ii) USD 100 bainhira remata prosesu legál sira hodi fasilita reintegrasaun iha Komuidade; (iii) to'o USD 100 ba vítima nia transporte durante prosedimentu legál; (iv) to'o USD 300 ba fetu sira ne'ebé parseiru sira abandona tiha no; (v) to'o USD 1500 ba prosesu legál longa durasaun. Apoiu en espésie atribui liuhusi: (i) akompañamentu psicolójiku no akonsellamentu; (ii) uma-mahon ba fetu ne'ebé hasoru risku kontínuu no ne'ebé laiha opsaun seluk no; (iii) apoiu jurídiku.

Programa **Reinsersaun Sosiál Prizioneiru sira** (Dekretu-Lei n.º 14/2014) oferese apoiu ba mane, fetu no foin-sa'e ne'ebé servisu prizonál tutela no eis-prizoneiru vulnerável ne'ebé kumpre ona sira-nia pena prizaun. Programa hakarak fasilita ema hirak-ne'e sira-nia reintegrasaun iha família no iha Komuidade, hadia sira-nia abilitasaun profisional no fó apoiu ba subsisténsia durante semana sira dahuluk liberdade nian. Programa atribui: (i) prestasaun pekuniária únika ida ho valór USD 120 atu prizoneiru nia família bele realiza vizita anual ida; (ii) prestasaun pekuniária únika ho valór USD 350, bainhira remata kumpre pena; (iii) prestasaun pekuniária únika ba transporte hodi fila ba nia munisípiu rasik, ho valór variaível, tuir distánsia ne'ebé presiza lao. Programa oferese mós servisu lubuk ida ne'ebé relasiona ho kapasitasaun profisional iha área oioin no akompañamentu psikolojiku no sosiál.

Os **Serviços Funerários** (Decreto-Lei n.º 21/2009, de 6 de maio) apoiam famílias em luto, através do fornecimento de transporte funerário da casa mortuária para a casa da família, da casa para a Igreja, e da Igreja para o cemitério.

Interessa salientar que existem também outros programas que oferecem serviços sociais indiretamente apoiados pelo Estado. Estes consistem em apoios dados às Instituições de Solidariedade Social que prestam serviços direcionados a pessoas em situação de pobreza e grupos vulneráveis, tais como crianças de rua, órfãos, mulheres e crianças vítimas de violência e abusos, crianças e jovens pobres, idosos, ex-combatentes da libertação nacional e pessoas portadoras de deficiência.

2.4.3 Acesso a serviços de educação e saúde

A provisão de serviços de educação e saúde reduz as barreiras de acesso aos serviços essenciais por parte dos cidadãos. Por exemplo, esta provisão de serviços pode ser efetuada através de subsídios ou do apoio ao transporte, garantindo o acesso por parte das pessoas mais vulneráveis. Em Timor-Leste, os principais serviços de educação, formação e saúde são universais e gratuitos.

O programa **Merenda Escolar** foi desenvolvido com o objetivo de melhorar a nutrição das crianças e incentivar a sua participação na educação pré-escolar e no ensino básico, promovendo o processo de ensino e aprendizagem. Escolas públicas e privadas participam no programa, permitindo que cada criança receba uma refeição durante o período em que está na escola. Cada escola recebe 0,25 USD por criança e por dia de escola. O programa prevê também a distribuição de arroz a cada escola do ensino básico. O benefício é atribuído indiretamente à criança através do gestor da escola, o qual gere o orçamento em colaboração com a Associação de Pais e Professores, para o fornecimento diário da merenda escolar.

A **Bolsa de Estudo aos Filhos dos Antigos Combatentes da Libertação Nacional** (Decreto-Lei n.º 8/2009, de 15 de janeiro) foi criada para apoiar os filhos dos Combatentes e Mártires da Libertação Nacional no acesso à educação, e subsidia o custo de educação desde o Ensino Básico até ao Ensino Superior Universitário e Técnico.

O programa de **Cuidados Essenciais ao Recém-Nascido** dirige-se a crianças recém-nascidas, e oferece um pacote de serviços que visa reduzir a mortalidade nos primeiros meses de vida. Fazem parte deste pacote as vacinas da mãe e do bebé, cuidados médicos pré-natal e pós-parto, aconselhamento sobre aleitamento materno e nutrição do bebé. Os benefícios são entregues diretamente à mãe na altura das consultas médicas e durante as visitas domiciliárias realizadas pelos programas de atendimento à família.

O programa de **Redução da Mortalidade Infantil** foi desenvolvido para expandir a cobertura e manter a qualidade dos serviços preventivos e curativos na primeira infância, a fim de reduzir a mortalidade infantil. O programa fornece um conjunto de benefícios em género, que inclui vitaminas e medicamentos para combater parasitas. Os benefícios são entregues através do programa Saúde na Família, que realiza atendimentos domiciliários nas comunidades.

O programa **Nutrição para Crianças** tem como seu principal objetivo reduzir a incidência da deficiência de micronutrientes relacionada com a má-nutrição de crianças. É garantido o acesso a um conjunto de serviços diretamente às famílias através de consulta médica ou através do Programa Saúde na Família ou SISCA.

O programa **Pacientes Vulneráveis** oferece apoio financeiro às famílias de pacientes vulneráveis para que os familiares possam acompanhar o paciente durante o período de internamento no hospital ou centro de saúde (quando o paciente e família não moram no mesmo local em que o atendimento de saúde é realizado). O apoio visa evitar gastos excessivos pelas famílias vulneráveis para acompanhar o paciente durante o tratamento ou em casos de doenças terminais, e oferece apoio financeiro para cobrir despesas de transporte e alimentação, bem como auxiliar na recuperação do paciente após a sua saída do centro de saúde ou hospital.

Os serviços do **Sistema Nacional de Saúde** público de saúde são gratuitos para todos os cidadãos nas unidades de saúde públicas. Em 2017, existiam 6 hospitais, 192 postos de saúde, 92 centros comunitários de saúde e 43 maternidades em Timor-Leste, sendo estes operados por 1535 profissionais de saúde (entre médicos, enfermeiros e parteiras). Os serviços oferecidos incluem saúde básica, especializada e de emergência, incluindo provisão de medicamentos e a realização de exames físicos e laboratoriais.

O **Programa de Serviço Integrado de Saúde Comunitária (SISCA)** visa aproximar os serviços de assistência de saúde das comunidades, através de um “pacote básico” que é levado mensalmente a cada Suco. O atendimento é preparado como uma pequena “feira” de saúde, onde os visitantes podem ter acesso a diversos tipos de serviços num único local, evitando deslocamentos aos centros de saúde ou hospitais mais distantes. Nas ações realizadas, são providenciados serviços de assistência de saúde gerais às comunidades, incluindo consultas médicas e educação sobre saúde e higiene, com especial atenção às crianças até aos 5 anos de idade, mulheres grávidas, adolescentes em idade reprodutiva, idosos e pessoas portadoras de deficiência. A estes grupos são oferecidos diversos serviços, tais como o registo de nascimento, avaliações nutricionais e educação sobre cuidados de saúde.

Servisu Funeráriu (Dekretu-Lei n.º 21/2009, husi loron 6 fulan maiu) fô apoiu ba família matebian, liuhusi fornese transporte funeráriu husi mortuáriu bá to’o iha família nia uma, husi uma bá to’o iha Igreja, no husi Igreja bá to’o iha rate.

Interesa hatudu katak iha tan programa seluk ne’ebé servisu sosiál sira oferese ho apoiu indiretu husi Estadu. Apoiu sira-ne’e fô ba Instituisaun Solidariedade Sosiál sira ne’ebé presta servisu ba ema iha situaun kiak no grupu vulnerável sira, hanesan “street children”, oan kiak, feto no labarik vítima violénsia no abuzu, labarik no foin-sa’e kiak, ferik-katuas, eis-kombatentes da Libertasaun Nasionál no ema ho defisiénsia.

2.4.3 Asesu ba servisu edukasaun no saúde

Provizaun servisu edukasaun no saúde nian mak hamenus barreira ba sidadaun sira-nia asesu ba servisu esensiál sira. Porezemplu, servisu sira-ne’e nia provizaun efetua liuhusi subsidiu ka apoiu ba transporte, no garante mósasesu husi ema ne’ebé vulneravel liu. Iha Timór-Leste, prinsipál servisu edukasaun, formasaun no saúde universál no gratuitu.

Programa **Merenda Eskolár** dezenvolve ho objetivu atu hadia labarik sira-nia nutrisaun no insentiva sira-nia partisipasaun iha edukasaun pré-eskolár no iha ensinu báziku, promove prosesu ensinu no aprendizajen. Eskola públiku no privadu partisipa iha programa, no permite katak labarik idaidak simu refeisaun ida durante oras ne’ebé sira iha eskola. Eskola idaidak simu USD 0.25 ba labarik idaidak ba kada loron iha eskola. Programa mós prevee fahe fós ba eskola ensinu báziku idaidak. Benefisiu ne’e fô indiretamente ba labarik liuhusi jestór eskola nian, ne’ebé jere orsamentu hamutuk ho Asosiasaun Inan-Aman no Profesór sira-nian, hodi bele fornese merenda eskolar loron-loron nian.

Bolsa Estudu ba Antigos Kombatentes da Libertasaun Nasionál sira-nia oan (Dekretu-Lei n.º 8/2009, husi loron 15 fulan janeiru) kria hodi fô apoiu ba Kombatentes no Mártires da Libertasaun Nasionál sira-nia oan atu bele asesu ba edukasaun, no finansia kustu edukasaun hahú husi Ensinu Báziku to’o iha Ensinu Superiór Universitáriu no Tékniku.

Programa **Kuidadu Esensiál ba Bebé ne’ebé Foin Moris** dirije ba labarik sira ne’ebé foin moris, no oferese pakote servisu ida ne’ebé hakarak hamenus mortalidade iha fulan sira dahuluk moris nian. Inklui iha pakote ne’e imunizasaun ba inan no bebé, kuidadu médiku pré-natal no pós-partu, akonsellamentu kona-ba fô susuben inan-nian no nutrisaun bebé nian. Benefisiu hirak-ne’e entrega diretamente ba inan durante konsulta médika no durante vizita domisiliária ne’ebé realiza husi programa atendentu ba família.

Programa **Hamenu Mortalidade Infantil** dezenvolve hodi habelar kobertura no mantein qualidade servisu preventivu no kurativu ba primeira infânsia, hodi hamenus mortalidade infantil. Programa fornese benefisiu en jéneru lubuk ida, ne’ebé inkluí vitamina no ai-moruk atu kombat parazita. Benefisiu hirak-ne’e entrega liuhusi programa Saúde ba Família, ne’ebé realiza atendentu domisiliáriu iha Komuidade sira.

Programa **Nutrisaun ba Labarik sira** nia objetivu prinsipal mak hamenus insidénsia kona-ba defisiénsia mikronutriente sira ne’ebé relasiona ho labarik sira-nia má-nutrisaun. Garante diretamente ba família sira asesu ba servisu lubuk ida liuhusi konsulta médika ka liuhusi Programa Saúde ba Família ka SISCA.

Programa **Pasiente Vulnerável** oferese apoiu finanseiru ba família pasiente vulnerável atu famíliar sira bele akompaña pasiente durante período internamentu iha ospital ka iha sentru saúde (bainhira pasiente no família hela iha fatin ne’ebé la hanesan fatin ne’ebé realiza atendentu saúde). Apoiu ne’e hakarak evita família vulnerável sira iha gastu boot liu hodi akompaña pasiente durante tratamentu ka bainhira kazu moras terminál, no oferese apoiu finanseiru hodi hatán ba despeza transporte no alimentasaun nian, nomós ajuda iha pasiente nia rekuperasaun hafoin sai husi sentru saúde ka ospital.

Servisu sira husi **Sistema Nasionál Saúde** públiku saúde nian gratuitu ba sidadaun hotu-hotu iha unidade saúde pública sira-nian. Iha tinan 2017, iha ona ospital 6, postu saúde 192, sentru komunitáriu saúde nian 92 no maternidade 43, iha Timór-Leste, no iha fatin hirak-ne’e profisionál saúde 1,535 servisu ona (médiku, enfermeiru no parteira sira). Servisu sira ne’ebé oferese inklui saúde bázika, especializada no emergjénsia, inklui fô ai-moruk no realiza ezame fiziku no laboratórial.

Programa Servisu Integradu Saúde Komunitária (SISCA) hakarak hakbesik servisu asisténsia saúde nian ba komuidade sira, liuhusi “pakote báziku” ida ne’ebé fulan-fulan lori ba Suku idaidak. Atendentu preparadu hanesan “feira” kiik ida saúde nian, hanesan fatin iha ne’ebé vizitante bele iha asesu ba servisu saúde oioin iha fatin ida de’it, no hanesan ne’e evita deslokasaun ba sentru saúde ka ospital ne’ebé dook liu. Iha asaun ne’ebé realiza, fornese servisu asisténsia saúde jeral ba komuidade sira, inklui konsulta médika no edukasaun kona-ba saúde no ijjene, no fô atensaun liu ba labarik ho idade to’o tinan 5, fetu isin-rua, adolexente iha idade reprodutivu, ferik-katuas no ema ho defisiénsia. Ba grupu hirak-ne’e oferese servisu oioin, mak hanesan rejistu naximentu, avaliasaun nutrisional no edukasaun kona-ba kuidadu saúde sira-nian.

O programa **Saúde na Família** realiza visitas domiciliárias para estender o alcance dos serviços de saúde, identificar as condições de saúde de cada família e fatores de risco, e oferecer atendimento preventivo e curativo, incluindo o fornecimento de medicamentos e suplementos alimentares. O serviço tem também uma forte componente educativa e visa contribuir para a construção de uma base de dados de registo único para o atendimento de saúde a todos os níveis.

O programa **Tratamento de Saúde aos Combatentes da Libertação Nacional** financia aos Combatentes da Libertação Nacional a realização de tratamentos médicos no exterior (Indonésia, Malásia e Singapura), para os casos que não podem ser tratados no país.

O programa de **Imunização** oferece o conjunto básico de vacinas para crianças (contra tuberculose, sarampo, poliomielite, tétano, difteria, hepatite B, Haemophilus Influenza do tipo B e pertussis) nos primeiros anos de vida. As vacinas são distribuídas diretamente nas unidades de saúde pública, assim como através do programa SISCA.

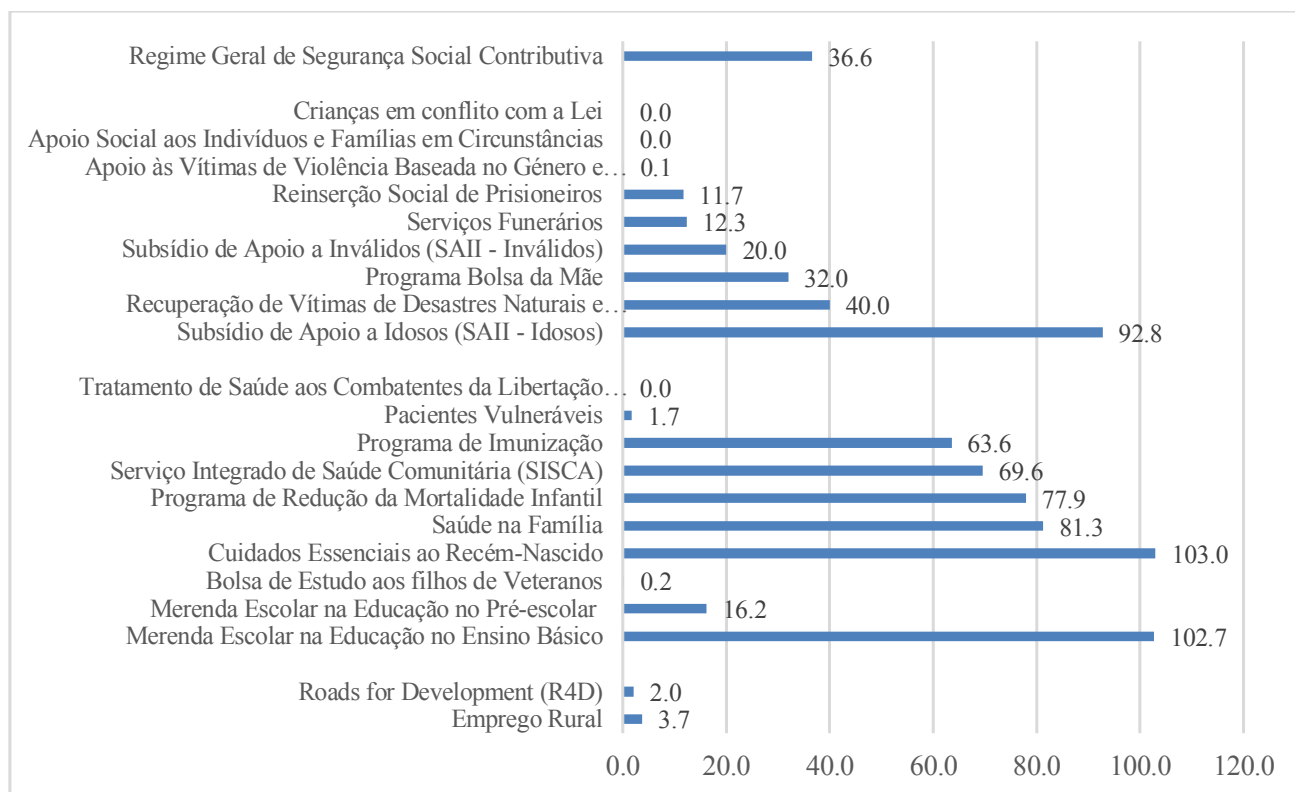
2.5 Principais resultados

Apesar de existirem compromissos claros para com a proteção social em Timor-Leste, os programas de proteção social ainda não operam de forma integrada e eficiente, refletindo-se nos progressos alcançados.

2.5.1 Cobertura efetiva

Em Timor-Leste a cobertura efetiva¹ dos programas de proteção social varia significativamente entre programas, tal como mostra a Figura em baixo. Existem programas com uma cobertura quase universal, como é o caso do SAII para os idosos, ou que abrangem uma vasta proporção da população alvo, tais como o programa de acesso à saúde SISCA com 70%. Contudo, prevalecem programas de proteção social com uma cobertura muito baixa, como é o caso da maioria dos programas de assistência social.

Figura 1: Cobertura efetiva dos programas de proteção social em Timor-Leste



Programa **Saúde iha Família** realiza vizita domisiliáriu hodi habelar servisu saúde sira-nia alkanse, identifika kondisaun saúde família idaidak nian no fatór risku, no oferece atendimentu preventivu no kurativu, inklui fô ai-moruk no suplementu alimentár. Servisu ne'e mós iha komponente edukativu ne'ebé forte no hakarak kontribui hodi harii baze dadus rejistu úniku nian ba atendimentu saúde iha nível hotu-hotu.

Programa **Tratamentu Saúde ba Kombatentes da Libertasaun Nasionál** finansia realizasaun tratamentu médiku iha rai liur (Indonézia, Malázia no Singapura) ba Kombatentes da Libertasaun Nasionál, ba kazu sira ne'ebé labela hetan tratamentu iha rai laran.

Programa **Imunizasaun** oferece ba labarik sira konjuntu vasina báziku ida (ba tuberkuloze, sarampu, poliomielite, tétanus, difteria, epatite B, Haemophilus Influenzae tipu B no pertussis) ba tinan sira dahuluk moris nian. Vasina distribui diretamente iha unidade saúde públika sira, nomós liuhusi programa SISCA.

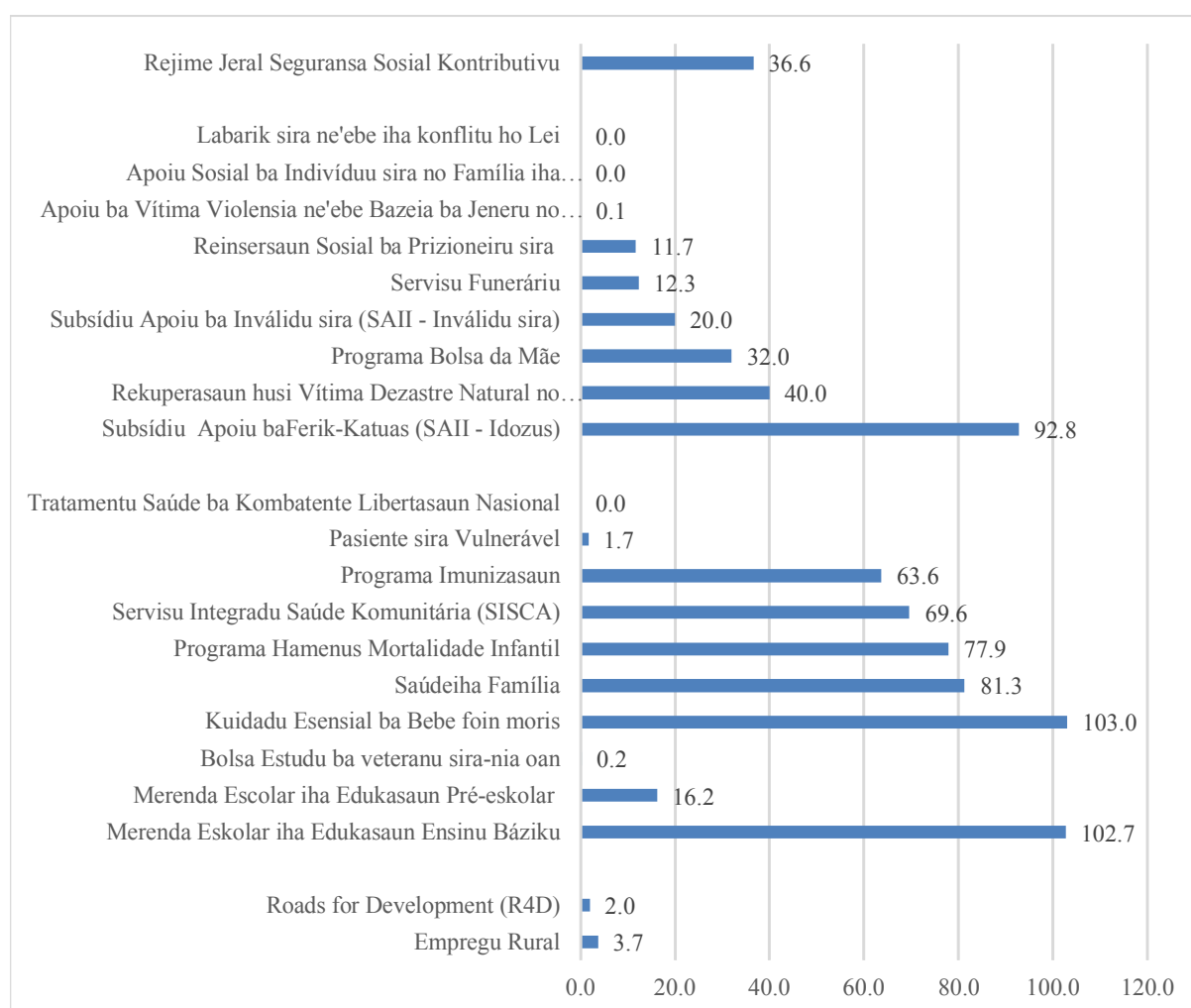
2.5 Rezultadu Prinsipál

Maski iha ona kompromisu klaru ba protesauun sosiál iha Timór-Leste, programa protesauun sosiál sira-nian seidauk lao ho maneira ne'ebé integrada no eficiente, no progresu ne'ebé alkansa ona refleto situaun ne'e.

2.5.1 Kobertura efetiva

Iha Timór-Leste kobertura efetiva¹ husi programa protesauun sosiál sira-nian hatudu variasaun signifkativu entre programa sira, hanesan Imajen iha kraik hatudu. Iha programa balun ho kobertura kuaze universal, hanesan SAII ba ferik-katuas, nomós iha programa seluk ne'ebé abranje proporsauun boot husi populasaun alvu, hanesan programa asesu ba saúde SISCA ho 70%. Maibé, iha nafatin programa protesauun sosiál ho kobertura kiik liu, hanesan maioria programa asisténsia sosiál sira-nian.

Imajen 2: Kobertura efetivu kona-ba programa Protesauun Sosiál sira-nian iha Timór-Leste



Fonte: MSS/OIT/ONU (2018), Desafios e Recomendações para a Extensão da Proteção Social a Todos em Timor-Leste: Relatório do Diálogo Nacional Baseado na Avaliação, OIT: Díli.

Estimativas do Banco Mundial¹ para 2019 revelam que a cobertura² do programa Bolsa da Mãe abrange cerca de 29% da população de menores rendimentos, deixando de fora a vasta maioria da população mais pobre. Ao mesmo tempo, a análise da distribuição dos atuais beneficiários do programa por quintis de rendimento³ mostra que 33% dos beneficiários situam-se nos 20% de rendimento mais baixo (primeiro quintil), 25% no segundo quintil, 22% no terceiro quintil e 14% no quintil de rendimentos maiores (quinto quintil).

A crise da COVID-19 revelou a importância de continuar a investir na proteção social e acesso universal da saúde para proteger a saúde, o emprego e os rendimentos dos indivíduos, mas mostrou também as fragilidades e as lacunas de proteção. Neste contexto, a população mais vulnerável está ainda mais exposta às consequências das crises. À semelhança de outros países, também Timor-Leste introduziu medidas temporárias de proteção social para responder ao impacto da crise⁴.

2.5.2 Adequação das prestações

Além da cobertura, a abrangência e a adequação da proteção social são fundamentais para atingir o ODS1 sobre a erradicação da pobreza. Timor-Leste continua a enfrentar desafios para garantir que existe uma proteção completa e adequada.

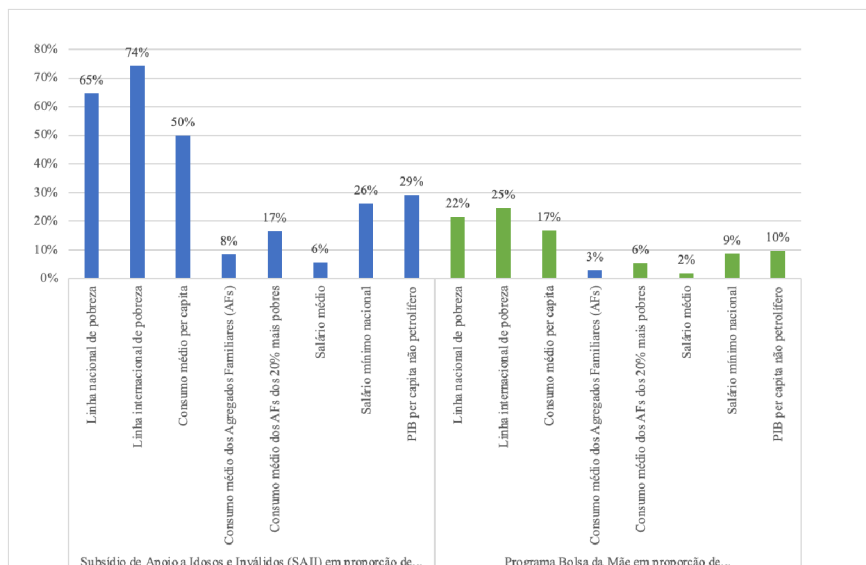
O nível das prestações monetárias deverá ser suficiente para que possa garantir pelo menos um nível de bem-estar mínimo, o qual depende não só do nível de rendimento, mas também do acesso a outros benefícios sociais e serviços públicos⁵.

O regime geral da segurança social oferece um leque de prestações cujos montantes estão relacionados com os salários e o tempo de contribuição. Quando comparadas com a experiência internacional, as atuais prestações têm fórmulas de cálculo que se traduzem em prestações generosas. As pensões de velhice, invalidez e sobrevivência visam uma taxa de substituição de 100% dos rendimentos segurados. Por exemplo, para as pensões de velhice, deficiência e sobrevivência, a Convenção N.º 128 da OIT e a Recomendação N.º 131 estabelecem que o nível de benefício deverá corresponder a pelo menos 40% do salário de referência, tendo em atenção que o montante deverá ser atualizado de modo a acompanhar as alterações no nível de remunerações geral e/ou custo de vida. No entanto, o regime geral da segurança social não abrange ainda a totalidade das eventualidades que garantem a proteção ao longo da vida.

No âmbito do sistema não contributivo, o SAII e o programa Bolsa da Mãe têm níveis fixos de prestações. A Figura 3 mostra a adequação destas prestações relativamente a vários indicadores económicos. No que se refere ao SAII, esta prestação representa cerca de 65% da linha de pobreza nacional, cerca de 8% do consumo médio dos agregados familiares e 17% do consumo médio dos agregados familiares mais pobres, salientando o potencial desta prestação para contribuir significativamente para a melhoria do nível de bem-estar da população mais vulnerável. No entanto, o valor da prestação não tem evoluído com o poder de compra, permanecendo constante desde 2010.

Em termos do programa Bolsa da Mãe, a prestação representa uma pequena fração da maioria dos indicadores ao qual foi comparado. Representa apenas 22% da linha nacional de pobreza, 3% do consumo médio dos agregados familiares e 6% do consumo médio dos agregados familiares mais pobres. O montante deste benefício está ainda aquém do que é a recomendação internacional de pelo menos 15% a 20% da despesa per capita⁶. Além disso, a Recomendação N.º 102 da OIT também aponta para um mínimo no que se refere a prestações direcionadas às famílias/crianças, devendo o valor dos benefícios calculado pelo menos 3% do salário de referência multiplicado pelo número de crianças abrangidas; ou pelo menos 1,5% do salário de referência multiplicado pelo número de crianças no total da população residente.

Figura 3: Adequação do SAII e Programa Bolsa da Mãe



Fonte: MSS/OIT/ONU (2018), Desafios e Recomendações para a Extensão da Proteção Social a Todos em Timor-Leste: Relatório do Diálogo Nacional Baseado na Avaliação, OIT: Dili.

Estimativa husi Banku Mundiál¹ ba tinan 2019 hatudu katak kobertura² ba programa Bolsa da Mãe abranje maizoumenus 29% populasaun ho rendimentu kiik liu, maibé la abranje maioria populasaun ne'ebé kiik liu. Nomós, análise kona-ba distribuisaun benefisiáriu atuál husi programa tuir kintil rendimentu nian³ hatudu katak benefisiáriu 33% mak iha 20% husi rendimentu ne'ebé kiik liu (kintil dahuluk), 25% iha kintil daruak, 22% iha kintil datuluk no 14% iha kintil rendimentu ne'ebé boot liu (kintil dalimak).

Krize COVID-19 hatudu importánsia hodi kontinua nafatin investe iha Protesaun Sosiál no iha asesu universál ba saúde hodi proteje saúde, empregu no individuú sira-nia rendimentu, no hatudu mós protesaus nia frajilidade no lakuna sira. Iha kontestu ida-ne'e, populasaun vulnerável liu mak risku liu ba krize nia konsekuénsia sira. Hanesan mós nasaun sira seluk, Timór-Leste mós introdús medida temporária protesaus sosiál balun hodi hatán ba impaktu krize nian⁴.

2.5.2 Prestasaun sira-nia adekuasaun

Aleinde nia kobertura, abranjénsia no adekuasaun protesaus sosiál nian fundamentál hodi atinji ODS1 kona-ba halakon kiak. Timór-Leste kontinua hasoru dezafiu hodi garante protesaus ida ne'ebé kompletu no adekuaudu.

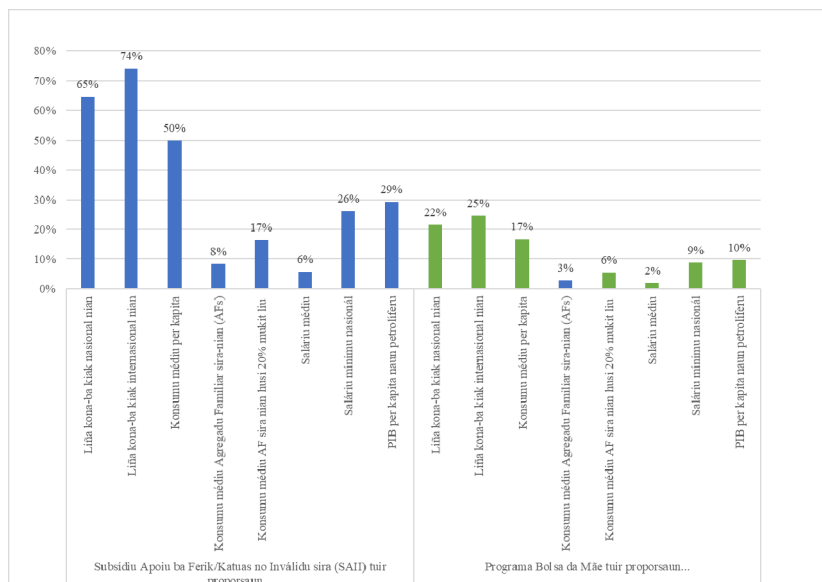
Nível prestasaun monetária tenke suficiente atu bele garante pelumenus nível bein-estár mínimu ida, ne'ebé depende, laos de'it husi nível rendimentu, maibé mós husi asesu ba benefisiu sosiál no servisu públiku sira seluk⁵.

Rejime jerál seguransa sosiál nian ofere prestasaun balun ho montante ne'ebé relasiona ho saláriu no ho tempu kontribuisaun. Bainhira kompara ho esperiénsia internasionál, fórmula káلكulu ba prestasaun, agora daudaun, nia rezultadu mak prestasaun ida ne'ebé jenerozu. Pensaun ba ferik-katuas, invalidés no sobrevivénsia hakarak taxa substituisaun 100% husi rendimentu segurado. Porezemplu, pensaun ba ferik-katuas, defisiénsia no sobrevivénsia, Konvensaun N.º 128 OIT no Rekomendasaun N.º 131 estabelese katak benefisiu nia nível tenke korresponde ba pelumenus 40% husi saláriu referénsia, no konsidera katak montante tenke hetan atualizasaun atu akompaña nível remunerasaun jerál no/ka kustu moris nia alterasaun sira. Maibé, rejime jerál seguransa sosiál nian seidak abranje eventualidade sira hotu ne'ebé garante protesaus durante moris tomak nian.

Iha âmbito sistema naun kontributivu, SAIL no programa Bolsa da Mãe iha nível prestasaun fíksu. Imajen 3 hatudu prestasaun hirak-ne'e sira-nia adekuasaun haree ba indikador ekonómiku oiain. Kona-ba SAIL, prestasaun ida-ne'e reprezenta maizoumenus 65% husi liña nasional kona-ba kiak nian, maizoumenus 8% husi konsumu médiu agregadu familiar sira-nian no 17% husi konsumu médiu agregadu familiar sira-ne'ebé mak kiak liu, no destaka prestasaun ida-ne'e nia potenciál hodi kontribui ho maneira signifíkativa hodi hadia populasaun vulnerável liu nia nível bein-estár. Maibé, valór prestasaun la hetan evolusaun tuir poder de kompra, no nafatin konstante desde 2010.

Haree ba programa Bolsa da Mãe, prestasaun reprezenta frasaun kiik ida kompara ho maioria indikádor sira ne'ebé uza hodi halo komparasaun. Representa deit 22% liña nasional kona-ba kiak nian, 3% konsumu médiu agregadu familiar nian no 6% konsumu médiu agregadu familiár ne'ebé mak kiak liu. Montante husi benefisiu ida-ne'e nafatin dook husi rekomendasaun internasionál nian ne'ebé hatudu valór pelumenus 15% to'o 20% husi despeza per kapita⁶. Aleinde ne'e, Rekomendasaun N.º 102 OIT nian hatudu mós mínimu ida kona-ba prestasaun ba família/labarik sira, no tenke kalkula valór benefisiu pelumenus 3% husi saláriu referénsia multiplika ba número labarik ne'ebé abranje; ka pelumenus 1,5% husi saláriu referénsia multiplika ba número labarik husi totál populasaun rezidente.

Imajen 3: SAIL no Programa Bolsa da Mãe nia Adekuasaun



Fonte: Cálculos OIT/MSSI com base nas seguintes fontes de dados: Contas Nacionais 2000-2019 para obter o PIB per capita não petrolífero; Inquérito aos Padrões de Vida de 2014 de Timor-Leste para as linhas de pobreza nacional (46,37 USD per capita mensal) e internacional (40,45 USD per capita mensal), consumo médio mensal (60 USD per capita, 30,3 USD per capita dos 20% mais pobres e 360 USD por agregado familiar); Inquérito à Força de Trabalho de 2013 para acesso ao salário médio mensal (530 USD) e; Salário mínimo nacional (115 USD).

2.5.3 Investimento na proteção social

De acordo com a análise efetuada pelo MSS/OIT/ONU (2018) os programas de proteção social referidos na secção anterior somavam um investimento de aproximadamente 212 milhões de dólares americanos em 2015, equivalente a 15,5% do PIB não petrolífero ou 8% do PIB petrolífero¹. Isto representava também um investimento médio de 179,45 USD per capita.

Os recursos investidos variam significativamente por grupos etários, segundo a mesma fonte. Estes estão fortemente concentrados na população mais idosa, uma vez que este grupo tende a perder a sua capacidade de trabalho, reduzindo o potencial de rendimentos, havendo assim a necessidade de garantir a segurança de rendimentos. Os recursos na primeira infância são relativamente baixos, considerando que os investimentos nesta fase geram maiores retornos ao longo da vida. Ainda que aumentem ligeiramente durante a idade escolar, esses recursos voltam a diminuir durante a maior parte da idade ativa. A solução não passa por reduzir os investimentos nos idosos, mas antes reforçar os recursos direcionados para as crianças.

Ainda que seja necessária a atualização dos dados da despesa pública em proteção social, é possível fazer uma breve análise da evolução do Orçamento Geral do Estado (OGE) para os setores sociais (Figura 4), mostrando como é que os recursos nacionais têm sido direcionados para os diferentes setores.

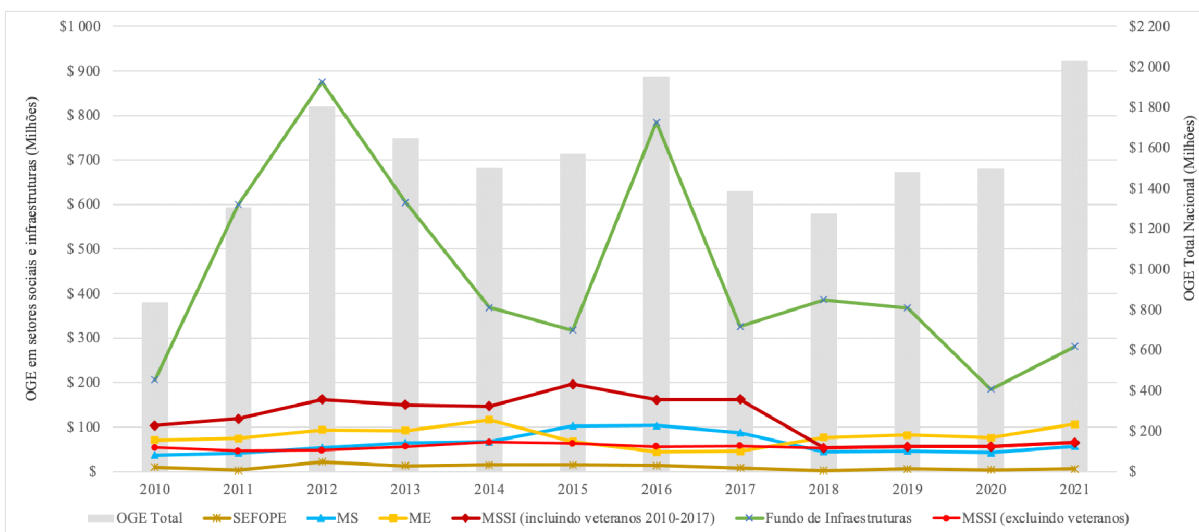
No que se refere ao MSSI, os aumentos do orçamento entre 2010 e 2017 foram impulsionados principalmente pelas despesas com veteranos, as quais representaram em média 62% do orçamento total nesse período². Em 2018, foi criado um Ministério para os Assuntos dos Combatentes de Libertação Nacional (MACLN), pelo que deixou de integrar o orçamento do MSSI. O orçamento do MSSI passou de cerca de 53 milhões de dólares em 2018 para 65,6 milhões de dólares em 2021, representando um acréscimo nominal de 24% no período considerado.

Os orçamentos do MS e ME aumentaram ambos em cerca de 51% entre 2010 e 2021 ainda que tenham sofridos variações no período em análise. O orçamento do MS passou de 37,5 milhões de dólares em 2010 para 56,7 milhões de dólares em 2021. Convém salientar os orçamentos aprovados para ambos os setores atingiram os seus montantes máximos em 2016 para o MS (103,2 milhões de dólares) e em 2014 para o ME (116,3 milhões de dólares).

Pelo contrário, o orçamento da SEFOPE sofreu um decréscimo entre 2010 e 2021 embora com variações significativas no período considerado. Em 2021, foi aprovado um orçamento de 5,9 milhões de dólares, inferior ao orçamento de 10 milhões de dólares em 2010. A SEFOPE teve um orçamento aprovado máximo de 22,2 milhões de dólares em 2012.

Enquanto isso os orçamentos em infraestrutura investimentos têm sido bastante elevados ao longo dos anos, refletindo uma das principais prioridades nacionais dos últimos anos. O Fundo de Infraestruturas teve um acréscimo de 36% entre 2010 e 2021 embora com variações significativas neste período.

Figura 4: Evolução do Orçamento Geral do Estado, itens selecionados, em milhões de USD, 2010-2021



Fonte: Orçamento Geral do Estado 2010-2021 com base nos dados disponíveis no Portal da Transparência de Timor-Leste <http://www.budgettransparency.gov.tl/public/index>

Fonte: Kálkulu husi OIT/MSSI bazeia ba fonte dados tuirmai ne'e: Kontas Nasionál 2000-2019 hodi obten PIB per kapita naun petrolíferu; Inkéritu kona-ba Padraun Moris iha tinan 2014 iha Timór-Leste ba liña nasional kona-ba kiak nian (USD 46,37 per kapita mensál) no internasionál (USD 40,45 per kapita mensál), konsumu médiu mensál (USD 60 per kapita, USD 30,3 per kapita husi 20% ema kiak liu no USD 360 ba agregadu familiár); Inkéritu kona-ba Forsa Traballu iha tinan 2013 hodi asesu ba saláriu médiu mensál (USD 530) no; Saláriu mínimu Nasionál (USD 115).

2.5.3 Investimentu iha protesaun sosiál

Tuir análise ne'ebé MSS/OIT/ONU (2018) halo kona-ba programa protesaun sosiál sira, ne'ebé refere iha seksaun molok ida-ne'e nian, sura hamutuk investimentu ida besik millaun dólar amerikanu 212 iha tinan 2015, ne'ebé ekivale ba 15,5% husi PIB naun petrolíferu ka 8% husi PIB petrolíferu¹. Ida-ne'e mós reprezenta investimentu médiu ida USD 179,45 per kapita.

Rekursu sira ne'ebé investe ona hatudu variasaun significativu tuir grupu etáriu, tuir fonte ne'ebé temi tiha ona. Rekursu hirak-ne'e konsentra loos ba populasaun ne'ebé idade boot liu, tanba grupu ida-ne'e mak baibain lakon nia kapasidade traballu, no ida-ne'e hamenus sira-nia potencial hodi hetan rendimentu, tan ne'e iha nesesidade hodi garante seguransa rendimentu sira-nian. Rekursu sira ba infánsia dahuluk kiik liu, bainhira ita konsidera katak investimentu iha faze ida ne'e mak kria retornu boot liu durante kuaze idade ativa tomak. Maski aumenta uituan durante idade eskolár, rekursu hirak-ne'e tun fila fali durante kuaze idade ativa tomak. Solusaun laos hamenus investimentu ba fêrik-katuas, maibé reforsa rekursu direcionado ba labarik sira.

Maski prezisa halo atualizasaun dados nian kona-ba despeza públka ba protesaun sosiál, iha ona possibilidade hodi halo análise badak kona-ba evolusaun Orsamentu Jerál Estadu nian (OJE) ba setor sosiál sira (Imajen 4), no hatudu oinsá mak rekursu nasional sira direciona ba setór oiain.

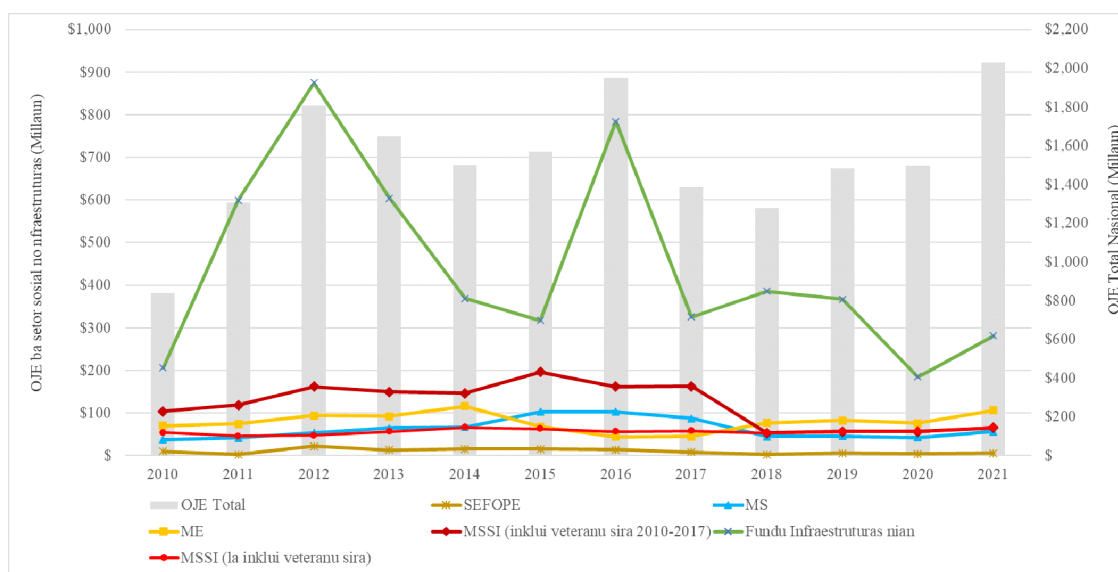
Kona-ba MSSI, despeza ho veteranu sira mak impulsu prinsipal hodi aumenta orsamentu entre tinan 2010 no tinan 2017, despeza hirak ne'e reprezenta média 62% husi total orsamentu ba período ida ne'ebá². Iha tinan 2018, Ministériu ba Asuntu Kombatientes da Libertasaun Nasionál (MACLN) harii ona no, hanesan ne'e, nia la integra ona orsamentu MSSI. MSSI nia orsamentu sae husi maizoumenus dólar millaun 53, iha tinan 2018, ba dólar millaun 65,6, iha tinan 2021, no aumentu ne'e reprezenta akréximu nominál 24% iha período ne'ebé konsidera.

MS no ME nia orsamentu aumenta maizoumenus 51%, entre tinan 2010 no tinan 2021, maski hasoru variasaun iha período ne'ebé ita analiza. Orsamentu MS nian aumenta husi dólar millaun 37,5, iha tinan 2010, ba dólar millaun 56,7, iha tinan 2021. Importante hatudu katak orsamentu, ne'ebé aprova ba setór rua ne'e, atinje sira-ninia montante másimu iha tinan 2016 ba MS (dólar millaun 103,2) no iha tinan 2014 ba iha ME (dólar millaun 116,3).

Iha parte seluk, SEFOPE nia orsamentu tuun, entre tinan 2010 no tinan 2021, maski ho variasaun significativu iha período ne'ebé refere. Iha tinan 2021, orsamentu ne'ebé aprova mak dólar millaun 5,9, kiik liu duké orsamentu dólar millaun 10 iha tinan 2010. SEFOPE nia orsamentu másimu ne'ebé aprova ona mak dólar millaun 22,2 iha tinan 2012.

Enkuantu ne'e, orsamentu ba investimentu iha infraestrutura sira aas tebetebes tinan ba tinan, no situasaun ne'e refleto prioridade nasional prinsipál ida durante tinan hirak ikus mai. Fundu Infraestrutura sira-nian iha aumentu ida 36%, entre tinan 2010 no tinan 2021, maski hetan variasaun significativu iha período ne'e.

Imajen 4: Orsamentu Jerál Estadu nia Evolusaun, item selesionadu, ho millaunUSD , tinan 2010-2021

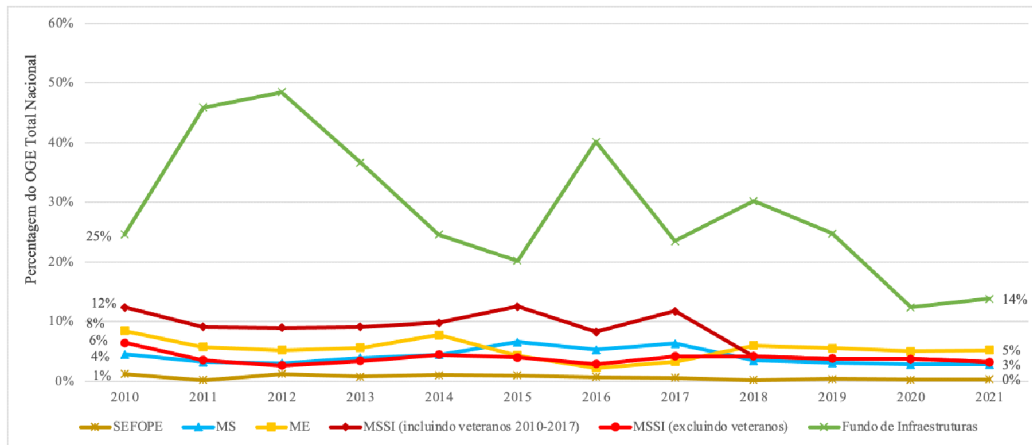


Fonte: Orsamentu Jerál Estadu tinan 2010-2021 bazeia ba dadu disponivel iha Portál Transparénsia Timór-Leste nian <http://www.budgettransparency.gov.tl/public/index>

Nota: (1) O orçamento referente a Infraestruturas inclui apenas o montante de orçamento aprovado no âmbito do Fundo das Infraestruturas; (2) O orçamento do MSS entre 2010 e 2017 inclui o orçamento dedicado aos veteranos. A partir de 2018, foi criado o Ministério dos Assuntos Combatentes de Libertação Nacional (MACLN); (3) O orçamento do MSSSI inclui o Orçamento da Segurança Social (excluindo o Regime Contributivo de Capitalização) entre 2017 e 2020.

Contudo, importa salientar que o orçamento dos setores sociais e infraestruturas em proporção do orçamento total nacional sofreu um decréscimo entre 2010 e 2021. Em 2021, o orçamento do MSSSI corresponde a 3% do orçamento total nacional, 9 pontos percentuais inferior ¹ ao orçamento aprovado em 2010. Em 2021, o orçamento do MS representa 3% do orçamento total nacional, 1 ponto percentual abaixo quando comprado com 2010. O orçamento do ME representa 5% do total nacional, menos 3 pontos percentuais que em 2010. O orçamento de infraestruturas em percentagem do total do orçamento de Estado sofreu um decréscimo significativo (11 pontos percentuais) entre 2010 e 2021, porém continua a representar uma parcela significativa do total do orçamento em 2021 (14%) quando comparado com os setores sociais que não ultrapassam os 5%.

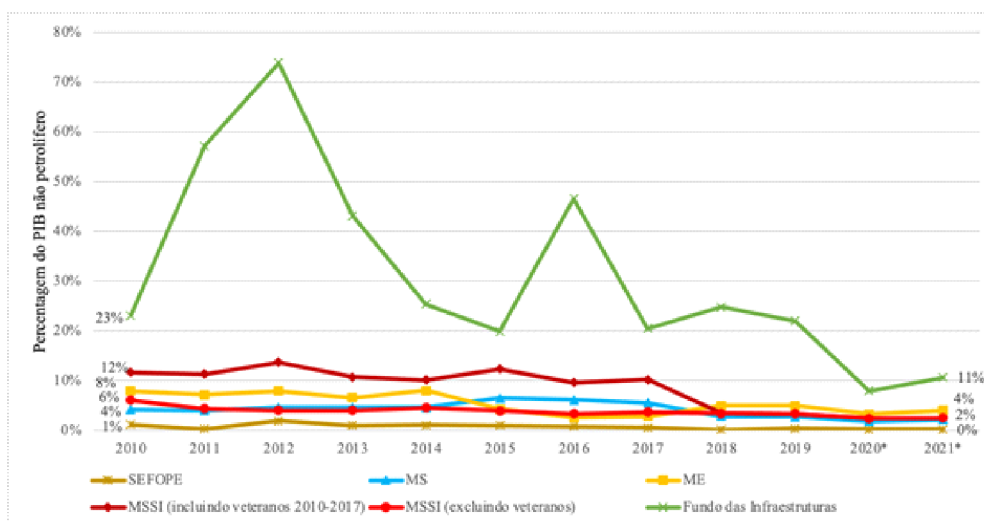
Figura 5: Orçamento Geral do Estado, itens selecionados, em percentagem do total nacional (%), 2010-2021



Fonte: Orçamento Geral do Estado 2010-2021 com base nos dados disponíveis no Portal da Transparência de Timor-Leste <http://www.budgettransparency.gov.tl/public/index>

Analisando de outra perspetiva, a evolução do orçamento nos setores sociais em percentagem do PIB (Figura 5) revela igualmente uma tendência decrescente no período em análise, acompanhando o ritmo decrescente do orçamento total nacional. Em 2021, o orçamento aprovado quer para o MSSSI quer para o MS correspondiam a 2% do PIB não petrolífero, significando uma queda de 10 pontos percentuais¹ e 2 pontos percentuais face a 2010, respetivamente. O orçamento aprovado em 2021 para o ME representa 8% do PIB não petrolífero, ou seja, menos 4 pontos percentuais que em 2010. Relativamente à SEFOPE, o orçamento de 2021 corresponde apenas a 0,2% do PIB não petrolífero (face a 1% em 2010). Por último, o orçamento das infraestruturas em proporção do PIB também diminuiu (12 pontos percentuais), mas continua a assumir um peso significativo, representando 11% do PIB não petrolífero.

Figura 6: Orçamento Geral do Estado, itens selecionados, em percentagem do PIB não petrolífero (%), 2010-2021

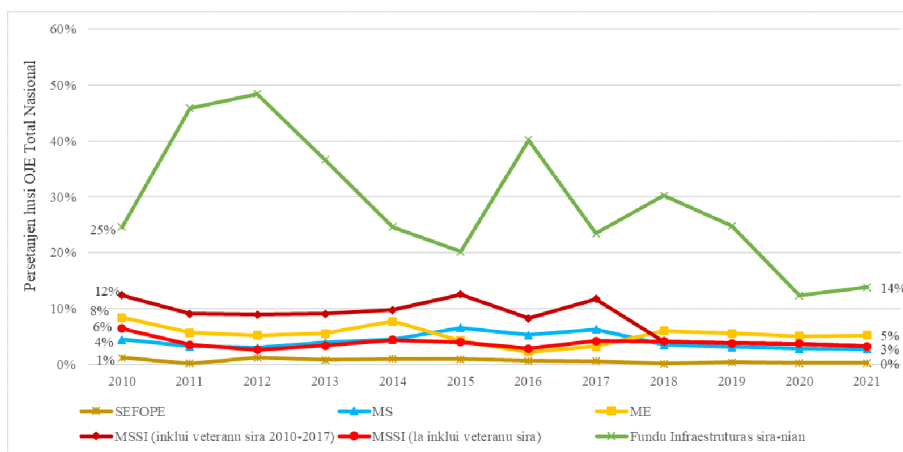


Fonte: Cálculos com base no Orçamento Geral do Estado 2010-2021 (dados disponíveis no Portal da Transparência de Timor-Leste <http://www.budgettransparency.gov.tl/public/index>) e PIB não petrolífero tendo por base as Contas Nacionais 2000-2019 e estimativas FMI para 2020 e 2021.

Nota: (1) Orsamentu ne'ebé refere ba Infraestrutura inklui de'it montante orsamentu ne'ebé aprova iha ámbito husi Fundu Infraestrutura sira-nian; (2) Orsamentu MSS nian, entre tinan 2010 no tinan 2017, inklui orsamentu ba veteranu sira. Hahú husi tinan 2018, Ministériu Asuntus Kombatentes da Libertasaun Nasionál (MACLN) harii ona; (3) Orsamentu MSSSI inklui Orsamentu Seguransa Sosiál nian (la inklui Rejime Kontributivu Kapitálizasaun) entre tinan 2017 no tinan 2020.

Maibé, importante hatudu katak, tuir proporsau ho orsamentu totál nasionál, orsamentu ba setór sosiál no infraestrutura, , tuun entre tinan 2010 no tinan 2021. Iha tinan 2021, orsamentu MSSSI nian korresponde ba 3% husi orsamentu totál nasionál, pontu persentuál 9 kiik liu¹ husi orsamentu ne'ebé aprova iha tinan 2010. Iha tinan 2021, orsamentu MS nian representa 3% husi orsamentu totál nasionál, pontu persentuál 1 kiik liu bainhira kompara ho valór iha tinan 2010. Orsamentu ME nian representa 5% husi totál nasionál, pontu persentuál 3 menus liu duké iha tinan 2010. Orsamentu ba infraestrutura, tuir persentajen husi totál orsamentu Estadu nian, tuun makaas (pontu persentuál 11), entre tinan 2010 no tinan 2021, maski kontinua nafatin representa parsela signifikativu ida husi totál orsamentu iha tinan 2021 (14%) bainhira ita halo komparasaun ho setór sosiál ne'ebé la liu 5%.

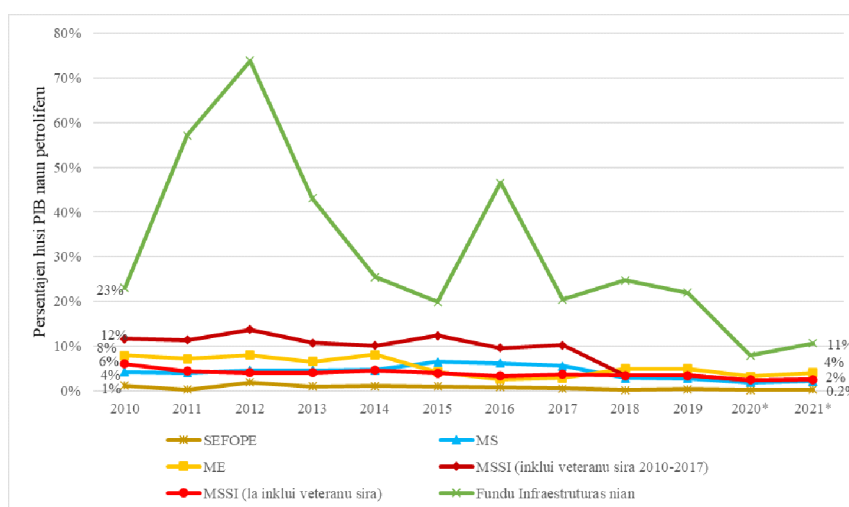
Imajen 5: Orsamentu Jerál Estadu nian, item selesionadu, tuir persentajen totál nasionál (%), tinan 2010-2021



Fonte: Orsamentu Jerál Estadu nian ba tinan 2010-2021 bazeia ba dadu disponivel iha Portál Transparénsia Timór-Leste nian <http://www.budgettransparency.gov.tl/public/index>

Bainhira ita halo análize, liuhusi perspetiva seluk, orsamentu nia evolusaun iha setór sosiál tuir persentajen PIB nian (Imajen 5) hatudu mós tendénsia dekrexente ida iha períodu ne'ebé analiza, no akompaña ritmu dekrexente orsamentu totál nasionál nian. Iha tinan 2021, orsamentu ne'ebé aprova ba MSSSI no ba MS korresponde ba 2% PIB naun petrolíferu nian, no ne'e signifika tuun persentuál pontu 10¹ no pontu persentuál 2 kompara ho tinan 2010 nian, respetivamente. Orsamentu ne'ebé aprova iha tinan 2021 ba ME representa 8% PIB naun petrolíferu nian, ne'e katak, pontu persentuál 4 menus liu duké iha tinan 2010. Ba SEFOPE, orsamentu ba tinan 2021 korresponde de'it ba 0,2% PIB naun petrolíferu nian (kompara ho 1% iha tinan 2010). Ikus liu, orsamentu infraestrutura tuir proporsau PIB nian mós tuun (pontu persentuál 12), maibé iha nafatin pezu signifikativu ida, no representa 11% husi PIB naun petrolíferu.

Imajen 6: Orsamentu Jerál Estadu nian, item selesionadu, ho persentajen PIB naun petrolíferu (%), ba tinan 2010-2021



Fonte: Káلكulu sira ne'e bazeia ba Orsamentu Jerál Estadu nian ba tinan 2010-2021 (dadu sira disponivel iha Portál Transparénsia Timór-Leste nian <http://www.budgettransparency.gov.tl/public/index>) no PIB naun petrolíferu bazeia ba Kontas Nasionál ba tinan 2000-2019 no estimativa FMI nian ba tinan 2020 no 2021.

Capítulo 3: Estratégia Nacional para a Proteção Social 2021-2030

3.1 Introdução

A ENPS assenta nos compromissos assumidos por Timor-Leste ao longo dos anos para avançar com uma visão para a proteção social para a próxima década, guiada pela Recomendação da OIT de 2012 (Nº 202) relativa aos Pisos de Proteção Social.

Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011 – 2030

O PED 2011 – 2030 foi desenvolvido como a base estratégica para o desenvolvimento do país, traçando objetivos e metas para responder aos desafios enfrentados por Timor-Leste. O PED reconhece que a maior riqueza do país são as suas pessoas, e que o foco do desenvolvimento nacional tem de ser a melhoria da educação, da saúde e da qualidade de vida da população.

O PED prevê, no curto prazo, o apoio contínuo às crianças, mulheres em risco, idosos, pessoas portadoras de deficiências e outros grupos vulneráveis, enquanto são construídas condições para que as pessoas tenham mais autonomia e necessitem de menor apoio do Estado.

Os programas de transferências sociais monetárias, nomeadamente o SAII e o programa Bolsa da Mãe, são vistos como os principais pilares do sistema de proteção social, e como elementos essenciais para a contínua construção da coesão social e como um apoio aos cidadãos mais vulneráveis.

O PED reconhece ainda a necessidade de remover as barreiras de acesso a serviços e bens essenciais, tais como a saúde, a educação e a habitação, e estabelece que as medidas tomadas para estes fins devem ter em conta não só as dinâmicas demográficas como devem dedicar uma atenção especial à situação das crianças.

A CPLP e o Plano de Ação de Tíbar

No quadro da CPLP, em Abril de 2015, juntamente com os outros países membros, conforme o ponto 1.3 do Plano de Ação de Tíbar, o Governo de Timor-Leste assumiu o compromisso de reforçar as “estratégias nacionais e/ou planos nacionais de desenvolvimento para a redução da pobreza e das desigualdades sociais, monitorizando e avaliando os resultados”²¹ até 2017.

O plano ainda reitera a importância e a necessidade de compromisso dos países membros da CPLP na promoção de políticas sociais, incluindo a extensão da proteção social universal, concretizando, gradualmente, os pisos nacionais de proteção social, em linha com a Recomendação n.º 202 da OIT.

A partir deste compromisso, o Governo de Timor-Leste, com a liderança do MSSI, e o apoio da OIT através do projeto ACTION, iniciou o processo de elaboração da Estratégia Nacional para a Proteção Social de Timor-Leste.

Os Pisos de Proteção Social

Os Pisos de Proteção Social (PPS) configuram um conjunto de garantias sociais básicas, as quais visam garantir que todos os cidadãos tenham acesso a serviços básicos de saúde e segurança básica de rendimentos ao longo de toda a vida. Timor-Leste é um dos signatários da Recomendação 202/2012 da OIT, que estabelece os PPS. Porém, os moldes através dos quais os PPS são implementados devem ser desenvolvidos e adaptados de acordo com as circunstâncias e realidades de cada país.

O processo que culminou na elaboração da ENPS assentou nos princípios orientadores que visam abranger toda a população e melhorar gradualmente os níveis de benefícios conforme as possibilidades do país de modo a garantir: (1) o acesso a serviços de saúde básica, incluindo cuidados maternos; (2) a segurança básica de rendimento para as crianças, incluindo o acesso a uma nutrição adequada, educação, cuidados e outros bens e serviços necessários; (3) segurança básica de rendimento para as pessoas em idade ativa, e que não obtêm rendimento suficiente, em especial em casos de doenças, desemprego, maternidade e deficiência; e (4) segurança básica de rendimento para os idosos.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Os ODS têm como uma das suas metas “implementar, a nível nacional, medidas e sistemas de proteção social adequados, para todos, incluindo Pisos de Proteção Social, e até 2030 atingir a cobertura substancial dos pobres e vulneráveis” (Meta 1.3). Entre as prioridades estabelecidas pelo Governo de Timor-Leste, muitas contribuem para o alcançar deste objetivo, e foram estabelecidas de forma alinhada com o PED – construindo sobre os resultados já alcançados e as atividades em progresso, assim como reforçando a coerência e eficiência no uso de recursos.

Nos primeiros 5 anos, as prioridades serão concentradas nos ODS 2 (erradicar a fome), 3 (saúde), 4 (educação), 5 (igualdade de género), 6 (água e saneamento) e 9 (infraestrutura), em sintonia com os objetivos do PED, de acelerar o desenvolvimento

Kapítulu 3: Estratéjia Nasionál ba Protesaun Sosiál tinan 2021-2030

3.1 Introdusaun

ENPS hatuur iha kompromisu ne'ebé Timór-Leste asume, tinan ba tinan, hodi avansa vizaun protesauun sosiál nian ida ba dékada oin mai, ho orientasaun husi Rekomendasaun OIT nian husi tinan 2012 (N.º 202) kona-ba Pizu Protesaun Sosiál.

Planu Estratéjiku Dezenvolvimentu ba tinan 2011 – 2030

PED ba tinan 2011-2030 dezenvolve tiha nu'udar baze estratéjika ba dezenvolvimentu nasaun nian, no trasa objetivu no meta sira hodi hatán ba dezafiu ne'ebé Timór-Leste hasoru. PED rekoñese katak ema mak nasaun nia rikusoin boot liu, no katak hadia edukasaun, saúde no kualidade moris populasaun nian mak tenke husi foku dezenvolvimentu nasional.

PED prevee, iha kurtu prazu, apoiu kontínuu ba labarik, feto iha risku, ferik-katuas, ema ho defisiénsia no grupu vulnerável sira seluk, enkuantu harii kondisaun atu ema sira bele hetan autonomia boot liu no hamenus apoiu ne'ebé sira presiza husi Estadu.

Programa transferénsia sosiál monetária, liuliu SAI no programa Bolsa da Mãe, mak ita haree hanesan rin prinsipal sistema protesauun sosiál nian, nomós hanesan elementu esensial hodi kontinua harii koezaun sosiál no hanesan apoiu ida ba sidadaun sira ne'ebé vulnerável liu.

PED rekoñese mós nesiedade hodi hasai barreira hosi asesu ba servisu no beins esensial sira, hanesan saúde, edukasaun no hela fatin, no estabelese katak medida sira ba fin hirak-ne'e tenke haree laos de'it ba dinámika demográfiku maibé tenke dedika atensaun espesial ida ba labarik sira-nia situasaun.

CPLP no Planu Asaun Tíbar nian

Tuir kadru CPLP nian, iha fulan Abril tinan 2015, hamutuk ho nasaun membru sira seluk, tuir pontu 1.3 husi Planu Asaun Tíbar nian, Governu Timór-Leste asume kompromisu hodi haforsa “estratéjia nasional no/ka planu nasional dezenvolvimentu sira hodi hamenus kiak no dezigualdade sosiál, luhusi monitorizasaun no avaliasaun rezultadu sira-nian”¹, to'o iha tinan 2017.

Planu mós renova fali importánsia no nesiedade kompromisu husi nasaun membru CPLP nian hodi promove política sosiál, inklui estensaun protesauun sosiál universal, no neneik-neneik, konkretiza pizu nasional protesauun sosiál, tuir Rekomendasaun n.º 202 OIT nian.

Hahú husi kompromisu ida-ne'e, Governu Timór-Leste nian, liuhusi MSSI nia lideransa, no ho apoiu OIT nian, lihusi projetu ACTION, hahú ona prosesu elaborasaun Estratéjia Nasionál ba Protesaun Sosiál Timór-Leste nian.

Pizu Protesaun Sosiál

Pizu Protesaun Sosiál sira (PPS) forma garantia sosiál bázika lubuk ida, ne'ebé hakarak garante katak sidadaun sira hotu iha asesu ba servisu báziku saúde nian no seguransa bázika rendimentu durante moris tomak. Timór-Leste mak nasaun ida ne'ebé asina ona Rekomendasaun 202/2012 OIT nian, ne'ebé estabelese PPS sira. Maibé, molde sira ne'ebé uza hodi implementa PPS tenke dezenvolve no adapta tuir sirkunstánsia no realidade nasaun idak-idak nian.

Prosesu ne'ebé atinje elaborasaun ENPS nian hatuur iha prinsíspiu orientadór ne'ebé hakarak abranje populasaun tomak no hadia uituan-uituan nível benefísiu sira-nian, tuir nasaun nia possibilidade, hodi garante: (1) asesu ba servisu saúde báziku, inklui kuidadu maternu; (2) seguransa bázika rendimentu nian ba labarik sira, inklui asesu nutrisaun ida ne'ebé adekuaudu, edukasaun, kuidadu sira no beins no servisu seluk ne'ebé nesésáriu; (3) seguransa bázika rendimentu nian ba ema iha idade ativa, no ne'ebé laiha rendimentu sufisiente, liuliu ba kazu ema moras, dezempregu, maternidade no ema ho defisiénsia; no (4) seguransa bázika rendimentu ba ferik-katuas.

Objetivu Dezenvolvimentu Sustentável

ODS sira-nia meta ida mak “implementa, iha nível nasional, medida no sistema protesauun sosiál sira ne'ebé adekuaudu ba ema hotu, inklui Pizu Protesaun Sosiál, no to'o iha tinan 2030 atinje kobertura substansial ba ema kiak no ba ema ne'ebé vulnerável” (Meta 1.3). Entre prioridade sira, ne'ebé Governu Timór-Leste estabelese, barak mak kontribui hodi alkansa objetivu ida-ne'e, no barak estabelese tiha ona tuir PED – no harii husi rezultadu ne'ebé alkansa ona no atividade sira ne'ebé lao hela, nomós haforsa koerénsia no efisiénsia rekursu sira-nia utilizasaun.

Iha tinan dalimak dahuluk, prioridade sei konsentra iha ODS 2 (halakon hamlaha), 3 (saúde), 4 (edukasaun), 5 (igualdade jéneru), 6 (bee no saneamentu) no 9 (infraestrutura), tuir PED nia objetivu sira, hodi aselera dezenvolvimentu umanu no hadia infraestrutura

humano e melhorar as infraestruturas no curto prazo. A segunda fase de esforços para os ODS continuará concentrada no desenvolvimento humano, mas dará maior ênfase aos ODS 8 (crescimento económico e emprego) e 12 (produção e consumo sustentável).

Por fim, o Governo espera que os esforços nos primeiros 10 anos de trabalho com os ODS permitam o alcance, na terceira fase de ações, do fim da pobreza (ODS 1), através da melhoria das condições de vida da população através de uma economia forte e diversificada. De forma transversal, estas ações contribuirão para o alcance do ODS 16 (paz e instituições efetivas). Um grupo técnico foi formado pelo governo para coordenar o planeamento e a implementação das ações necessárias para atingir este conjunto de objetivos.

3.2 A Visão para 2030

Até 2030, Timor-Leste visa alcançar o fim da pobreza, a promoção da paz, garantir o acesso à saúde, educação e outros serviços essenciais, garantir o cuidado adequado das crianças, idosos e deficientes, e proteger a população contra os riscos sociais e económicos, garantindo assim um nível de vida digno para todos os cidadãos timorenses.

3.3 Objetivos

A ENPS é o primeiro documento estratégico desta índole desenvolvido no país. A estratégia toma em consideração as condições de vida da população, os programas e o enquadramento da proteção social existentes no país, assim como os compromissos e responsabilidades assumidos pelo Estado timorense para concretizar a visão para a proteção social em Timor-Leste até 2030.

De modo a garantir que a estrutura da estratégia é de fácil compreensão e análise, a ENPS estabelece três objetivos estratégicos, os quais estão desagregados em sub-objetivos considerados como áreas de intervenção prioritária.

Objetivo 1: Reduzir a pobreza

- 1.1:** Expandir o apoio aos grupos mais vulneráveis;
- 1.2:** Melhorar o sistema de transferências sociais monetárias;
- 1.3:** Aumentar o apoio à nutrição;
- 1.4:** Facilitar o acesso à saúde e à educação;
- 1.5:** Fortalecer a prevenção e resposta a desastres.

Objetivo 2: Melhorar e expandir a segurança social para os trabalhadores

- 2.1:** Desenvolver o sistema de segurança social contributivo;
- 2.2:** Desenvolver o Instituto Nacional de Segurança Social.

Objetivo 3: Desenvolvimento institucional

- 3.1:** Coordenar e integrar os programas;
- 3.2:** Capacitar os recursos humanos;
- 3.3:** Estabelecer um sistema de monitorização e avaliação;
- 3.4:** Fortalecer as bases legais da proteção social;
- 3.5:** Melhorar o financiamento e planeamento orçamental.

Para alcançar os objetivos estratégicos e as áreas de intervenção prioritária, são identificadas atividades prioritárias, consideradas essenciais para materializar a visão da proteção social em Timor-Leste. Esta Estratégia deverá ser complementada por Planos de Implementação Anual que irão para complementar e especificar as atividades prioritárias da ENPS com o objetivo de assegurar a sua implementação eficiente e eficaz.

De seguida, apresentam-se as atividades prioritárias organizadas por objetivos da ENPS com vista à sua concretização até 2030.

Objetivo 1: Reduzir a Pobreza

O primeiro grupo de atividades prioritárias tem como objetivo contribuir para a redução da pobreza em Timor-Leste. Desta forma, pretende-se que todos os cidadãos timorenses satisfaçam as suas necessidades básicas em cada uma das fases da sua vida, incluindo indivíduos e famílias pobres e/ou a viver em situações mais vulneráveis e/ou com necessidades especiais.

Dada a multiplicidade de causas e condições que podem levar à pobreza, a proteção social pode desempenhar um papel fundamental e intervir de diversas formas. Assim, o objetivo de redução da pobreza é subsequentemente dividido em cinco áreas prioritárias.

sira iha kurtu prazu. Faze daruak esforsu sira-nian ba ODS sei kontinua konsentra nafatin iha dezenvolvimentu umanu, maibé sei fõ importánsia boot liu ba ODS 8 (kreximentu ekonómiku no empregu) no 12 (produsaun no konsumu sustentável).

Ikus liu, Governu hein katak esforsu sira, iha tinan 10 dahuluk nian, ne'ebé servisu ho ODS sei permite alkansa, iha faze asaun datoluk asaun sira-nian, halakon kiak (ODS 1), liuhusi hadia populasaun nia kondisaun moris, liuhusi ekonomia forte no diversifikadu. Ho maneira transversál, asaun hirak-ne'e sei kontribui hodi alkansa ODS 16 (dame no instituisaun efetivu). Governu forma grupu tekniku ida hodi kordena asaun nesésáriu sira-nia planeamentu no implementasaun hodi atinje objetivu lubuk ne'e.

3.2 Vizaun ba tinan 2030

To'o iha tinan 2030, Timór-Leste hakarak halakon kiak, promove dame, garante asesu ba saúde, edukasaun no servisu esensial sira seluk, garante kuidadu ne'ebé adekua ba labarik sira, ferik-katuas no ema ho defisiénsia, no proteje populasaun hodi hasoru risku sosial no ekonómiku, no hanesan ne'e garante nível moris nian ida ne'ebé dignu ba sidadaun timoroan hotu-hotu.

3.3 Objetivu sira

ENPS mak dokumentu estratéjiku dahuluk, ho modelu hanesan ida-ne'e nian, ne'ebé dezenvolve iha ita-nia nasaun. Estratéjia ne'e konsidera populasaun nia kondisaun moris, programa no enkuadramentu protesau sosial ne'ebé existe ona iha nasaun, hanesan mós kompromisu no responsabilidade sira ne'ebé Estado Timór asume tiha ona hodi konkretiza vizaun ba Protesau Sosial iha Timór-Leste to'o iha tinan 2030.

Hodi garante katak estratéjia nia estrutura fásil atu komprende no atu analiza, ENPS estabelese objetivu estratéjiku 3, no fahe ba sub-objetivu ne'ebé ita konsidera nu'udar área intervensaun prioritária.

Objetivu 1: Hamenus kiak

- 1.1:* Habelar apoiu ba grupu ne'ebé vulnerável liu;
- 1.2:* Hadia sistema transferénsia sosial monetária;
- 1.3:* Aumenta Apoiu ba Nutrisaun;
- 1.4:* Fasilita Asesu ba Saúde no Edukasaun;
- 1.5:* Haforsa Prevensaun no resposta ba dezastre sira.

Objetivu 2: Hadia no habelar seguransa sosial ba traballadór sira

- 2.1:* Dezenvolve sistema seguransa sosial kontributivu;
- 2.2:* Dezenvolve Institutu Nasionál Seguransa Sosial.

Objetivu 3: Dezenvolvimentu institusionál

- 3.1:* Kordena no integra programa sira;
- 3.2:* Kapasita rekursus umanus;
- 3.3:* Estabelese sistema monitorizasaun no avaliasaun ida;
- 3.4:* Haforsa baze legal protesau sosial nian;
- 3.5:* Hadia finansiamentu no planeamentu orsamentál.

Hodi alkansa objetivu estratéjiku no no área intervensaun prioritária, ita identifika atividade prioritáriu, ne'ebé esensial hodi materializa protesau sosial nia vizaun iha Timór-Leste. Estratéjia ida-ne'e tenke komplementa liuhusi Planu Implementasaun Anuál atu komplementa no spesífika ENPS nia atividade prioritáriu ho objetivu atu asegura ninia implementasaun efisiente no efikás.

Tuirmai, mak atividade prioritáriu ne'ebé organiza liuhusi objetivu ENPS nian atu konkretiza to'o iha tinan 2030.

Objetivu 1: Hamenus Kiak

Lubuk dahuluk atividade prioritáriu nia objetivu mak kontribui hodi hamenus kiak iha Timór-Leste. Hanesan ne'e, ita hakarak sidadaun timoroan hotu-hotu bele satisfás sira-nia nesésidade bázika iha faze idaidak moris nian, inklui indivíduu no família kiak no/ka sira-ne'ebé moris iha situaun vulnerável liu no/ka ema ho nesésidade spesial.

Haree ba kauza no kondisaun oioun ne'ebé bele hamosu kiak, protesau sosial bele dezempeña knaar fundamentál ida no bele intervein ho maneira oioun. Hanesan ne'e, objetivu hodi hamenus kiak fahe tan ba área prioritária lima.

1.1 Expandir o apoio aos grupos mais vulneráveis

Os riscos socioeconómicos podem variar ao longo da vida devido em parte a circunstâncias que os indivíduos não conseguem controlar, podendo colocar os indivíduos e a suas famílias em maior ou menor risco de pobreza e vulnerabilidade. Alguns dos fatores de risco podem afetar certos grupos da população desproporcionalmente, como é o caso das mulheres, dos idosos, das crianças, das pessoas portadoras de deficiências, dos trabalhadores rurais e dos jovens.

Em Timor-Leste, existem programas de proteção social dedicados especificamente a alguns destes grupos de população. Isto inclui programas de prevenção ou alívio da pobreza, como é o caso do SAIL que abrange as pessoas idosas e as pessoas portadoras de deficiência.

No entanto, existem ainda algumas limitações seja por dificuldades operacionais e/ou pelos valores das prestações em questão não serem adequados de forma a terem um impacto significativo no nível de pobreza dos beneficiários. Além disso, a cobertura de alguns dos grupos mais vulneráveis pelo sistema de proteção social continua a ser muito reduzida, incluindo por exemplo a cobertura dos jovens e dos trabalhadores rurais, para os quais são escassos ou não existem programas de proteção social específicos.

Neste contexto, é importante avaliar as políticas e os programas existentes direcionados aos vários grupos de população mais vulneráveis, em termos de incidência, adequação e potencial impacto. Será essencial garantir que as políticas e os programas de proteção social respondam de maneira efetiva às necessidades particulares de cada grupo e contribuem efetivamente para a redução da pobreza. Para os casos em que as medidas de política já foram identificadas e revistas, a sua implementação deverá iniciar-se assim que possível. As atividades prioritárias nesta área de intervenção são enumeradas na tabela seguinte²:

Tabela 2: Atividades Prioritárias para Expandir o Apoio aos Grupos Vulneráveis

| Número de Atividade | Descrição da Atividade |
|----------------------------|---|
| 1.1.1 | Avaliar a incidência, adequação e potencial impacto dos programas nos grupos mais vulneráveis (incluindo a desagregação por género), bem como as oportunidades para melhorar a eficiência e eficácia do sistema de proteção social. |
| 1.1.2 | Rever e aprovar a política nacional para as pessoas portadoras de deficiência |
| 1.1.3 | Desenvolver uma tabela de incapacidades para padronizar a identificação de tipos e níveis de invalidez/incapacidade. |
| 1.1.4 | Tornar universal a cobertura de crianças portadoras de deficiência pelo programa Bolsa da Mãe, com um benefício de montante semelhante ao oferecido pelo SAIL. |
| 1.1.5 | Estabelecer o Conselho Nacional de Integração de Pessoas Portadoras de Deficiência com representação igualitária entre homens e mulheres. |
| 1.1.6 | Ratificar a Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência; |
| 1.1.7 | Avaliar a criação de provisões para o apoio a trabalhadores(as) rurais que percam a sua produção/colheita. |

1.2 Melhorar o sistema de transferências sociais monetárias

Os principais programas de proteção social na prevenção e combate à pobreza em Timor-Leste consistem em transferências sociais monetárias direcionadas a indivíduos e famílias em circunstâncias específicas e/ou que partilham certas características.

No entanto, existem desafios relacionados com o desenho dos programas e com a sua implementação que limitam o alcance de todas as pessoas elegíveis. Portanto, o ajustamento e/ou reformulação de alguns aspetos do desenho das medidas e procedimentos operacionais são fundamentais para garantir que as transferências sociais são capazes de identificar, selecionar, registar e entregar os benefícios a todos os potenciais beneficiários nos diversos grupos-alvo de forma eficaz e eficiente e, consequentemente, com efeito na prevenção e redução da pobreza.

1.1 Habelar apoiu ba grupu sira ne'ebé vulnerável liu

Risku sosioekonómiku bele hasoru mudansa durante ema nia moris tomak tanba sirkunstánsia balun ne'ebé indivíduu la konsege kontrola, bele hamosu risku kiak no vulnerabilidade boot ka kiik ba indivíduu no sira-nia família. Fatór risku balun bele afeta populasaun lubuk balun ho maneira ne'ebé la proporsionál, hanesan feto sira, ferik-katuas, labarik, ema ho defisiénsia, traballadór rural no foin-sa'e sira.

Iha Timór-Leste, iha ona programa protesaun sosiál ne'ebé espesífiku ba populasaun lubuk balun hirak-ne'e. Ne'e inklui programa prevensaun ka hodi hakman kiak, hanesan SAII ne'ebé abranje ferik-katuas no ema ho defisiénsia.

Maibé, iha nafatin limitasaun balun tanba iha difikuldade operasionál no/ka tanba valór prestasaun ne'ebé refere seidak adekuadu atu bele fô impaktu signifikativu ba benefisiáriu sira-nia nível kiak. Aleinde ne'e, kobertura protesaun sosiál nian ba ema vulnerável liu lubuk balun kontinua nafatin kiik, inklui porezemplu kobertura ba foin-sa'e no ba traballadór rural sira, tanba programa protesaun sosiál espesífiku ba grupu rua hirak-ne'e seidak iha, ka iha uituan de'it.

Tuir kontestu, importante atu halo avaliasaun ba polítika no programa sira ne'ebé iha ona no ne'ebé direciona ba grupu populasaun oioin ne'ebé vulnerável liu, tuir insidénsia, adekuasaun no impaktu potenciál. Esensiál atu garante katak polítika no programa protesaun sosiál sira-nian bele hatán ho maneira efetiva ba nesiedade partikular grupu idaidak nian no kontribui ho maneira efetiva hodi hamenus kiak. Ba kazu hirak-ne'ebé medida sira polítika nian identifika no revee ona, presiza hahú siran-nia implementasaun bainhira posível ona. Atividade prioritária iha área intervensaun ne'e enumera iha tabela tuirmai²:

Tabela 2: Atividade Prioritáriu hodi Habelar Apoiu ba Grupú Vulnerável sira

| Númeru | Deskrisaun ba Atividade |
|--------------|---|
| 1.1.1 | Avalia programa sira-nia insidénsia, adekuasaun no impaktu potenciál ba grupu sira ne'ebé vulnerável liu (inklui dezagregasaun tuir jéneru), nomós oportunidade sira hodi hadia efisiénsia no efikásia sistema protesaun sosiál nian. |
| 1.1.2 | Revé no aprova polítika nasional ba ema ho defisiénsia |
| 1.1.3 | Dezenvolve tabela ida kona-ba inkapasidade sira hodi bele iha padraun identifikasaun nian ba tipu no nível invalidés/inkapasidade. |
| 1.1.4 | Nakfila kobertura ba labarik sira ho defisiénsia ba universal, liuhusi programa Bolsa da Mãe, ho benefísiu ida ho montante hanesan ho ida ne'ebé SAII oferese. |
| 1.1.5 | Estabelese Konsellu Nasionál Integrasaun ba Ema ho Defisiénsia ho reprezentasaun igualitária entre mane no feto. |
| 1.1.6 | Ratifika Konvensaun Internasionál kona-ba Direitu ba Ema ho Defisiénsia; |
| 1.1.7 | Avalia oinsá bele kria provizaun hodi apoiu traballador rural ne'ebé lakon sira-nia produsaun/kolleita. |

1.2 Hadia sistema transferénsia sosiál osan nian

Protesaun sosiál nia programa prinsipal sira hodi prevene no kombate kiak, iha Timór-Leste, mak transferénsia sosiál monetária ba indivíduu no família sira ne'ebé hasoru sirkunstánsia espesífiku no/ka fahe karakterístika balun.

Maibé, iha dezafiu ne'ebé relaciona ho programa sira-nia dezeńu no ho sira-nia implementasaun ne'ebé limita alkanse ba ema hotu-hotu ne'ebé elejível. Ne'e duni, fundamentál halo ajustamentu no/ka reformulasaun ba aspetu balun husi medida sira-nia dezeńu no prosedimentu operasionál hodi garante katak transferénsia sosiál bele identifika, sesiona, rejista no entrega benefísiu ba benefisiáriu potenciál sira hotu husi grupu alvu oioin ho maneira ne'ebé efikás no efisiente no, hanesan ne'e, hamosu efeitu hodi prevene no hamenus kiak.

Adequação do Valor dos Benefícios

O valor dos benefícios oferecidos por diferentes programas varia consideravelmente. Enquanto existem programas que oferecem benefícios generosos (tais como as relativas ao Regime de Pensões dos Combatentes e Mártires da Libertação Nacional), outros benefícios representam apenas um contributo reduzido para o rendimento médio familiar, e, portanto, não produzem um impacto de magnitude suficiente nas condições de vida dos beneficiários. Esta situação observa-se também nos programas de natureza universal. É necessário ajustar os valores dos benefícios para que eles consigam ter o impacto necessário na vida dos beneficiários e na redução da pobreza nacional.

Não existe atualmente um mecanismo de garantia do poder de compra dos beneficiários ao longo do tempo. Nos casos em que existe, os mecanismos estão ligados ao valor do salário mínimo da função pública, pelo que não permite um controlo adequado sobre o valor real e, além disso, há vários anos que o valor do salário mínimo não sofre alteração. A ausência de um mecanismo próprio de ajuste faz com que o valor dos benefícios fique estagnado por vários anos, reduzindo na prática o valor real do benefício progressivamente e, conseqüentemente, diminuindo a sua efetividade. É importante estabelecer um mecanismo de indexação do valor dos benefícios, o qual leve em conta as mudanças no custo de vida, o comportamento da economia, entre outros fatores, para permitir a atribuição de transferências sociais de forma mais justa e eficiente.

Melhoria dos Processos de Identificação, Seleção e Inscrição dos Beneficiários

Os processos de identificação, recolha de dados, seleção e inscrição dos beneficiários são complexos por natureza, nomeadamente no atual contexto em que ainda não existe um número de identificação único e registos sociais de toda a população.

O governo de Timor-Leste reafirmou o seu compromisso recentemente para com o desenvolvimento de um único ID para os cidadãos timorenses enquanto elemento central da reforma da administração pública, cujo objetivo é melhorar o acesso dos cidadãos aos diversos serviços públicos e reduzir a fraude de identidade e financeira. Servirá também de base do governo eletrónico e das transações digitais. O único ID terá um conjunto mínimo de informações biográficas e biométricas¹ que poderão ser usadas para comprovar a identidade, inscrição nos diversos serviços, facilitar pagamentos e a abertura de contas bancárias. Espera-se que milhão de pessoas estejam registadas até ao final de 2025. Neste contexto, é importante começar a pensar como usar esta plataforma para o sistema de proteção social, permitindo melhorar este sistema e evitar fraude e duplicações.

Em termos de recolha de dados, seleção e inscrição, é importante definir e/ou rever informação e critérios de forma precisa e objetiva que permitam tomar decisões e distinguir entre candidatos elegíveis e não elegíveis nos diversos programas. Por vezes, é uma tarefa que esbarra em problemas tanto de índole prática como conceptual. No lado prático, existem desafios associados ao volume de trabalho administrativo necessário para identificar, recolher informação e selecionar os beneficiários, escassez de recursos humanos e aos custos elevados e morosos dos processos, os quais na maioria das vezes não foram tomados em consideração quando os programas foram desenhados. Os procedimentos são ainda aplicados, na sua maioria, de forma manual, incluindo a inscrição dos beneficiários que consiste no registo dos beneficiários (considerados previamente como elegíveis) nos programas pelos técnicos do nível central e/ou local. Os sistemas de informação têm um papel crucial no apoio à automatização dos vários procedimentos, incluindo a recolha e registo de dados e informação, avaliação dos processos, determinação de elegibilidade e inscrição dos beneficiários nos diversos programas. Apesar da relevância, o estabelecimento de sistemas de informação integrados decorre de forma gradual, mas com um longo caminho pela frente.

No lado conceptual, as questões relacionadas com os mecanismos de seleção dos beneficiários a aplicar, o limiar que distingue os pobres dos não pobres que deve ser utilizado, as medidas de rendimento das famílias a utilizar num mercado de trabalho com grande predominância da economia informal entre outros aspetos devem ser bem definidas antes de se avançar com a implementação dos programas para garantir a sua eficácia e eficiência.

Nos programas que utilizam critérios de seleção dos beneficiários, como é o caso de um critério pobreza ou vulnerabilidade, caso não seja bem desenhado e aplicado, poderá incorrer no risco de excluir os pobres e vulneráveis pelo simples facto dos indivíduos não terem como provar que determinados critérios se aplicam a eles. Em Timor-Leste, onde mais de 40% da população vive abaixo da linha da pobreza, é preferível e potencialmente mais eficiente incorrer no risco de inclusão do que excluir muitos dos que precisam do apoio, mas não tem capacidade de o comprovar.

Portanto, o sistema de proteção social de Timor-Leste irá, na medida do possível, privilegiar programas de cobertura universal. Desta forma, reforçará o direito constitucional de todos os cidadãos à proteção social, procurando apoiar todos os que necessitam de ajuda. Quando não for possível a introdução e/ou reforma de benefícios universais, será dada prioridade aos mais pobres e vulneráveis, tentando excluir e evitar a acumulação de benefícios daqueles indivíduos que não necessitam.

Mecanismos de Pagamentos

Nos dois programas de transferência monetárias com a maior cobertura no país (programa Bolsa da Mãe e SAI), o pagamento de benefícios é efetuado com pouca frequência e de forma irregular. O pagamento do programa Bolsa da Mãe acontece apenas

Adekuasaun husi benefisiu sira-nia valór

Valór husi benefisiu sira ne'ebé programa oioin oferese la hanesan. Maski iha programa ne'ebé oferese benefisiu jenerozu (hanesan sira ne'ebé relaciona ho Rejime Pensaun ba Kombatientes no Mártires da Libertasaun Nasionál), benefisiu sira seluk reprezenta de'it kontributu kiik ida ba rendimentu médiu familiár no, tan ne'e, la prodús impaktu boot natoon ba benefisiáriu sira-nia kondisaun moris. Ita mós bele observa situasaun ne'e iha programa sira ho natureza universál. Ita presiza ajusta benefisiu sira-nia valór atu sir bele iha duni impaktu nesésáriu iha benefisiáriu sira-nia moris no hodi hamenus kiak nasional.

Agora daudaun laiha mekanizmu ida hodi garante benefisiáriu sira-nia poder de kompra tuir tempu. Ba kazu sira ne'ebé iha ona, ita haree katak mekanizmu sira iha ligasaun ho valór saláriu mínimu funsaun públika nian, no ida-ne'e la permite kontrolu adekuaudu ida ba valór real no, aleinde ne'e, tinan barak ona saláriu mínimu seidauk hetan alterasaun. Auzénsia husi mekanizmu ajustamentu nian ida halo benefisiu sira-nia valór hanesan nafatin tinan-ba-tinan no, iha prática, hamenus valór real benefisiu nian ba beibeik no, hanesan konsekuénsia, hamenus benefisiu nia efetividade. Importante ita estabelese mekanizmu indeksasaun ba benefisiu sira-nia valór, ne'ebé konsidera mudansa ba kustu moris nian, ekonomia nia komportamentu, no fatór sira seluk, hodi permite atribui transferénsia sosiál ho maneira ne'ebé justu no efisiente liu.

Hadia Prosesu Identifikasaun, Selesaun no Inskrisaun Benefisiáriu sira-nian

Prosesu identifikasaun, rekolla dados, selesaun no inskrisaun benefisiáriu sira kompleksu tuir ninia natureza rasik, liuliu iha kontestu atuál tanba seidauk iha número identifikasaun úniku no rejistu sosiál ba populasaun tomak

Governu Timór-Leste foin lalais reafirma nia kompromisu kona-ba dezvoltamentu ID úniku ida ba sidadaun timoroan sira nu'udar elementu sentral ba reforma administrasaun públika nian, ho objetivu atu hadia sidadaun nia asesu ba servisu públiku oioin no hamenus fraude identidade no fraude finanseira. Ne'e mós sai hanesan baze ba governu eletróniku no tranzasaun dijital. ID úniku ne'e sei iha informasaun biográfiku no biométriku mínimu lubuk ida' ne'ebé bele uza hodi komprova identidade, inskrisaun iha servisu oioin, fasilita pagamentu no loke konta bankária. Ita hein katak ema millaun ida rejistu ona to'o iha tinan 2025 nia rohan. Iha kontestu ne'e, importante hahú hanoin oinsá uza plataforma ne'e ba sistema protesasaun sosiál, no hanesan ne'e hadia sistema ida-ne'e no evita fraude no duplikasaun.

Haree ba rekolla dados, selesaun no rejistu, importante atu define no/ka reeve informasaun no kritériu ho maneira ida presiza no objetiva ne'ebé permite foti desizaun no haketak kandidatu elejível no naun elejível ba programa oioin. Dala balun, tarefa ne'e hasoru problema práttiku nomós konsetuál. Haree ba nia sorin práttiku, iha dezafiu ne'ebé refere ba kuantidade traballu administrativu ne'ebé presiza hodi identifika, rekolle informasaun no sesiona benefisiáriu sira, falta rekursus umanus no prosesu nia kustu ne'ebé aas no kleur, no dala barak liu la konsidera dezafiu hirak-ne'e bainhira uluk halo dezeñu programa sira-nian. Maioria prosedimentu sira aplika nafatin ho maneira manuál, inklui benefisiáriu sira-nia inskrisaun, ne'ebé konsiste iha rejistu benefisiáriu (ne'ebé antes konsidera ona nu'udar elejível) iha programa sira, luhusi tékniku nível sentral no/ka lokál nian. Sistema informasaun iha knaar ida esensial hodi apoiu automatizasaun prosedimentu oioin, inklui rekolla no rejistu dados no informasaun, prosesu sira-nia avaliasaun, determina elijibilidade no benefisiáriu sira-nia inskrisaun iha programa oioin. Maski relevante, sistema informasaun integradu sira-nia establesimentu lao ho maneira gradual, maibé sei iha nafatin dalan naruk ba oin.

Husi sorin konsetuál, kestaun ne'ebé relaciona ho mekanizmu selesaun benefisiáriu sira-nian ne'ebé tenke aplika, fronteira ne'ebé uza hodi haketak ema sira ne'ebé moris iha kiak nia laran no ema ne'ebé moris ho kondisaun ne'ebé laos kiak, medida rendimentu família sira-nian atu uza iha merkadu traballu iha ne'ebé domina ekonomia informal, entre aspetu sira seluk, tenke define didiak molok avansa ho programa sira-nia implementasaun hodi garante ninia efikásia no efisiénsia.

Programa sira ne'ebé uza kritériu selesaun ba benefisiáriu sira, hanesan kritériu ida kona-ba kiak ka vulnerabilidade, karik dezeña no aplika la di'ak, bele hasoru risku esklui ema kiak no vulnerável tan de'it indivíduu sira laiha maneira oinsá atu hatudu prova ba kritériu balun ne'ebé aplika ba sira. Iha Timór-Leste, populasaun liu 40% moris iha liña kona-ba kiak nian nia okos, ne'e duni di'ak liu, no potencialmente efisiente liu, monu ba risku inkluzsaun duké la inklui ema barak ne'ebé presiza apoiu, maibé laiha kapasidade atu hatudu prova.

Ne'e duni, sistema protesasaun sosiál iha Timór-Leste, tuir possibilidade ne'ebé iha, sei fõ priviléjju ba programa sira ho kobertura universál. Hanesan ne'e, haforsa sidadaun hotu-hotu nia direitu konstitusionál ba protesasaun sosiál, no buka fõ apoiu ba ema sira hotu ne'ebé presiza ajuda. Bainhira laiha possibilidade hodi introdús no/ka halo reforma ba benefisiu universal sira, programa sira sei fõ prioridade ba ema kiak no vulnerável liu, no koko la inkui indivíduu sira ne'ebé la presiza no evita indivíduu hira-ne'e bele akumulá benefisiu.

Mekanizmu Pagamentu

Pagamentu benefisiu husi programa rua ne'ebé uza transferénsia monetária no ne'ebé iha kobertura boot liu iha nasaun (programa Bolsa da Mãe no SAII), ladun frekvente no baibain ho maneira irregulár. Pagamentu ba programa Bolsa da Mãe

uma vez ao ano, e o do SAI é efetuado apenas duas vezes ao ano, em datas que mudam de ano para ano sem um calendário fixo. A falta de previsibilidade e a baixa frequência de pagamentos impede que beneficiários possam depender da provisão, o que acaba por reduzir sua efetividade.

Um dos principais motivos deve-se ao elevado custo de cada operação de pagamento, o que dificulta o pagamento mensal destes benefícios, conforme previsto nas suas respetivas leis. Além disso, a maioria dos beneficiários ainda não tem acesso a uma conta bancária e muito menos acesso a serviços financeiros.

Desenvolver um sistema de pagamento de benefícios único e integrado através de um modelo com opções de escolha que sirva todos os programas de proteção social poderia potencialmente beneficiar de economias de escala, possibilitando o pagamento de benefícios com regularidade (preferencialmente de forma mensal) e assim tornar todo o sistema mais fiável e eficiente.

No entanto, convém salientar que deverão ser garantidas opções de pagamento que permitam aos grupos mais vulneráveis, tais como idosos e pessoas com deficiência, receber os seus benefícios o mais próximo da sua residência.

Tabela 3: Atividades Prioritárias para Melhorar o Sistema de Transferências Sociais

| Número de Atividade | Descrição da Atividade |
|---------------------|--|
| 1.2.1 | Desenvolver um indicador para a indexação do valor dos benefícios de proteção social, que seja independente do valor do salário mínimo da função pública. |
| 1.2.2 | Verificar a possibilidade de introduzir no SAI e Bolsa da Mãe de um teste de afluência, que leve em conta os dados do regime contributivo e outras fontes de dados disponíveis no Governo. |
| 1.2.3 | Começar a aplicação anual do novo indicador de indexação a todos os programas que envolvem transferências monetárias. |
| 1.2.4 | Desenvolver um sistema de pagamento de benefícios único e integrado para todos os programas de proteção social. |
| 1.2.5 | Reforçar a informatização e desenvolver opções de digitalização de processos operacionais de apoio à gestão e implementação das transferências sociais monetárias. |

1.3 Aumentar o Apoio à Nutrição

As respostas existentes do sistema de proteção social à prevalência de elevados níveis de má nutrição - os serviços de saúde, o programa Merenda Escolar e o programa Bolsa da Mãe – tiveram até à data resultados limitados. As medidas apresentadas nesta secção têm como objetivo fortalecer a eficácia e eficiência destes programas.

Os Primeiros 1000 Dias

A desnutrição nos primeiros anos de vida pode ter consequências que se fazem sentir ao longo de toda a vida. A nutrição inadequada das crianças reduz as oportunidades de sobrevivência, o desempenho escolar, ao mesmo tempo que retarda o crescimento e o desenvolvimento adequado da criança. À medida que as crianças desenvolvem as suas habilidades cognitivas e não-cognitivas nos primeiros anos de vida, os efeitos das privações podem produzir consequências severas e duradouras. Como tal, combater a subnutrição infantil, tem que ser uma prioridade de qualquer sistema de proteção social dedicado à prevenção e à redução da pobreza. Acresce que reforçar o desenvolvimento de crianças em idade precoce pode melhorar o seu desempenho escolar, e mais tarde, ao longo da vida, ter efeitos positivos na produtividade e no comportamento social. As taxas de retorno do investimento em programas de primeira infância são ainda maiores quando iniciados antes do nascimento.

A prevenção da desnutrição nos primeiros 1000 dias de vida demonstra produzir os maiores benefícios para o desenvolvimento da criança e garantir o apoio adequado às famílias para que estas possam suprir todas as necessidades. Tendo isto em consideração, é fundamental que o programa Bolsa da Mãe possa tornar-se universal para as crianças até aos 3 anos de idade com o objetivo de aumentar as probabilidades de sucesso das crianças timorenses, garantindo-lhes o acesso a um desenvolvimento saudável numa fase crítica das suas vidas. No futuro, deverão ser realizados estudos sobre a possibilidade de expandir a universalidade do programa até mais tarde na vida das crianças (por exemplo até aos cinco anos ou até entrarem

akontese de'it tinan ida dala ida, no SAII tinan ida dala rua, ho data ne'ebé la hanesan tinan-tinan no la tuir kalendáriu fiksi. Pagamentu nia falta previzibilidade no frekuénsia kiik impede benefisiáriu sira bele depende husi provizaun ida-ne'e, no ida-ne'e hamenus programa nia efetividade.

Razaun prinsipál ida mak operasaun pagamentu idaidak nia kustu boot, ne'ebé difikulta pagamentu mensal ba benefisiu hirak ne'e, tuir buat ne'ebé prevee ona iha lei. Aleinde ne'e, maioria benefisiáriu sira seidauk iha asesu ba konta bankária ida no liutan laiha asesu ba servisu finanseiru.

Dezenvolve sistema pagamentu benefisiu úniku no integradu ida, liuhusi modelu ida ne'ebé inklui opsaun atu hili no bele hatán ba programa protesaun sosiál sira hotu bele potencialmente fô benefisiu ba ekonomia eskala nian, no posibilita regularidade pagamentu benefisiu sira-nian (di'ak liu ho maneira mensal) no hanesan ne'e bele sai sistema ida ne'ebé ita bele fiar no efisiente liu.

Maibé, ita presiza destaka katat presiza garante opsaun pagamentu ne'ebé permite grupu sira vulnerável liu, hanesan ferik-katuas no ema ho defisiénsia, bele simu sira-nia benefisiu besik liu sira-nia hela fatin.

Tabela 3: Atividade Prioritáriu hodi Hadia Sistema Transferénsia Sosiál

| Númeru Atividade | Deskrisaun ba Atividade |
|------------------|--|
| 1.2.1 | Dezenvolve indikador ida ba indeksasaun husi valor benefisiu sira protesaun sosiál nian, ne'ebé independente husi valor saláriu mínimu funsaun públika nian. |
| 1.2.2 | Verifika possibilidade atu introdús iha SAII no Bolsa da Mãe teste afluénsia ida, ne'ebé konsidera dados husi rejime kontributivu no fonte dados sira seluk ne'ebé disponivel iha Governu. |
| 1.2.3 | Hahú aplikasaun anuál husi indikador indeksasaun foun ba programa sira hotu ne'ebé envolve transferensia monetária. |
| 1.2.4 | Dezenvolve sistema pagamentu benefisiu sira-nian ida ne'ebé úniku no integradu ba programa protesaun sosiál sira hotu. |
| 1.2.5 | Haforsa informatizasaun no dezvoltovle opsaun kona-ba dijitalizasaun prosesu operacional apoiu nian ba jestaun no implementasaun transferensia sosiál monetária sira-nian. |

1.3 Aumenta Apoiu ba Nutrisaun

To'o ohin loron, resposta ne'ebé iha ona iha sistema protesaun sosiál ba má nutrisaun nia nível aas - servisu saúde sira, programa Merenda Eskolar no programa Bolsa da Mãe –hetan de'it rezultadu limitadu. Medida sira ne'ebé apresenta iha seksaun ne'e sira-nia objetivu mak haforsa efikásia no efisiénsia programa hirak-ne'e nian.

Loron 1000 dahuluk

Desnutrisaun durante tinan sira dahuluk moris nian bele iha konsekuénsia ne'ebé ema bele senti durante-nia moris tomak. Nutrisaun ne'ebé la adekuaudu ba labarik sira hamenus sira-nia oportunidade sobrevivénsia, dezempeñu eskolár, nomós bele atraza labarik sira-nia kreximentu no dezvoltovimentu adekuaudu. Tuir dezvoltovimentu labarik sira-nia abilidade kognitivu no naun-kognitivu, iha tinan sira dahuluk moris nian, efeitu husi privasaun bele iha konsekuénsia todan no ba tempu naruk. Tan ne'e, kombat subnutrisaun infantil tenke sai prioridade ida ba sistema protesaun sosiál saida de'it ne'ebé dedika ba prevensaun no atu hamenus kiak. Presiza mós fô hatete tan katak haforsa dezvoltovimentu labarik sira-nian ho idade kiik bele hadia sira-nia dezempeñu eskolar, no ikus liu, durante sira-nia moris tomak, bele iha efeitu pozitivu iha sira-nia produtividade no iha sira-nia komportamentu sosiál. Taxa retornu investimentu nian, ba programa infânsia dahuluk, boot liu bainhira hahú molok labarik sira moris.

Prevene desnutrisaun iha loron 1,000 dahuluk moris nian hatudu produsaun benefisiu boot liu ba labarik nia dezvoltovimentu no garante apoiu adekuaudu ba família atu sira bele hatan ba nesesidade sira hotu. Bainhira ita konsidera kestaun ne'e, fundamental programa Bolsa da Mãe nakfila ba universal ba labarik sira ho idade to'o tinan 3, ho objetivu hodi aumenta labarik timoroan sira-nia probabilidade susesu, no garante sira-nia asesu ba dezvoltovimentu saudável durante faze kritiku moris nian. Iha tempu oin mai, presiza halo estudu kona-ba possibilidade habelar universalidade programa nian to'o labarik sira ho idade boot liu (porezemplu to'o idade tinan lima ka to'o sira tama eskola). Estensaun ne'e bele kontribui, husi sorin ida, atu konsolida labarik sira-nia

na escola). Tal extensão poderia, por um lado, contribuir para consolidar o desenvolvimento das crianças e, por outro, garantir que nenhuma criança é deixada para trás devido a falhas dos sistemas de proteção social, tais como problemas na identificação e seleção de beneficiários.

Merenda Escolar

Apesar da cobertura elevada do programa Merenda Escolar, este enfrenta desafios de implementação que reduzem o impacto positivo que o programa poderia ter na vida das crianças.

No passado, foram identificados problemas na aquisição de alimentos, na preparação das refeições e no menu elaborado para suprir as necessidades nutricionais das crianças. Os processos de seleção dos fornecedores de alimentos e serviços também não seguem critérios de avaliação rígidos no que diz respeito à qualidade dos bens e serviços prestados, a sua capacidade de entrega, a transparência e a prestação de contas, podendo limitar a eficácia e a eficiência do programa.

Como tal, é essencial que estes processos sejam melhorados, tornando-os mais participativos, por exemplo envolvendo a comunidade local, de forma que o programa seja implementado com a qualidade necessária de modo a alcançar os resultados esperados. Adicionalmente, com alguma frequência, o programa não tem orçamento suficiente para que possa cumprir os parâmetros definidos pelo próprio programa. No futuro, os planos de implementação anuais da ENPS devem garantir que a alocação orçamental do programa não seja inferior ao valor mínimo necessário para que o programa seja implementado de acordo com os parâmetros de qualidade estabelecidos, sob pena de não conseguir alcançar os objetivos a que se propõe¹.

Tabela 4: Atividades Prioritárias para Aumentar o Apoio à Nutrição

| Número deAtividade | Descrição da Atividade |
|---------------------------|---|
| 1.3.1 | Tornar universal o programa Bolsa da Mãe para crianças até 3 anos de idade. |
| 1.3.2 | Rever os processos de implementação do programa Merenda Escolar, incluindo os processos de compra, preparação de alimentos, seleção de fornecedores respeitando padrões de qualidade e transparência. |
| 1.3.3 | Rever o menu escolar de forma a suprir as necessidades nutricionais das crianças. |
| 1.3.4 | Coordenar intervenções de proteção social com os programas de Educação Alimentar, Nutricional e de Higiene junto das comunidades. |

1.5 Facilitar o Acesso à Saúde e à Educação

O Estado timorense implementou sistemas universais de educação e saúde praticamente desde a sua independência. Enquanto uma das formas mais eficaz de expandir o acesso à saúde e à educação é através do aumento da quantidade e garantia da qualidade das infraestruturas, bem como do reforço do número de profissionais qualificados em cada uma das áreas, tais medidas enquadram-se no âmbito das estratégias nacionais para a saúde e educação e, como tal, não são cobertas pelo presente documento.

Contudo, a proteção social pode mesmo assim desempenhar um papel fulcral na melhoria do acesso à saúde e à educação, particularmente para os cidadãos que enfrentam maiores dificuldades em aceder a estes serviços por diversas razões, incluindo motivos económicos, sociais e/ou geográficos.

Reduzir as Barreiras de Acesso ao Sistema de Saúde

Apesar dos serviços de saúde serem gratuitos nas unidades de atendimento públicas, os utentes têm de suportar custos elevados frequentemente, financeiros ou de tempo, para se deslocarem até aos serviços. Quando pessoas em situação de vulnerabilidade necessitam de cuidados de saúde e não podem arcar com os custos associados, é comum que a situação de vulnerabilidade se agrave.

Apesar da estrutura pública de saúde disponibilizar o serviço de ambulância, muitas vezes os meios necessários para o fornecimento do serviço, nomeadamente as linhas de telefone e mecanismos de comunicação para que os pacientes possam solicitar o serviço, o número de ambulâncias, estão indisponíveis por falta de manutenção ou por falta de recursos humanos para a sua implementação.

Portanto, é necessário verificar os meios através dos quais seja possível melhorar o acesso ao serviço de ambulâncias, facilitando o contacto com o serviço, ampliando a disponibilidade e reduzindo o tempo de resposta. Paralelamente, deve-se examinar a viabilidade de reembolsar gastos privados com transporte para chegar aos serviços médicos em situação de emergência, particularmente relevante para pessoas em situações mais vulneráveis.

dezenvolvimentu no, husi sorin seluk, atu garante katak fallansu ruma iha sistema protesau sasiál sira la husik labarik ida ba kotuk, tanba problema ho benefisiáriu sira-nia identifikasaun no selesaun.

Merenda Eskolár

Maski kobertura aas ba programa Merenda Eskolar, programa ne'e hasoru dezafiu implementasaun ne'ebé hamenus impaktu pozitivu ne'ebé programa bele iha ba labarik sira-nia moris.

Iha tempu uluk, identifika ona problema kona-ba akizisaun ai-han, preparasaun refeisaun no menu ne'ebé elabora ona hodi hatán ba nesesidade nutricional labarik sira-nian. Prosesu selesaun fornese dor ai-han no servisu sira la tuir mós kritériu avaliasaun rijidu kona-ba qualidade beins no servisu prestadu, kapasidade entrega, transparénsia no prestasaun kontas, no bele limita programa nia efikásia no efisiénsia.

Ne'e duni, esensial hadia prosesu hirak-ne'e, halo prosesu hirak-ne'e partisipativu liu, porezemplu liuhusi envolvimentu comunidade lokal, atu bele implementa programa ho qualidade ne'ebé presiza atu alkansa rezultadu esperadu. Liutan, baibain, programa laiha orsamentu natoon hodi bele kumpre parámetru sira ne'ebé programa rasik define ona. Iha tempu oin mai, planu implementasaun anuál ENPS nian presiza garante alokasaun orsamentál programa nian, ne'ebé la kiik liu valór mínimu nesesáriu atu implementa programa tuir parámetru qualidade sira ne'ebé estabelese ona, hodi evita la konsege alkansa objetivu sira ne'ebé propõin¹.

Tabela 4: Atividade Prioritária hodi Aumenta Apoio ba Nutrisaun

| NúmeruAtividade | Deskrisaun ba Atividade |
|------------------------|--|
| 1.3.1 | Nakfila programa Bolsa da Mãe ba universal ba labarik sira to'o tinan 3. |
| 1.3.2 | Reve prosesu implementasaun ba programa Merenda Eskolar nian, inklui prosesu sosa, prepara ai-han, hili fornese dor sira tuir padraun qualidade no transparénsia nian. |
| 1.3.3 | Reve menu eskolar hodi hatan ba nesesidade nutricional labarik sira-nian. |
| 1.3.4 | Kordena intervensaun protesau sasiál nian hamutuk ho programa Edukasaun Alimentar, Nutricional no Ijiene nian besik comunidade sira. |

1.5 Fasilita Asesu ba Saúde no Edukasaun

Estadu timoroan implementa ona sistema universal edukasaun no saúde nian hahú kuaze husi independénsia. Maski maneira ida ne'ebé efikás liu hodi habelar asesu ba saúde no edukasaun mak liuhusi aumentu kuantidade no garantia qualidade infraestrutura sira-nian, nomós haforsa númeru profesional kualifikadu ba área idaidak, medida hirak-ne'e sira-nia enkuadramentu mak iha âmbito estratégia nasional ba saúde no edukasaun no, hanesan ne'e, la hetan kobertura liuhusi dokumentu ida-ne'e.

Maibé, protesau sasiál bele nafatin dezempeña knaar esensial ida atu hadia asesu ba saúde no edukasaun, liuliu ba sidadaun sira ne'ebé hasoru difikuldade liu atu asesu ba servisu hirak-ne'e tanba razaun oioin, inklui razaun ekonómiku, sasiál no/ka jeográfiku.

Hamenu Barreira Asesu ba Sistema Saúde nian

Maski servisu saúde gratuitu iha unidade atendimentu públiku, beibeik utente sira tenke tahan kustu ne'ebé aas, kustu finanseiru ka tempu nian, hodi bele desloka-aan bá servisu hirak-ne'e. Bainhira ema ne'ebé moris iha situasaun vulnerabilidade nia laran presiza kuidadu saúde no labele tahan kustu sira ne'ebé relasiona, baibain situasaun vulnerabilidade sai aat liu tan.

Maské estrutura saúde pública nian disponibiliza servisu ambulánsia, dala barak, meiu sira ne'ebé presiza hodi fornese servisu, liuliu liña telefone no mekanizmu komunikasaun atu pasiente sira bele husu servisu ne'e, númeru ambulánsia, la disponível tanba falta manutensaun ka falta rekursus umanus ba nia implementasaun.

Ne'e duni, ita presiza verifika meiu sira liuhusi ne'ebé bele hadia asesu ba servisu ambulánsia, no fasilita kontaktu ho servisu ne'e, habelar nia disponibilidade no hamenu tempu resposta nian. Presiza mós, dala ida, ezamina viabilidade kona-ba fó reembolsu ba gastu privadu ho transporte atu bele to'o iha servisu médiku bainhira hasoru situasaun emergjénsia, reembolsu ne'e relevante liu ba ema ne'ebé moris iha situasaun vulnerável.

Os programas que permitem o acesso aos serviços de saúde em regiões isoladas ou que levam estes serviços a casa das pessoas devem ser reforçados, uma vez que são medidas importantes de eliminação de barreiras de acesso aos serviços. Os programas SISCA e Saúde na Família têm demonstrado bons resultados, mas ainda não contam com bases legais e orçamento adequado para que os serviços oferecidos sejam regulares e sustentáveis. Estes programas também podem servir como catalisadores para outros benefícios sociais se os seus dados e informações, através dos registos administrativos, forem compartilhados e integrados com outros programas de proteção social.

Melhorar a Saúde Materno-Infantil

Apesar das melhorias apresentadas nos últimos 5 anos no acesso à saúde materno-infantil, apenas metade das gestações recebem o acompanhamento adequado, antes e depois do nascimento. Os cuidados adequados com a mãe e com o bebé recém-nascido podem reduzir a mortalidade materna e infantil e evitar diversos problemas de desenvolvimento com consequências ao longo da vida.

Tal como outros serviços de saúde, apesar do atendimento gratuito, os gastos associados (como transporte, tempo, perda do dia de trabalho, medicamentos, cuidados em casa) muitas vezes impedem que indivíduos possam aceder a cuidados adequados. Portanto, é necessário avaliar a possibilidade de criar mecanismos para reduzir os custos associados ao atendimento de saúde ou incentivos (em dinheiro ou em género) para que as mães compareçam nos exames pré-natais e pós-parto, bem como realizem os exames de rotina das crianças.

Estes mecanismos beneficiariam significativamente se estivessem integrados nos programas existentes, tal como o programa Bolsa da Mãe, permitindo que o acompanhamento da criança se iniciasse mesmo antes do seu nascimento, recolhendo informações e facilitando a identificação dos potenciais beneficiários para o programa desde cedo.

Facilitar o Acesso à Educação

Apesar de não ser diretamente responsável pela provisão de serviços educativos, a proteção social pode ainda assim desempenhar um papel no que toca a garantir o acesso universal à educação. A proteção social pode contribuir para a redução das barreiras ao acesso à educação, nomeadamente através da redução dos custos associados ou do apoio monetário às famílias com capacidade financeira limitada. A importância de remover as barreiras ao acesso à educação é ainda mais necessária em zonas rurais, dada a menor concentração de recursos, incluindo infraestruturas.

Portanto, o sistema de proteção social deve promover e implementar medidas que contribuem para a eliminação ou redução das barreiras de acesso à educação, independentemente da sua índole.

Tabela 5: Atividades Prioritárias para Facilitar o Acesso à Saúde e à Educação

| Número de Atividade | Descrição da Atividade |
|----------------------------|--|
| 1.4.1 | Propor formas de melhorar o serviço de ambulâncias, facilitando o contacto com o serviço, ampliando a sua disponibilidade e reduzindo os tempos de resposta. |
| 1.4.2 | Estudar a viabilidade de reembolsar gastos privados com transporte até aos serviços de saúde em situações de emergência e para pessoas em situações vulneráveis. |
| 1.4.3 | Avaliar os custos e impactos envolvidos em tornar os programas SISCA e Saúde na Família mais regulares e previsíveis, com maior frequência de visitas e com uma mais vasta gama de serviços oferecidos às comunidades e a todos os cidadãos. |
| 1.4.4 | Integrar, na medida do possível, informação entre provisão de serviços de saúde e provisão de benefícios sociais, incluindo os seus respetivos registos e bases de dados administrativos. |
| 1.4.5 | Criar mecanismos para reduzir os custos associados ao acesso à saúde ou incentivos para que mães compareçam nos exames pré-natal e pós-parto. |
| 1.4.6 | Rever a possibilidade de integrar os incentivos para as mães comparecerem nos exames pré-natal e pós-parto no programa Bolsa da Mãe. |
| 1.4.7 | Realizar ações de educação e sensibilização relacionadas com a saúde, eliminando as barreiras que limitam acesso aos serviços nos programas de proteção social. |
| 1.4.8 | Propor medidas para eliminar as barreiras de acesso à escola, levando em conta estudos já desenvolvidos por órgãos do governo. |
| 1.4.9 | Promover a importância da educação e os seus retornos de longo prazo, reconhecendo o papel da proteção social como um facilitador para esse processo. |

Presiza haforsa programa hirak-ne'ebé permite asesu ba servisu saúde iha rejiaun izoladu ka lori servisu hirak-ne'e ba ema nia uma, tanba medida sira ne'e importante hodi halakon obstákulu atu bele asesu ba servisu sira. Programa SISCA no Saúde na Família hatudu ona rezultadu di'ak, maibé sira seidak iha baze legál no orsamentu adekuaudu atu servisu hirak-ne'ebé oferese bele regular no sustentável. Programa hirak-ne'e bele mós serve nu'udar katalizadór ba benefísiu sosiál sira seluk karik nia dadus no informasaun, liuhusi rejistu administrativu, fahe no integra ho programa protesaun sosiál sira seluk.

Hadia Saúde Maternu-Infantil

Maski apresenta ona melloria iha tinan 5 ikusmai kona-ba asesu ba saúde maternu-infantil, jestasaun balun de'it mak simu akompañamentu adekuaudu, molok no depoizde bebé moris. Kuidadu sira ne'ebé adekuaudu ba inan no ba bebé ne'ebé foin moris bele hamenus mortalidade maternu no infantil no evita problema dezvoltamentu oioin ho konsekuénsia ba ema nia moris tomak.

Hanesan servisu saúde seluk, maski atendimentu gratuiitu, gastu relasionadu (hanesan transporte, tempu, lakon loron traballu nian, aimoruk, kuidadu sira iha uma, nst.) dala barak impede indivíduu sira bele iha asesu ba kuidadu ne'ebé adekuaudu. Ne'e duni, presiza halo avaliasaun kona-ba possibilidade hodi kria mekanizmu ida hodi hamenus kustu sira ne'ebé relasiona ho atendimentu saúde ka insentivu (osan ka jéneru) atu inan sira bele tuir ezame pré-natal no pós-partu, nomós bele realiza ezame rotina labarik sira-nian.

Mekanizmu hirak-ne'e bele hetan benefísiu boot karik integra programa sira ne'ebé eziste ona, hanesan programa Bolsa da Mãe, no hanesan ne'e permite hahú labarik nia akompañamentu molok nia moris, rekolle informasaun no fasilita, hahú sedu, identifikasaun programa nia benefisiáriu potenciál.

Fasilita Asesu ba Edukasaun

Maski laos responsável diretu ba provizaun servisu edukativu sira, protesaun sosiál bele mós dezempeña knaar ida hodi garante asesu universal ba edukasaun. Protesaun sosiál bele kontribui hodi hamenus obstákulu asesu ba edukasaun, liuliu liuhusi hamenus kustu sira asoiadu ka apoiu monetáriu ba família sira ho kapasidade finanseiru limitadu. Importánsia hodi halakon obstákulu ne'ebé relasiona ho asesu ba edukasaun nesesáriu liutan iha zona rural, tanba konsentrasaun rekursu sira iha-ne'ebá kiik liu, inklui infraestrutura sira.

Ne'e duni, sistema protesaun sosiál presiza promove no implementa medida sira ne'ebé kontribui hodi halakon ka hamenus obstákulu asesu ba edukasaun, la haree ba nia natureza.

Tabela 5: Atividade Prioritária hodi Fasilita Asesu ba Saúde no Edukasaun

| Númeru Atividade | Deskrisaun ba Atividade |
|-------------------------|---|
| 1.4.1 | Propõin maneira oinsá atu hadia servisu ambulansia nian, lihusi fasilita kontaktu ho servisu, habelar ninia disponibilidade no hamenus tempu resposta nian. |
| 1.4.2 | Estuda viabilidade reembolsu ba gastu privadu ho transporte to'o iha fatin servisu saúde nian bainhira situasaun emerjensia no ba ema iha situasaun vulneravel. |
| 1.4.3 | Avalia kustu no impaktu hodi halo programa SISCA no Saúde na Família regular no previzivel liu, ho frekuénsia vizita beibeik liu no oferese ba comunidade no ba sidadaun hotu-hotu servisu barak liu. |
| 1.4.4 | Integra, tuir possibilidade, informasaun entre provizaun servisu saúde sira-nian no provizaun benefísiu sosial, inklui sira-nia rejistu rasik no baze dadus administrativu. |
| 1.4.5 | Kria mekanizmu hodi hamenus kustu sira ne'ebé relasiona ho asesu ba saúde ka insentivu atu inan sira bele ba tuir ezame pré-natal no pós-partu. |
| 1.4.6 | Revee possibilidade hodi integra insentivu iha programa Bolsa da Mãe atu inan sira mai tuir ezame pré-natal no pós-partu. |
| 1.4.7 | Realiza asaun edukasaun no sensibilizasaun ne'ebé iha relasaun ho saúde, liuhusi halakon obstákulu ne'ebé limita asesu ba servisu no programa protesaun sosial nian. |
| 1.4.8 | Propõin medida hodi halakon obstákulu asesu ba eskola, haree ba estudu sira ne'ebé orgaun governu nian dezenvolve tiha ona. |
| 1.4.9 | Promove edukasaun nia importansia no nia benefísiu ba tempu naruk no rekoñese knaar protesaun sosiál nian nu'udar fasilitador ida ba prosesu nee. |

1.5 Fortalecer a Prevenção e Resposta a Desastres

A ajuda humanitária e a gestão de desastres, incluindo desastres naturais, estão na maioria das vezes fora do âmbito da proteção social. Por um lado, a assistência humanitária tem um mandato de resposta imediata para salvar, aliviar e manter a dignidade das pessoas afetadas. Por outro lado, a gestão de desastres, tais como os desastres naturais ou crises pandémicas, visa reduzir a probabilidade de uma catástrofe afetar severamente a vida das pessoas e garantir que essas pessoas consigam ser capazes de lidar com a situação. É importante salientar que na maioria das vezes, nem a ajuda humanitária nem a gestão de desastres, está relacionado com programas regulares de proteção social.

As responsabilidades dos diversos atores governamentais no processo de resposta a choques covariados nem sempre está definida de forma clara, podendo levar facilmente à duplicação de esforços ou falha na resposta imediata à situação de emergência. Em Dezembro de 2020, foi aprovada a primeira Lei de Bases da Proteção Civil do país (Lei N.º12/2020, de 2 de dezembro), que estava a aguardar desde 2010, ano em que o Mdi viu aprovadas as seguintes leis: Lei de Segurança Nacional, Lei de Defesa Nacional e Lei de Segurança Interna. A Direção Nacional de Gestão de Riscos de Desastres (DNGRD) tem sido responsável pela avaliação dos danos dos desastres mais recentes desde os últimos dois anos em colaboração com o MSSI e o MAE e outros parceiros¹.

É importante não só delimitar as responsabilidades, bem como entender como é que os diversos atores podem aceder e partilhar a reserva de contingência de forma a maximizar o impacto esperado. De momento, está a ser ponderada a criação de um fundo de gestão de desastres, da responsabilidade do Governo, enquanto fundo autónomo proveniente do Orçamento Geral do Estado e do Orçamento da Autoridade da Região Administrativa Especial de Oe-cusse Ambeno (RAEOA). Está a ser pensada também a harmonização do regime dos apoios de emergência e recuperação definindo os apoios sociais a vítimas de desastres, incluindo a assistência alimentar de emergência, a atribuição de bens não alimentares, a atribuição de materiais de construção para reabilitação ou reconstrução de habitações afetadas, bem como a atribuição de um subsídio de apoio aos trabalhos de reabilitação ou reconstrução da habitação. Ao mesmo tempo, a competência de atribuição dos referidos apoios sociais nacionais, bem como da avaliação de danos, continuará a ser da responsabilidade da Autoridade da Proteção Civil, mantendo a colaboração com o MAE e o MSSI.

No entanto, importa acima de tudo realçar o papel que a proteção social pode ter perante choques inesperados que afetam a população em larga escala. Os programas regulares de proteção social poderão adaptar-se para complementar as intervenções de natureza humanitária, apoiando as necessidades da população afetada, sendo esta população beneficiária ou não do respetivo sistema. Além desta intervenção mais imediata, a proteção social pode também ajudar na prevenção de tipo de diversos choques através do reforço dos pisos de proteção social, construindo sistemas de proteção social mais flexíveis e adaptáveis, bem como estabelecer parcerias estratégicas e operacionais em antecipação dos choques covariados.

Tabela 6: Atividades Prioritárias para Fortalecer a Resposta a Desastres

| Número de Atividade | Descrição da Atividade |
|----------------------------|---|
| 1.5.1 | Delimitar as responsabilidades estratégicas e operacionais das diferentes instituições do governo na resposta a situações de desastres naturais, crises humanitárias e outros choques covariados. |
| 1.5.2 | Explorar as opções do reforço da capacidade da proteção social na prevenção e resposta a situações de desastres naturais, crises humanitárias e outros choques covariados, através da flexibilização e adaptação de programas e sistemas, incluindo integração de sistemas de informação. |

Objetivo 2: Melhorar e Expandir a Segurança Social para os Trabalhadores

De modo a continuar a desenvolver, fortalecer e modernizar o sistema de proteção social, é essencial o desenvolvimento contínuo do sistema de segurança social para os trabalhadores, incluindo os trabalhadores na economia informal e na agricultura de subsistência. Desta forma, é importante ter um sistema de segurança social que providencie proteção para os riscos relacionados com o trabalho e situações de vulnerabilidade.

2.1 Desenvolver o Sistema de Segurança Social Contributivo

A criação do Regime Geral de Segurança Social Contributiva representou um marco significativo no processo de desenvolvimento de um sistema integrado de proteção social, e cria um conjunto de provisões para a proteção do trabalhador, e respetiva família, na velhice, morte, invalidez, maternidade/paternidade e em caso de acidentes de trabalho.

1.5 Haforsa Prevensaun no Resposta ba Dezastre sira

Ajuda umanitariu no jestaun dezastre, inklui dezastre naturál, dala barak la inklui iha ámbitu protesauun sosiál nian. Husi sorin ida, assisténsia umanitaria iha mandatu resposta imediatu atu salva, hakman no mantein ema afetadu nia dignidade. Husi sorin seluk, jestaun dezastre, hanesan dezastre natural ka krize pandémiku, buka hamenus probabilidade katástrofe ida bele afeta makaas ema nia moris no garante katak ema hirak-ne'e bele hasoru situasaun. Importante hatudu katak, dala barak liu, ajuda umanitaria no jestaun dezastre la relaciona ho programa regular protesauun sosiál sira-nian.

Responsabilidade husi atór governamental oioin ba prosesu resposta ba xoke oioin dala balun seidauk define ho maneira ida ne'ebé klaru, no bele kontribui hodi duplika esforsu sira ka falla resposta imediata ba situasaun emergjénsia nian. Iha fulan Dezembru tinan 2020, aprova ona Lei de Bazes Dahuluk Protesauun Sivil nian iha nasaun (Lei N.º 12/2020 husi loron 02 fulan dezembru), ne'ebé hein aprovasaun husi tinan 2010, tinan ne'ebé mak MI hetan aprovasaun husi lei hirak tuirmai: Lei Seguransa Nasionál, Lei Defeza Nasionál no Lei Seguransa Interna. Diresaun Nasionál Jestaun ba Risku Dezastre (DNGRD) mak responsável hodi halo avaliasaun kona-ba estragu sira husi dezastre ne'ebé akontese ikus mai, hahú husi tinan rua kotuk liubá, hamutuk ho MSSSI no MAE no parseiru sira seluk nia kolaborasaun¹.

Importante laos marka de'it limite kona-ba responsabilidade sira, maibé mós komprende oinsá mak atór oioin bele iha asesu no fahe rezerva kontinjénsia atu maksimisa impaktu ne'ebé esperadu. Agora daudaun, ita pondera kriasaun fundu jestaun dezastre nian ida, husi responsabilidade Governu nian, hanesan fundu autónomu husi Orsamentu Jerál Estadu no Orsamentu Autoridade Rejiaun Administrativa Especial Oekusi-Ambeno (RAEOA). Agora daudaun iha mós hanoin kona-ba oinsá halo armonizasaun rejime apoiu emergjénsia no rekuperasaun liuhusi definisaun apoiu sosiál ba vítima dezastre, inklui assisténsia alimentar emergjénsia nian, atribuisaun beins naun alimentar, atribuisaun material konstrusaun hodi reabilita ka harii fila-fali abitasaun afetadu, nomós atribui subsídiu apoiu ida ba traballu reabilitasaun ka rekonstrusaun abitasaun nian. Dala ida, kompeténsia hodi halo atribuisaun ba apoiu sosiál referidu, nomós avaliasaun kona-ba estragu sira, continua nafatin responsabilidade husi Autoridade Protesauun Sivil nian, no mantein nafatin kolaborasaun ho MAE no ho MSSSI.

Maibé, importa liuliu hatudu knaar ne'ebé protesauun sosiál bele iha bainhira akontese xoke inesperadu ruma, ne'ebé afeta populasaun iha eskala boot. Programa regular protesauun sosiál sira, bele adapta aan hodi komplementa intervensaun ho natureza umanitariu, fõ apoiu ba populasaun afetada sira-nia nesesidade, maski populasaun ne'e benefisiáriu ona ka la benefisiáriu sistema ida-ne'e nian rasik. Aleinde intervensaun imediatu liu ne'e, protesauun sosiál bele ajuda mós prevene tipu xoke oioin liuhusi haforsa pizu protesauun sosiál sira, harii sistema protesauun sosiál fleksível no adaptável liu, nomós estabelese parseria estratéjiku no operasionál hodi antisipa xoke oioin.

Tabela 6: Atividade Prioritária hodi Haforsa Resposta ba Dezastre

| Númeru Atividade | Deskrisaun ba Atividade |
|-------------------------|---|
| 1.5.1 | Delimita responsabilidade estratéjika no operasionál husi instituisaun oioin governu nian kona-ba resposta ba situasaun dezastre naturál, krize umanitaria no xoke sira seluk oioin. |
| 1.5.2 | Esplora opsaun hodi haforsa kapasidade protesauun sosiál nian ba prevensaun no resposta ba situasaun dezastre naturál, krize umanitaria no xoke sira seluk oioin, liuhusi flexibilizasaun no adaptasaun programa no sistema sira, inklui integrasaun sistema informasaun sira-nian. |

Objetivu 2: Hadia no Habelar Seguransa Sosiál ba Traballadór sira

Atu continua dezenvolve, haforsa no moderniza sistema protesauun sosiál nian, presiza loos dezenvolvimentu kontínuu sistema seguransa sosiál nian ba traballadór sira, inklui traballadór sira husi ekonomia informal no agrikultura subsisténsia. Hanesan ne'e, importante katak ita iha seguransa sosiál ne'ebé fõ protesauun ba risku ne'ebé relaciona ho traballu no ba situasaun vulnerabilidade sira.

2.1 Dezenvolve Sistema Seguransa Sosiál Kontributivu

Harii Rejime Jerál Seguransa Sosiál Kontributivu representa ona hakaat significativu ida ba prosesu dezenvolvimentu sistema integradu protesauun sosiál nian ida, no kria provizaun lubuk ida hodi proteje traballadór, no nia família rasik, bainhira ferik-katuas, mate, invalidés, maternidade/paternidade no bainhira akontese asidente traballu ruma.

Cabe ao Governo garantir o desenvolvimento de um sistema de segurança social robusto e sustentável, o qual permita atribuir os direitos e assegurar a proteção aos trabalhadores, enquanto arrecada contribuições e receitas de forma a garantir o cumprimento das obrigações contributivas dos participantes do sistema.

A implementação inicial de um sistema de segurança social nos seus primeiros anos, e em particular o desenvolvimento do recém-criado o INSS, é um desafio significativo e complexo. Este sistema deverá assegurar as condições essenciais para realizar a gestão do regime contributivo, que inclui arrecadar contribuições e receitas e garantir o cumprimento das obrigações contributivas, realizar o pagamento das prestações, desenvolver relações institucionais, atender, formar e sensibilizar os beneficiários e as partes interessadas, entre outras responsabilidades.

Isso só poderá ser realizado de forma otimizada através do envolvimento participativo dos poderes públicos que estão associados à gestão do sistema de segurança social. Isso implica também o envolvimento e a participação ativa das organizações dos empregadores e trabalhadores na sua condição de contribuintes do sistema, tal como previsto nos diplomas legais que estabeleceram o INSS.

O regime de segurança social contributiva, nesta fase inicial, protege os trabalhadores e as suas famílias contra um conjunto compreensivo de riscos, porém não em casos de doenças. A proteção no caso de doença é uma provisão de segurança social importante, pois garante os rendimentos do trabalhador numa situação de vulnerabilidade, e que em alguns casos, se pode estender consideravelmente. Sendo assim, de modo a tornar o sistema de proteção social mais completo e oferecer um elemento de proteção fundamental, deverá ser estudada a introdução de uma provisão de segurança social no caso de doença.

No caso de Timor-Leste, é importante ter medidas específicas para o caso de tuberculose devido à elevada prevalência da doença, e a sua natureza contagiosa, que pode colocar em risco a saúde de outros trabalhadores.

No seguimento do processo de desenvolvimento e maturação do sistema de segurança social contributivo, deverá ser considerada a possibilidade de estender, a médio prazo, a proteção dos trabalhadores a um leque mais vasto de riscos, tais como a introdução de um subsídio de desemprego ou de um abono de família, assim como outros tipos de subsídios e proteções que se possam demonstrar necessidades dentro do contexto socioeconómico do país nos próximos anos.

Tabela 7: Atividades Prioritárias para o Desenvolvimento do Sistema de Segurança Social Contributivo

| Número de Atividade | Descrição da Atividade |
|----------------------------|--|
| 2.1.1 | Consolidar o Regime de Segurança Social Contributiva. |
| 2.1.2 | Estudar a introdução de uma provisão no caso de doença, incluindo um regime especial para casos de doenças que colocam em causa a saúde pública. |
| 2.1.3 | Garantir o envolvimento e participação de todas as partes interessadas no regime de Segurança Social Contributiva, especialmente os parceiros sociais. |
| 2.1.4 | Criar e regulamentar o valor para a pensão mínima. |
| 2.1.5 | Verificar a possibilidade de implantação de Proteção para o Desemprego. |
| 2.1.6 | Explorar a possibilidade de implantação de um Abono de Família. |

2.2 Desenvolver o Instituto Nacional de Segurança Social (INSS)

Implementação, Gestão e Sustentabilidade do INSS

O INSS é a instituição responsável pela gestão e execução do sistema de segurança social, incluindo o seu orçamento. Isso inclui a atribuição de direitos e de pagamento das prestações aos beneficiários, assim como a recolha de contribuições e receitas de forma a garantir a obrigatoriedade contributiva e a assegurar a sustentabilidade do regime.

O desenvolvimento institucional do INSS na sua fase inicial requer um intenso acompanhamento e supervisão das suas atividades. O desenvolvimento e a implementação plena da organização são processos de longo prazo, mas que têm a sua fase mais crítica nos primeiros 3 a 5 anos.

Para o desenvolvimento e crescimento de uma instituição moderna e eficiente, existem fatores críticos que devem ser tidos em conta, nomeadamente: uma equipa técnica tecnicamente bem preparada e comprometida; um sistema informático estruturado, robusto e funcional; serviços administrativos e gestão financeira transparentes e com mecanismos de controle e auditoria permanentes; sistemas de atendimento aos trabalhadores, empregadores e beneficiários eficientes e confiáveis e; participação ativa dos parceiros sociais na gestão da organização.

Garante desenvolvimentu sistema seguransa sosiál ida, ne'ebé forte no sustentável, mak Governu nia responsabilidade, sistema ne'ebé permite atribui direitus no asegura protesau ba traballadór sira, no dala ida halibur kontribuisaun no reseita atu garante katak partisipante sira iha sistema kumpre obrigasaun kontributivu sira.

Implementasaun inisiál ba sistema seguransa sosiál nian ida durante tinan dahuluk sira-nian no, liuliu, desenvolvimentu INSS ne'ebé foin harii, hanesan dezafiu significativu no kompleksu. Sistema ida-ne'e presiza asegura kondisaun esensiál hodi realiza jestaun rejime kontributivu nian, ne'ebé inklui halibur kontribuisaun no reseita sira no garante kumprimentu obrigasaun kontributivu sira, realiza pagamentu prestasaun, desenvolve relasaun institusionál, halo atendimentu, forma no sensibiliza benefisiáriu no parte interesada sira, entre responsabilidade sira seluk.

Atu bele realiza ho maneira di'ak liu tenke liuhusi envolvimentu partisipativu poder públiku sira-nian ne'ebé iha ligasaun ba jestaun sistema seguransa sosiál nian. Ne'e mós implika envolvimentu no partisipasaun ativa husi organizasaun empregador no traballadór sira, tuir sira-nia kondisaun nu'udar kontribuinte sistema nian, hanesan prevee ona iha diploma legal ne'ebé estabese INSS.

Rejime seguransa sosiál kontributivu, durante faze inisial agora daudaun, proteje traballadór no sira-nia família hodi hasoru risku lubuk ida, maibé seidak inklui kazu moras. Protesau ba kazu moras hanesan provizaun importante seguransa sosiál nian, tanba garante traballador nia rendimentu bainhira hasoru situasaun vulnerabilidade, no ba kazu balun, bele hanaruk ho maneira ne'ebé konsiderável. Ne'e duni, atu sistema protesau sosiál bele kompletu liu no oferese elementu protesau fundamental ida, presiza estuda introdusaun husi provizaun seguransa sosiál ba kazu moras.

Ba kazu Timór-Leste nian, importante katak bele iha medida spesífiku sira ba kazu tuberkuloze tanba moras ne'e nia prevalénsia aas, no nia natureza da'et, ne'ebé bele harisku saúde traballadór sira seluk nian.

Tuir prosesu desenvolvimentu no maturasaun sistema seguransa sosiál kontributivu, presiza konsidera possibilidade habelar, ba médiu prazu, protesau ba traballadór sira hodi hasoru risku barak liu, hanesan introdús subsidiu ida ba dezempregu ka abonu família ida, nomós tipu subsidiu sira seluk no protesau ne'ebé bele hatudu nesiedade iha kontestu socioekonómiku nasaun nian ba tinan sira oin mai.

Tabela 7: Atividade Prioritária ba Desenvolvimentu Sistema Seguransa Sosiál Kontributivu

| Númeru Atividade | Deskrisaun ba Atividade |
|------------------|---|
| 2.1.1 | Konsolida Rejime Seguransa Sosiál Kontributivu. |
| 2.1.2 | Estuda oinsá introdus provizaun ida ba kazu moras, inklui rejime especial ida bainhira moras ne'ebe harisku saúde pública. |
| 2.1.3 | Garante katak parte interesada sira hotu ba rejime Seguransa Sosiál Kontributivu envolve no partisipa, liuliu parseiru sosiál sira. |
| 2.1.4 | Kria no halo regulamentasaun ba valor pensaun mínima. |
| 2.1.5 | Verifika possibilidade implantasaun Protesau ba Dezempregu. |
| 2.1.6 | Esplora possibilidade implantasaun Abonu Família ida. |

2.2 Desenvolve Institutu Nasionál Seguransa Sosiál (INSS)

Implementasaun, Jestaun no Sustentabilidade INSS nian

INSS mak instituisaun ida ne'ebé responsável ba jestaun no ezekusaun sistema seguransa sosiál nian, inklui ninia orsamentu. Ne'e inklui atribuisaun direitu no pagamentu prestasaun ba benefisiáriu sira, nomós recolle kontribuisaun no reseita atu garante obrigatoriedade kontributiva no asegura rejime nia sustentabilidade.

Desenvolvimentu institusional INSS nian, iha ninia faze inisiál, rekér akonpañamentu ativu no supervizaun ba nia atividade sira. Organizasaun nia desenvolvimentu no implementasaun tomak hanesan prosesu ba longu prazu, maibé nia faze krítiku mak durante tinan 3 to' o 5 dahuluk.

Instituisaun ida nia desenvolvimentu no kreximentu atu bele moderna no eficiente, tenke konsidera fator krítiku balun, liuliu: ekipa técnica ida ne'ebé téknicamente preparada no komprometida; sistema informátiku ida ne'ebé estruturado, forte no funsional; servisu administrativu no jestaun financeira transparente no ho mekanizmu kontrolu no auditoria permanente; sistema atendimentu ba traballadór, empregador no benefisiáriu sira, ne'ebé eficiente no konfiavel no; partisipasaun ativa husi parseiru sosiál iha organizasaun nia jestaun.

Integração com programas do Sistema Não Contributivo

O INSS é responsável não só pela implementação do novo regime contributivo, mas também de programas enquadrados no regime não contributivo de segurança social financiados por transferências do Orçamento do Estado, como é o caso do SAII. Este fator cria oportunidades para o desenvolvimento de sinergias e ganhos em escala com o sistema não contributivo, podendo incluir sistemas unificados de pagamento de prestações, gestão de informação, estruturas e processos de atendimento ao público e mecanismos mais robustos de monitorização e avaliação. Estas oportunidades devem ser estudadas de modo averiguar os seus custos, benefícios e viabilidade.

Cobertura dos Trabalhadores no Setor Informal

O regime contributivo de segurança social permite que trabalhadores em empregos informais contribuam de forma voluntária. Porém, a experiência de outros países mostra que a adesão voluntária é feita por apenas uma pequena parcela dos trabalhadores informais, enquanto a maioria permanece sem nenhuma proteção contra os riscos sociais, económicos e do trabalho. Adicionalmente, os pequenos produtores rurais, os trabalhadores no setor da agricultura e outros trabalhadores sazonais de subsistência podem enfrentar dificuldades em conseguir reunir recursos financeiros suficientes para conseguir realizar contribuições para a segurança social de forma regular.

Assim, é necessário criar mecanismos que incentivem esses trabalhadores a participar no sistema de segurança social para garantir a sua proteção e das suas famílias.

Tabela 8: Atividades Prioritárias para o Desenvolvimento do Instituto Nacional de Segurança Social (INSS)

| Número de Atividade | Descrição da Atividade |
|----------------------------|---|
| 2.2.1 | Desenvolver o INSS como uma instituição moderna, eficiente e transparente. |
| 2.2.2 | Explorar oportunidades de sinergias e ganhos de escala na integração dos regimes de segurança social contributiva e não contributiva. |
| 2.2.3 | Estudar a possibilidade de criar o cargo de inspetores de segurança social. |
| 2.2.4 | Criar mecanismos para que trabalhadores em empregos informais, agricultura de subsistência e outros trabalhos vulneráveis, participem do sistema de segurança social. |

Objetivo 3: Desenvolvimento Institucional

De modo a continuar a desenvolver um sistema de proteção social eficaz e eficiente, é fundamental que a capacidade institucional do sistema continue a ser desenvolvida e fortalecida. Só assim será possível coordenar e integrar a informação e as operações do sistema, bem como garantir a sustentabilidade e a eficiência na gestão financeira dos recursos investidos em proteção social.

3.1 Coordenar e Integrar Programas

Coordenação Operacional

Os programas de proteção social em Timor-Leste são implementados por diversos agentes do governo. Algumas temáticas, como a nutrição, requerem ações simultâneas de vários ministérios. Contudo, verifica-se que nem sempre a comunicação é eficaz e a integração das iniciativas nem sempre é realizada, levando à duplicação de esforços, lacunas de cobertura e falhas na implementação.

O desenvolvimento de um modelo de coordenação interministerial que permita coordenar os diversos tipos de programas de proteção social, sejam estes materializados em prestações monetárias ou em género, incluindo serviços, permitirá aumentar o impacto dos programas, reforçando a troca de informação, esforços operacionais conjuntos e ganhos na escala de processos e atividades.

O Secretariado Executivo da ENPS (explicado mais à frente no ponto 4.1) deverá servir como mecanismo interministerial para a gestão e governação da coordenação de modo a garantir a execução e eficiência das atividades propostas de forma coordenada. Integração dos Sistemas Informáticos e Bases de Dados

Da mesma forma que os programas de proteção social têm muito a ganhar com a coordenação das suas ações, a partilha de informação e bases de dados entre os vários agentes do governo pode facilitar e melhorar a eficiência dos diversos processos.

Integrasaun iha programa sira husi Sistema Naun Kontributivu

INSS mak responsável laos de'it ba implementasaun rejime kontributivu foun, maibé mós ba programa sira ne'ebé tama iha kadru rejime naun kontributivu seguransa sosiál nian, ne'ebé hetan finansiametu liuhusi transferénsia Orsamentu Estadu, hanesan kazu SAII. Fator ida-ne'e kria oportunidade atu dezenvolve sinerjia no manan tuir eskala hamutuk ho sistema naun kontributivu, no bele inklui sistema unifikadu ba pagamentu prestasaun, jestaun informasaun, estrutura no prosesu atendimentu ba públiku no mekanizmu forte liu ba monitorizasaun no avaliasaun. Oportunidade hirak ne'e presiza estuda hodi buka hatene ninia kustu, benefisiu no viabilidade.

Kobertura ba Trabalhador sira iha Setór Informal

Rejime kontributivu seguransa sosiál nian permite katak traballador sira iha empregu informal bele kontribui ho maneira voluntária. Maibé, esperiénsia husi nasaun sira seluk hatudu katak traballador informal uituan de'it mak halo adezaun voluntária, no maioria laiha nafatin protesau ida hodi hasoru risku sosiál, ekonómiku no traballu nian. Liutan, produtor rural ne'ebé kiik, traballador sira iha setór agrikultura no traballador sazonal subsisténsia sira-seluk, bele hasoru difikuldade hodi halibur rekursu finanseiru suficiente atu bele halo kontribuisaun ba seguransa sosiál ho maneira regular.

Ne'e duni, presiza kria mekanizmu sira ne'ebé bele insentiva traballador hirak-ne'e atu partisipa iha sistema seguransa sosiál hodi garante protesau ba nia aan rasik no ba sira-nia família.

Tabela 8: Atividade Prioritária ba Dezenvolvimentu Institutu Nasionál Seguransa Sosiál (INSS)

| Númeru Atividade | Deskrisaun ba Atividade |
|-----------------------------|--|
| 2.2.1 | Dezenvolve INSS nu'udar instituisaun moderna ida, eficiente no transparente. |
| 2.2.2 | Esplora oportunidade sinerjia no manan eskala nian ba integrasaun husi rejime seguransa sosiál kontributivu no naun-kontributivu. |
| 2.2.3 | Estuda possibilidade hodi kria kargu ba inspetor seguransa sosiál nian. |
| 2.2.4 | Kria mekanizmu nune'e traballador sira iha empregu informál, agrikultura subsisténsia no servisu vulnerável sira seluk, bele hola parte iha sistema seguransa sosiál nian. |

Objetivu 3: Dezenvolvimentu Institusionál

Atu continua nafatin dezenvolve sistema protesau sosiál ida ne'ebé efikás no eficiente, esensial katak kapasidade institusionál sistema nian continua dezenvolve no haforsa nafatin. Hanesan ne'e de'it mak posivel kordena no integra informasaun no operasaun sistema nian, nomós garante jestaun finanseira husi rekursu sira, ne'ebé investe iha protesau sosiál, nia sustentabilidade no efisiénsia.

3.1 Kordena no Integra Programa sira

Kordenasaun Operasionál

Ajente governu oiain mak implementa programa protesau sosiál sira-nian iha Timór-Leste. Tema balun, hanesan nutrisaun, reker asaun hamutuk ho ministériu oiain. Maibé, ita haree katak komunikaun dala balun la efikás no inisiativa sira-nia integrasaun la realiza, no ida-ne'e hamosu duplikasaun esforsu, lakuna ba kobertura no falla iha implementasaun.

Dezenvolvimentu husi modelu kordenasaun interministerial nian ida, ne'ebé permite kordena programa protesau sosiál ho tipu oiain, bainhira programa nia materializaun mak ho prestasaun monetárias ka enjéneru, inklui servisu sira, sei permite aumenta programa sira-nia impaktu, no haforsa troka informasaun, esforsu operacional konjuntu no manan tuir eskala prosesu no atividade sira-nian.

Sekretariadu Ezekutivu ENPS nian (iha esplikaun iha kraik, pontu 4.1) presiza sai hanesan mekanizmu interministerial ba jestaun nia kordenasaun no governasaun atu garante atividade proposta nia ezekeusaun no efisiénsia ho maneira kordenada. Integrasaun husi Sistema Informátiku no Baze Dadas

Programa protesau sosiál bele manán buat barak lihusi asaun sira-nia kordenasaun, fahe informasaun no baze dados entre ajente governu oiain no bele mós fasilita no hadia prosesu oiain sira-nia efisiénsia.

Na maioria dos casos, cada um dos programas utiliza o seu sistema informático e as suas bases de dados próprias, impedindo a comunicação ou integração de dados entre programas. Esta realidade leva regularmente à duplicação de esforços na recolha e armazenamento de dados, favorece disparidades de dados dos indivíduos registados, bem como torna o sistema de proteção social pouco eficiente e moroso.

A integração de dados permitirá o desenvolvimento mais completo do perfil dos usuários do sistema de proteção social, a qual facilitará a identificação de beneficiários, reduzirá a duplicação de benefícios, permitirá a análise completa do histórico e da situação dos indivíduos e das suas famílias, e abre também a oportunidade para maior cooperação entre os programas. Para o efeito, serão exploradas ações de harmonização e coordenação de serviços de tecnologia de informação e de bases de dados.

Integração de Programas

Os programas existentes para trabalhadores informais, nomeadamente os programas de Emprego Rural e Estradas para o Desenvolvimento (ou no acrónimo inglês “Roads for Development”), são programas com funções semelhantes. Enquanto o primeiro é um programa relativamente pequeno e de alcance limitado, o segundo tem uma abrangência e sofisticação técnica mais elevada.

Portanto, de forma a reduzir duplicação de funções, os programas Emprego Rural e Estradas para o Desenvolvimento deverão ser incorporados num só, observando as melhores práticas e preservando a experiência e capacidades das equipas envolvidas nos dois programas. Desta forma, o resultado será um programa mais eficiente e com maiores economias de escala, permitindo a unificação dos programas de trabalhos públicos do Governo de Timor-Leste.

Tabela 9: Atividades Prioritárias para a Coordenação e Integração de Programas

| Número de Atividade | Descrição da Atividade |
|----------------------------|--|
| 3.1.1 | Desenvolver um modelo de coordenação interministerial entre os vários programas sociais, visando aumentar a eficácia e eficiência dos programas e atividades previstas na ENPS. |
| 3.1.2 | Promover a coordenação operacional dos diferentes programas de proteção social que interagem entre si. |
| 3.1.3 | Estender e ampliar a coordenação operacional e os serviços descentralizados. |
| 3.1.4 | Explorar ações de harmonização e coordenação dos serviços de tecnologias de informação e as bases de dados entre os programas de proteção social. |
| 3.1.5 | Integrar os programas de trabalhos públicos, Emprego Rural e Estradas para o Desenvolvimento, para evitar duplicação de esforços, aproveitar economias de escala e melhorar a eficiência do sistema. |

3.2 Capacitar os Recursos Humanos

Para a implementação com sucesso da ENPS, e considerando a expansão da proteção social, especialmente o desenvolvimento do regime contributivo de segurança social e o processo de descentralização que ocorrerá no futuro, a necessidade de capacitação dos recursos humanos na área da proteção social continuarão a crescer até 2030.

Para garantir a qualidade dos serviços de administração e a eficiência dos programas de proteção social, os recursos humanos têm de ser constantemente melhorados, seja através de ações de formação, formação em contexto de trabalho e/ou outros mecanismos de formação e capacitação. Para tal, é necessário a análise e a sistematização das capacidades atuais que sirva de base à criação de um plano de desenvolvimento de capacidades para as atividades de proteção social. Este trabalho deverá permitir explorar as oportunidades do Fundo de Desenvolvimento de Capital Humano (FDCH) de forma sistemática para garantir o desenvolvimento contínuo dos recursos humanos na área da proteção social.

Maioria programa sira uza ninia sistema informátiku no baze dados rasik, no ida-ne'e impede komunikasaun ka integrasaun dados entre programa sira. Realidade ne'e hamosu beibeik duplikasaun esforsu kona-ba rekolla no armazenamentu dados, kontribui ba dezignuladade dados husi individu u sira ne'ebé rejistadu ona, nomós halo sistema protesaun sosiál ladun eficiente no kleur.

Integrasaun dados sei permite halo dezvoltimentu kompletu liu ba perfil uzuáriu sistema protesaun sosiál nian, ne'ebé sei fasilita benefisiáriu sira-nia identifikasaun, sei hamenus benefisiu nia duplikasaun, sei permite análize kompletu kona-ba istóriu individu no ninia família nia situasaun no sei loke mós oportunidade atu aumenta koperasaun entre programa sira. Ba efeitu ne'e, sei esplora asaun armonizasaun no kordenasaun entre servisu teknolojia informasaun no baze dados.

Programa sira-nia Integrasaun

Programa sira ne'ebé iha tiha ona ba traballadór informal, liuliu programa Empregu Rural no Dalan ba Dezenvolvimentu (ho nia akrónimu inglés "Roads for Development"), mak programa ho funsaun ne'ebé hanesan. Ida dahuluk mak programa kiik ida no ho alkansa ne'ebé limitadu, ida daruak ninia abranjénsia no sofistikasaun tékniku aas liu.

Ne'e duni, hodi hamenus duplikasaun kona-ba sira-nia funsaun, programa Empregu Rural no Dalan ba Dezenvolvimentu sei presiza sai ida de'it, konsidera prátika sira ne'ebé di'ak liu no prezerva ekipa envolvidu iha programa rua ne'e sira-nia esperiénsia no kapasidade. Hanesan ne'e, rezultadu mak programa ida ne'ebé eficiente liu no ho ekonomia eskala boot liu, no permite programa traballu públiku Governu Timór-Leste nia unifikasaun.

Tabela 9: Atividade Prioritária ba Kordenasaun no Integrasaun Programa sira

| Númeru Atividade | Deskrisaun ba Atividade |
|-------------------------|---|
| 3.1.1 | Desenvolve modelu kordenasaun interministerial ida entre programa sosiál oioin, hodi aumenta programa no atividade sira, ne'ebé prevee iha ENPS, sira-nia efikásia no efisiénsia. |
| 3.1.2 | Promove kordenasaun operacional ba programa protesaun sosiál ne'ebé la hanesan no ne'ebé iha interasaun ba malu. |
| 3.1.3 | Habelar no haluan kordenasaun operacional no servisu dexentralizadu sira. |
| 3.1.4 | Esplora asaun armonizasaun no kordenasaun ba servisu teknolojia informasaun no baze dados entre programa protesaun sosiál sira-nian. |
| 3.1.5 | Integra programa traballu públiku, Empregu Rural no Dalan ba Dezenvolvimentu, atu evita duplikasaun esforsu, aproveita ekonomia eskala nian no hadia sistema nia efisiénsia. |

3.2 Kapasita Rekursus Umanus

Hodi implementa ENPS ho susesu, bainhira konsidera habelar protesaun sosiál, liuliu dezvoltimentu rejime kontributivu seguransa sosiál no prosesu dexentralizasaun ne'ebé sei akontese iha tempu oin mai, nesiedade atu fó kapasitasaun ba rekursus umanus iha área protesaun sosiál nian sei kontinua aumenta to' o iha tinan 2030.

Atu garante servisu administrasaun nia kualidade no programa sira protesaun sosiál nia efisiénsia, rekursus umanus tenke hadia beibeik, liuhusi asaun formasaun, formasaun iha kontestu traballu no/ka liuhusi mekanizmu formasaun no kapasitasaun sira seluk. Atu nune'e, presiza halo análize no sistematizasaun kona-ba kapasidade atuál ne'ebé bele sai hanesan baze ida hodi kria planu dezvoltimentu kapasidade sira ba atividade protesaun sosiál nian. Traballu ne'e sei bele permite esplora oportunidade husi Fundu Dezenvolvimentu Kapital Umanu (FDCH) ho maneira sistemátiku hodi garante rekursus umanus sira-nia dezvoltimentu kontínuu iha área protesaun sosiál nian.

Tabela 10: Atividades Prioritárias para o Desenvolvimento dos Recursos Humanos

| Número de Atividade | Descrição da Atividade |
|---------------------|--|
| 3.2.1 | Criar um plano de desenvolvimento de capacidades para as atividades de proteção social tendo por base a análise e a sistematização das capacidades atuais. |
| 3.2.2 | Explorar as oportunidades do Fundo de Desenvolvimento de Capital Humano de forma sistemática para responder às necessidades de capacitação de recursos humanos na área da proteção social, assegurando a paridade do género. |
| 3.2.3 | Promover cursos de formação na área da proteção social. |
| 3.2.4 | Criar e formar equipas na área de proteção social para que possam prestar apoio ao nível descentralizado. |

3.3 Estabelecer um Sistema de Monitorização e Avaliação

Os planos de ação anuais do Governo já exigem que todas as atividades desenvolvidas tenham indicadores de acompanhamento. Porém, o tipo de indicadores usados são normalmente os indicadores de produto relacionados com o que foi produzido ou entregue em vez de indicadores que permitam medir os resultados e impacto.

Assim, o estabelecimento de um sistema de Monitorização e Avaliação (M&A) é um elemento fundamental do modelo de governação da aplicação dos investimentos em proteção social. Este sistema permitirá a disponibilização e partilha de informação credível, adequada e oportuna com utilidade aos diversos utilizadores, incluindo decisores políticos, responsáveis pela coordenação e gestão dos vários programas, parceiros e público em geral.

Ainda que alguns dos programas de proteção social já tenham mecanismos de monitorização e avaliação previstos nos diplomas ou instrumentos legais que os estabeleceram, na maioria dos casos não existe uma implementação efetiva nem muito menos uma produção de estatísticas associada. A ausência de um sistema de informação integrado, a fragilidade das bases de dados existentes, falta de recursos financeiros, formação limitada dos recursos humanos são alguns dos fatores que têm impedido o desenvolvimento de um sistema de estatísticas e indicadores de proteção social.

O sistema de M&A deverá ser capaz de fazer um acompanhamento anual da implementação da ENPS, mas também servir de impulso para desenvolver um sistema de estatísticas e indicadores de proteção social que possam ser divulgados regularmente. Desta forma, será possível monitorizar o progresso e avaliar os resultados do sistema de proteção social, incluindo a avaliação da eficácia e eficiência dos programas de proteção social e dos processos de implementação associados.

Será importante criar um grupo de trabalho interinstitucional cuja missão será desenvolver o sistema de M&A da ENPS e preparar o trabalho na área das estatísticas e indicadores de proteção social. Para tal, será necessário proceder ao levantamento da informação, dos custos e outros recursos necessários para o desenvolvimento do sistema integrado, abrangendo todos os programas de proteção social. Nesta análise, deve-se também incluir o desenvolvimento da capacidade técnica na área estatística, monitorização e avaliação das equipas interinstitucionais envolvidos no processo.

Ao mesmo tempo, será importante analisar a possibilidade de criar uma unidade transversal de M&A na orgânica do MSSI, a qual será responsável pelo planeamento e execução das atividades nesta área.

Tabela 11: Atividades Prioritárias para Estabelecer um Sistema de M&A

| Número de Atividade | Descrição das Atividades |
|---------------------|---|
| 3.3.1 | Criar um grupo de trabalho interinstitucional cuja missão será desenvolver e implementar o sistema de M&A da ENPS e preparar o trabalho na área das estatísticas e indicadores de proteção social nacional. |
| 3.3.2 | Analisar os custos, recursos e informações necessárias para o desenvolvimento de trabalho na área das estatísticas e indicadores de proteção social nacional. |
| 3.3.3 | Analisar a possibilidade de criar uma unidade transversal de M&A na orgânica do MSSI. |

Tabela 10: Atividade Prioritária ba Desenvolvementu Rekursus Umanus

| Númeru Atividade | Deskrisaun ba Atividade |
|---------------------|---|
| 3.2.1 | Kria planu desenvolvimentu kapasidade ba atividade protesau nian sosiál nian bazeia ba analize no sistematizasaun kapasidade sira ne'ebé iha agora daudaun. |
| 3.2.2 | Esplora oportunidade husi Fundu Desenvolvementu Kapital Umanu ho maneira sistemátika hodi hatan ba nesesidade kapasitasaun rekursus umanus nian iha área protesau nian sosiál, no asegura igualdade jéneru. |
| 3.2.3 | Promove kursu formasaun iha área protesau nian sosiál nian. |
| 3.2.4 | Kria no forma ekipa iha área protesau nian sosiál atu bele fó apoiu iha nível dexentralizadu. |

3.3 Estabelese Sistema Monitorizasaun no Avaliasaun

Planu asaun anual Governu nian ezije ona katak atividade desenvolvidu hotu-hotu iha indikadór akompañamentu. Maibé, tipu indikadór ne'ebé uza baibain mak indikadór ba produktu ne'ebé relasiona ho buat ne'ebé prodús ka produktu ida-ne'ebé entrega ona, envezde indikadór sira ne'ebé permite sukat rezultadu sira no impaktu.

Hanesan ne'e, estabelese sistema Monitorizasaun no Avaliasaun ida (M&A) mak hanesan elementu fundamental husi modelu governasaun kona-ba aplikasaun investimentu sira iha protesau nian sosiál. Sistema ne'e sei permite disponibiliza no fãhe informasaun kredível, adekuaudu no oportuna, útil ba utilizador oioin, inklui desizor polítiku, responsável ba kordenasaun no jestaun programa oioin, parseiru sira no públiku enjerál.

Maski programa balun protesau nian sosiál nian iha ona mekanizmu monitorizasaun no avaliasaun previstu ona iha diploma ka iha instrumentu legal ne'ebé estabelese programa hirak-ne'e, maioria laiha implementasaun efetivu no laiha duni produsaun estatístiku ida ne'ebé asociadu. Auzénsia husi sistema informasaun integradu ida, fragilidade husi baze dados, falta rekursus finansieiru no rekursus umanus nia formasaun limitadu mak fatór balun ne'ebé impede desenvolvimentu sistema estatístika ida no indikadór sira protesau nian sosiál nian.

Sistema M&A presiza iha kapasidade hodi halo akompañamentu anuál ba implementasaun ENPS nian, maibé presiza mós sai hanesan impulsu ida hodi desenvolve sistema estatística no indikadór protesau nian sosiál sira-nian ne'ebé bele divulga beibeik. Hanesan ne'e, sei iha possibilidade atu monitoriza progresu no avalia sistema protesau nian sosiál nia rezultadu sira, inklui avaliasaun kona-ba programa protesau nian sosiál no prosesu implementasaun asociadu sira-nia efikásia no efisiénsia.

Importante bele kria grupu traballu interinstitucional ida ho nia misaun atu desenvolve sistema M&A ENPS nian no prepara traballu iha área estatística no indikadór sira protesau nian sosiál nian. Atu ne'e akontese, sei presiza halo levantamentou informasaun, kustus no rekursu seluk nesesáriu hodi desenvolve sistema integradu ne'e, no abranje programa sira hotu protesau nian sosiál nian. Iha análise ida-ne'e, presiza mós inklui desenvolvimentu kapasidade téknika iha área estatística, monitorizasaun no avaliasaun husi ekipa interinstitucional ne'ebé envolve iha prosesu.

Importante mós analiza possibilidade hodi kria unidade transversal M&A ida iha orgánika MSSI nian, ne'ebé sei responsável ba atividade sira-nia planeamentu no ezeekusaun iha área ida-ne'e.

Tabela 11: Atividade Prioritária hodi Estabelese Sistema M&A ida

| Númeru Atividade | Deskrisaun ba Atividade |
|---------------------|---|
| 3.3.1 | Kria grupu traballu interinstitucional ho misaun ida atu desenvolve no implementa sistema M&A ENPS nian no prepara traballu iha área estatística no indikador protesau nian sosiál nasional nian. |
| 3.3.2 | Analiza kustus, rekursus no informasaun nesesáriu ba desenvolvimentu traballu nian iha área estatística no indikador protesau nian sosiál nasional nian. |
| 3.3.3 | Analiza possibilidade hodi kria unidade transversal M&A nian ida iha MSSI nia orgánika. |

3.4 Fortalecer as Bases Legais da Proteção Social

No geral, o sistema legal em Timor-Leste está ainda em desenvolvimento dado o relativamente curto período de tempo desde a sua independência. Isto implica que alguns instrumentos legais que estabelecem aspetos importantes do sistema de proteção social são ainda inexistentes. Para ultrapassar este problema, é necessário criar a Lei de Bases de Proteção Social, a qual deve servir de base para que o sistema seja formalmente estabelecido na sua plenitude e, desta forma, apoiar o desenvolvimento de todas as políticas de proteção social de uma maneira consistente e sustentada.

Existem diversos programas que continuam a operar apenas com base em decretos ministeriais, não garantindo a sua continuidade a longo prazo ou a atribuição de direitos aos beneficiários. Como tal, desenvolver bases legais sólidas para os programas de proteção social é importante para que o sistema possa ser estável e conseguir oferecer proteção de forma sustentável e eficiente. Devem ser estabelecidos processos regulares de revisão da legislação em vigor na área de proteção social para atualizar as leis e decretos relativos aos programas já em funcionamento, os quais numa primeira fase deverão concentrar-se nos programas Bolsa da Mãe e SAI, tendo estes já demonstrado no passado a necessidade de revisões e atualizações das suas bases legais.

Tabela 12: Atividades Prioritárias para Fortalecer as Bases Legais da Proteção Social

| Número de Atividade | Descrição da Atividade |
|---------------------|--|
| 3.4.1 | Criar a Lei de Bases de Proteção Social e a respetiva regulamentação. |
| 3.4.2 | Rever a legislação vigente de proteção social. |
| 3.4.3 | Fortalecer a base legal dos programas que têm vindo a ser implementados apenas através de decreto ministerial. |

3.5 Melhorar o Financiamento e Planeamento Orçamental

Com as necessidades orçamentais a aumentar para atender às necessidades identificadas e com as receitas do petróleo incertas no longo prazo, bem como a redução do volume do Rendimento Sustentável Estimado (SER) (ou no acrónimo em inglês “Estimated Sustainable Income”), é fundamental garantir a boa gestão, o aprovisionamento adequado e a sustentabilidade do orçamento da proteção social.

Para tal, o planeamento financeiro e orçamental deveria ser realizado para períodos mais extensos em vez de ciclos anuais. Desta forma, seria mais fácil prever antecipadamente e gerir os recursos com vista a um prazo mais alargado.

É importante efetuar uma análise da despesa pública para permitir refletir sobre a potencial realocação de despesas entre os vários setores e programas. Por um lado, deveria ser possível realocar recursos para programas que provem ser mais eficientes e com maior impacto e, por outro, reajustar a distribuição de despesas entre diversas categorias e garantir a máxima execução do orçamento de proteção social.

Além disso, é importante referir a importância de ter um “Orçamento sensível ao género”, avaliando o contributo do orçamento público em proteção social para a realização da igualdade entre mulheres e homens. Este tipo de orçamento pretende identificar as várias opções de despesa e de receita pública existentes para raparigas e mulheres, bem como em diferentes grupos de mulheres, comparativamente com o impacto nos rapazes e os homens. Desta forma, poderão introduzir-se alterações que garantam a igualdade entre homens e mulheres.

Tabela 13: Atividades Prioritárias para o Melhoramento do Financiamento e Planeamento Orçamental

| Número de Atividade | Descrição das Atividades |
|---------------------|---|
| 3.5.1 | Realizar planeamentos orçamentais plurianuais, tendo em conta as mudanças demográficas e da procura por direitos e serviços no curto, médio e longo prazos. |
| 3.5.2 | Efetuar uma análise da despesa que permite refletir sobre a realocação das despesas de forma mais efetiva. |
| 3.5.3 | Realizar planeamento integrado da proteção social envolvendo os parceiros de desenvolvimento. |

3.4 Haforsa Baze Legal Protesaun Sosiál nian

Enjerál, sistema legal iha Timór-Leste dezenvolve hela nafatin tanba tempu ne'ebé hahú husi nia independénsia to'o agora hanesan períodu kiik loos. Ne'e signifika katak instrumentu legál balun ne'ebé estabelese aspetu importante kona-ba sistema protesauun sosiál seidak eziste. Atu hakaat problema ne'e, presiza kria Lei Baze Protesaun Sosiál, ne'ebé tenke sai hanesan baze atu bele estabelese, liuhusi maneira formál, sistema tomak, no hanesan ne'e, fó apoiu ba dezenvolvimentu polítika protesauun sosiál sira hotu ho maneira consistente no sustentada.

Programa oioin balun ne'ebé iha ona kontinua opera bazeia de'it ba dekretu ministerial, no ida-ne'e la garante sira-nia kontinuidade ba longu prazu ka atribuisaun direitu sira ba benefisiáriu. Tan ne'e, importante dezenvolve baze legal sólida ba programa sira protesauun sosiál nian atu sistema bele estável no bele konsege oferese protesauun ho maneira sustentável no eficiente. Presiza estabelese prosesu revizaun regular ba lejislasaun iha vigor iha área protesauun sosiál, hodi atualiza lei no dekretu kona-ba programa ne'ebé lao ona no, iha faze dahuluk, presiza konsentra ba programa Bolsa da Mãe no SAI, tanba programa rua ne'e hatudu ona iha tempu uluk katak nia baze legál presiza revizaun no atualizasaun.

Tabela 12: Atividade Prioritária hodi Haforsa Baze Legál Protesaun Sosiál nian

| Númeru Atividade | Deskrisaun ba Atividade |
|------------------|--|
| 3.4.1 | Kria Lei Baze Protesaun Sosiál nian no ninia regulamentasaun rasik. |
| 3.4.2 | Revee lejislasaun protesauun sosiál nian ne'ebé vigora ona. |
| 3.4.3 | Haforsa baze legal programa sira ne'ebé hahú implenta ona liu deit husi dekretu ministerial. |

3.5 Hadia Finansiamentu no Planeamentu Orsamentál

Tuir nesidade orsamentál ne'ebé aumenta atu hatan ba nesidade sira ne'ebé identifika ona, tanba reseita husi petróleu la'os serteza ba longu prazu, no tanba redusaun husi volume Rendimentu Sustentável Estimadu (SER) (ho akronimu inglés "Estimated Sustainable Income"), importante loos bele garante jestaun di'ak, aprovizionamentu adekuaudu no sustentabilidade orsamentu protesauun sosiál nian.

Atu nune'e, planeamentu finanseiru no orsamentu loloos presiza realiza ba períodu naruk liu laos ba siklu anuál. Tanba hanesan ne'e, fásil liu atu prevee antes no atu jere rekursu sira haree ba prazu naruk liu.

Importante bele halo análise ida kona-ba despeza públika hodi permite halo reflesaun kona-ba potenciál realokasaun despeza sira ba setor no programa oioin. Husi sorin ida, loloos bele iha possibilidade hodi realoka rekursus ba programa ne'ebé hatudu katak sira mak eficiente liu no sira mak iha impaktu boot liu no, husi sorin seluk, bele reajusta despeza sira-nia distribuisaun tuir kategoria oioin no garante ezekusaun máxima orsamentu protesauun sosiál nian.

Aleinde ne'e, importante atu refere importánsia husi "Orsamentu ida sensível ba jéneru", no avalia kontributu orsamentu públiku nian ba protesauun sosiál hodi realiza igualdade entre feto no mane. Tipu orsamentu ne'e buka identifika opsaun despeza no reseita públiku oioin ne'ebé iha ba labarik-feto no ba feto, nomós ba grupu feto oioin, kompara ho impaktu ba labarik-mane no mane sira. Hanesan ne'e, sei bele introdús alterasaun ne'ebé garante igualdade entre mane no feto sira.

Tabela 13: Atividade Prioritária hodi Hadia Finansiamentu no Planeamentu Orsamentál

| Númeru Atividade | Deskrisaun ba Atividade |
|------------------|---|
| 3.5.1 | Realiza planeamentu orsamentu plurianual, haree ba mudansa demográfika no ba buka direitus no servisu sira iha kurtu, médiu no longu prazu. |
| 3.5.2 | Halo análise despeza nian ida ne'ebé permite halo refleksaun kona-ba realokasaun despeza sira ho maneira efektivu liu. |
| 3.5.3 | Realiza planeamentu integradu protesauun sosiál nian hamutuk ho parseiru dezenvolvimentu sira. |

Capítulo 4: Implementação da ENPS

Como uma estrutura para apoiar o governo a cumprir os seus objetivos de desenvolvimento nacional, a implementação efetiva da ENPS pressupõe um empenho firme de todos os organismos do governo e de todos os agentes implementadores. Tal dedicação requer também mecanismos eficazes de cooperação, de diálogo, coordenação e de participação a todos os níveis e em todas as fases do processo.

4.1 Estrutura de Governação

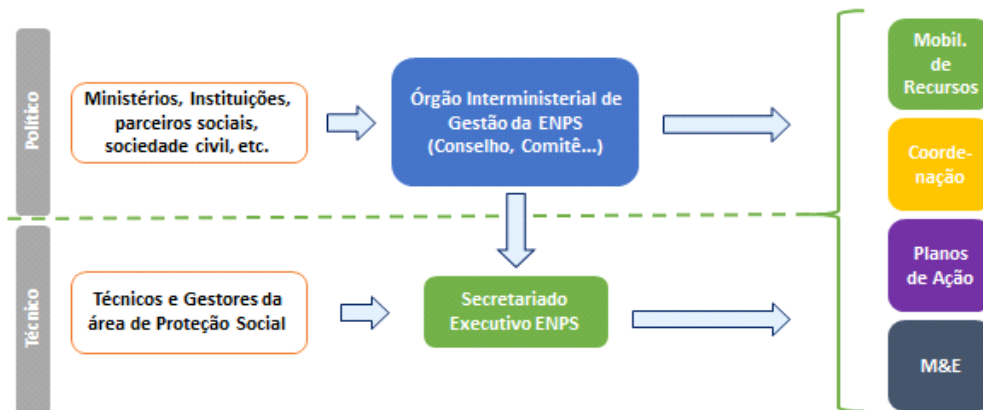
A gestão e implementação da ENPS prevê a criação de um Conselho Nacional de Proteção Social (CNPS) que será o órgão interministerial responsável por deliberar no plano político. Prevê também a criação de um Secretariado Executivo (SE), o qual será responsável pelas questões técnicas relacionadas com a Estratégia. O SE irá liderar o desenvolvimento de planos de ação de médio prazo e planos de implementação anual da ENPS, incluindo a calendarização, a coordenação das diferentes atividades dos planos, a mobilização de recursos, o acompanhamento das ações executadas e a avaliação dos resultados obtidos regularmente, conforme ilustrado na Figura 7.

Enquanto órgão superior de deliberação, o CNPS será preferencialmente liderado por uma Instituição no âmbito político, como por exemplo o Gabinete do Primeiro-Ministro (GPM). Por sua vez, o SE da ENPS será coordenado tecnicamente pelo MSSI, contando com a participação de um representante de cada um dos demais ministérios envolvidos no processo de desenvolvimento e implementação da ENPS, incluído um representante do INSS.

O desenvolvimento de planos de ação e respetiva calendarização deverá, preferencialmente, observar períodos de 3 a 5 anos, podendo ser eventualmente alinhado com os planos dos diferentes governos que sejam desenvolvidos durante estes períodos (tal como o plano estratégico do MSSI). Adicionalmente, os planos de implementação anual estabelecem o roteiro prático para a execução das atividades planeadas. Parte do Objetivo 3 da ENPS será melhorar os mecanismos de coordenação, de monitorização e de avaliação, que deverão servir de base para a gestão da estratégia por parte do órgão de coordenação interministerial.

Independente da metodologia utilizada, a gestão, coordenação e monitorização da implementação das atividades planeadas são de vital importância para garantir a execução da ENPS com sucesso.

Figura 7: Estrutura de Governação da ENPS



4.2 Estratégia de Implementação

A ENPS apresenta a visão geral para a proteção social em Timor-Leste até 2030. Como tal, apenas inclui uma descrição breve dos objetivos principais da Estratégia, bem como das respetivas atividades planeadas até 2030. Assim, existe a necessidade de identificar mais detalhadamente os vários aspetos para que a visão para a proteção social possa ser tornada realidade no curto, médio e longo prazo. A Figura 8 apresenta uma esquematização dos diferentes documentos estratégicos e operacionais necessários para o planeamento e implementação da ENPS para diferentes horizontes temporais.

Kapítulu 4: ENPS nia Implementasaun

Nu'udar estrutura ida ne'ebé fô apoiu atu governu kumpre ninia objetivu sira dezvoltimentu nasionál, ENPS nia implementasaun efetiva reker esforsu ida ne'ebé metin husi governu nia organizmu no ajente implementadór sira hotu. Dedicasaun ne'e mós reker mekanizmu koperasaun, diálogu, kordenasaun no partisipasaun efikáz iha prosesu nia nivel no faze sira hotu.

4.1 Estrutura Governasaun nian

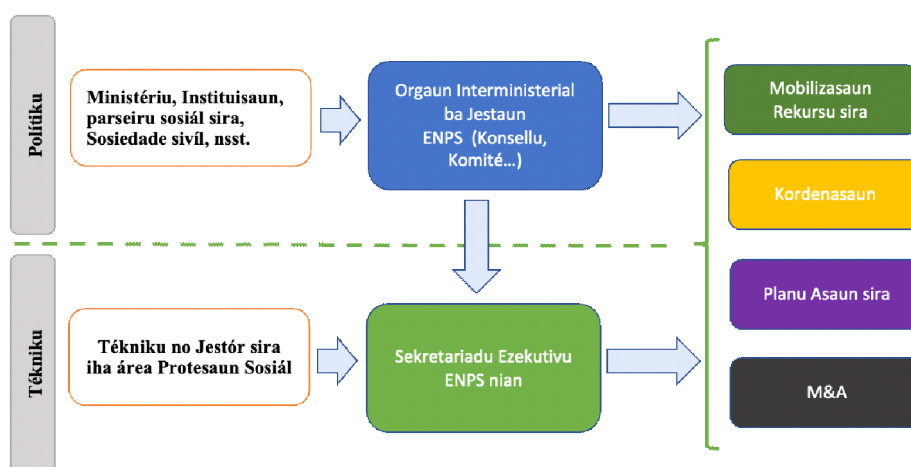
ENPS nia jestaun no implementasaun prevee kriasaun husi Konsellu Nasionál Protesaun Sosiál ida (CNPS) ne'ebé sei sai orgaun interministerial responsável hodi foti desizaun iha planu polítiku. Prevee mós kriasaun husi Sekretariadu Ezekutivu ida (SE), ne'ebé sei sai responsável be kestaun tékniku ne'ebé relasiona ho Estratéjia. SE sei lidera dezvoltimentu planu asaun sira ba médiu prazu no planu implementasaun anual ENPS nian, inklui kalendarizasaun, kordenasaun planu sira nia atividade oioin, rekursu sira nia mobilizasaun, asaun sira ezeutada nia akompañamentu no avaliasaun husi rezultadu sira ne'ebé hetan beibeik, tuir buat ne'ebé hatudu iha Imajen 7.

Nu'udar órgaun superior deliberaun, di'ak liu CNPS lidera husi Instituisaun ida iha ámbitu polítiku, hanesan porezemplu Gabinete Primeiru-Ministru (GPM). Maibé, SE ENPS nian sei kordena teknikamente liuhusi MSSSI, hamutuk ho partisipasaun husi representante ida husi ministériu seluk idaidak ne'ebé envolve aan iha prosesu dezvoltimentu no implementasaun ENPS nian, inklui representante ida husi INSS.

Dezvoltimentu planu asaun no sira-nia kalendarizasaun rasik di'ak liu konsidera ba períodu tinan 3 to' o tinan 5, no dala balun bele tuir governu oioin sira-nia planu seluk ne'ebé dezvolve durante períodu hirak-ne'e (hanesan planu estratéjiku MSSSI nian). Liutan, planu implementasaun anual estabelese roteiru prátiku ba ezekeusaun atividade sira ne'ebé planeada. Parte husi Objetivu 3 ENPS nian mak atu hadia mekanizmu kordenasaun, monitorizasaun no avaliasaun, ne'ebé sei sai hanesan baze ba estratéjia nia jestaun, liuhusi orgaun kordenasaun interministerial.

Independente husi metodologia ne'ebé uza, jestaun, kordenasaun no monitorizasaun ba atividade planeada sira-nia implementasaun mak importante liu atu garante ENPS nia ezekeusaun ho suksesu.

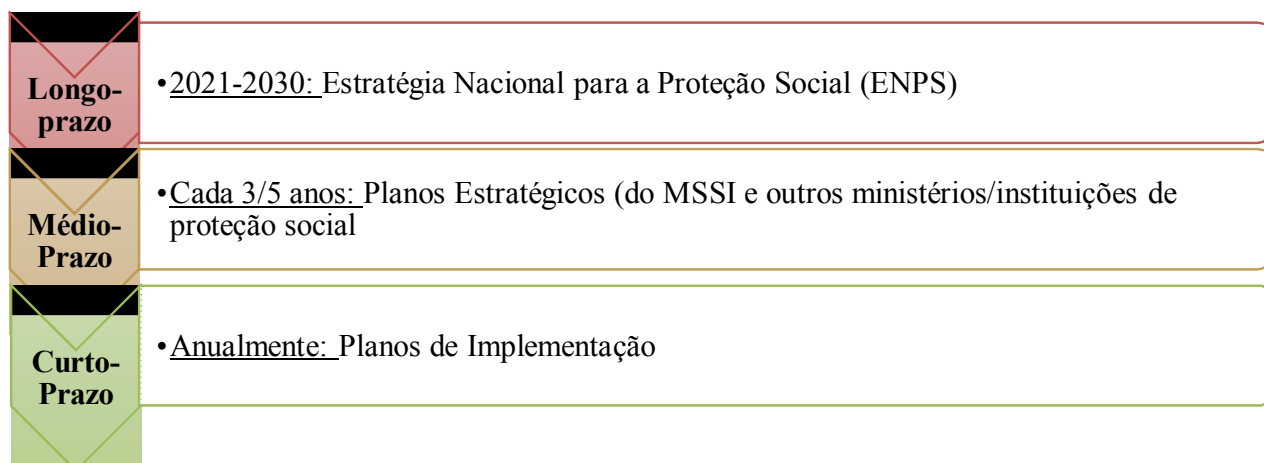
Imajen 7: Estrutura Governasaun ENPS nian



4.2 Estratéjia Implementasaun nian

ENPS apresenta vizaun jerál ba protesauun sosiál iha Timór-Leste to' o iha tinan 2030. Tan ne'e, inklui de'it deskrisaun badak kona-ba Estratéjia nia objetivu prinsipal, nomós ninia atividade rasik ne'ebé planeada to' o iha tinan 2030. Ne'e duni, iha nesesidade hodi identifika, ho detalhe liu, aspetu oioin atu vizaun ba protesauun sosiál bele sai realidade ida iha kurtu, médiu no longu prazu. Imajen 8 apresenta eskema ida kona-ba dokumentu estratéjiku no operacional oioin nesesáriu ba ENPS nia planeamentu no implementasaun ba limite tempu ne'ebé la hanesan.

Figura 8: Estratégia de Implementação da ENPS



O Anexo I apresenta uma lista de todas as atividades prioritárias identificadas nesta ENPS e a indicação do(s) ano(s) de implementação de cada uma das atividades. Esta lista deverá servir como ponto de partida para o planeamento e implementação detalhada no curto e médio prazo.

Muitas das atividades propostas envolvem a análise e/ou estudo de viabilidade de medidas ou alterações operacionais. Após a conclusão destes estudos e/ou análises, será necessário tomar decisões tanto ao nível político como a nível técnico de modo a prosseguir com os trabalhos. Assim, no decorrer da implementação da ENPS, haverá espaço para a introdução de novas atividades e também para a revisão das atividades prioritárias incluídas nesta versão da Estratégia.

Da mesma forma, cada atividade prioritária proposta na ENPS requer uma série de ações e passos na sua implementação. Estas ações deverão ser detalhadas nos planos de implementação anual, devendo incluir uma análise das condições necessárias para a execução eficiente e atempada de cada uma das atividades (incluindo análises do orçamento necessário, documentação legal, etc.).

4.3 Monitorização e Avaliação

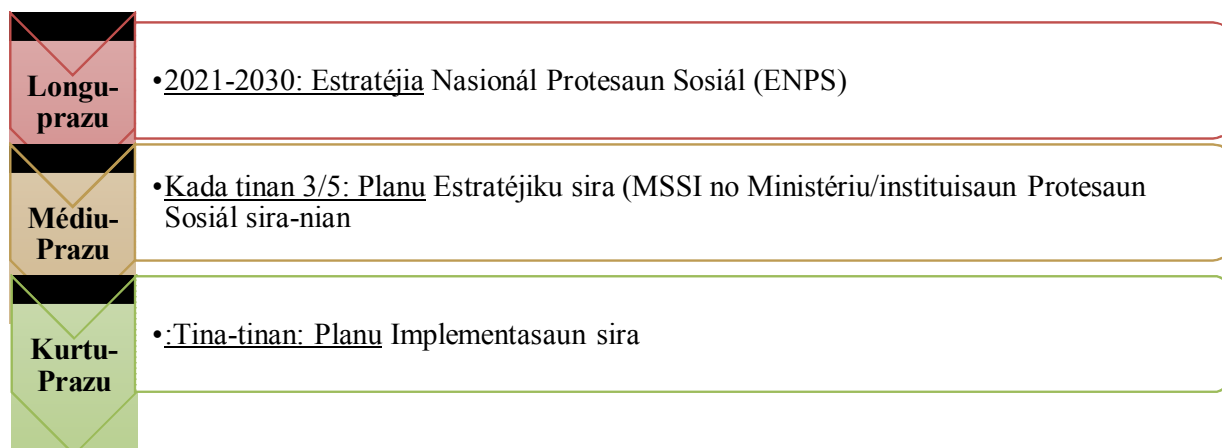
A monitorização e avaliação da ENPS será da responsabilidade do grupo de trabalho interinstitucional cuja missão será desenvolver o sistema de M&A da ENPS e preparar o trabalho na área das estatísticas e indicadores de proteção social nacional. Este grupo de trabalho constituído por técnicos na área de M&A deverá integrar o SE proposto nesta Estratégia. Este grupo trabalhará com as instituições implementadoras para garantir que todos os dados relevantes sejam recolhidos, registados, tratados, analisados e partilhados regularmente. O sistema de M&A deverá produzir informação anualmente e apoiar na tomada de decisões e planeamento de curto, médio e longo prazo.

Considerando o período de implementação da ENPS, deverá ser realizada uma avaliação intermédia em 2025, e um processo de avaliação final deve acontecer em 2029-30 para avaliar os resultados e impacto da ENPS em alcançar seus objetivos e realizar sua visão.

No entanto, poderão ser feitas outras avaliações periódicas caso sejam consideradas relevantes pelo grupo de trabalho e SE da ENPS.

A Tabela seguinte apresenta alguns dos indicadores de M&A das ENPS, os quais deverão ser aprofundados pelo grupo de trabalho de M&A assim que esta Estratégia for aprovada e o grupo formado.

Imajen 8: Estratéjia Implementasaun ENPS nian



Aneksu I apresenta lista ida ho atividade prioritária sira hotu ne'ebé identifika iha ENPS ida-ne'e no indikasaun kona-ba tinan implementasaun atividade idaidak. Lista ne'e bele uza hanesan pontu hahú ba planeamentu no implementasaun detalladu iha kurtu no médiu prazu.

Atividade barak propostu inklui análise no/ka estudo viabilidade kona-ba medida ka alterasaun operacional sira. Hafoin remata estudo no/ka análise hirak-ne'e, presiza foti desizaun, iha nível polítiku nomós iha nível tékniku, hodi bele continua traballu sira-ne'e. Ne'e duni, durante ENPS nia implementasaun, sei iha fatin atu introdús atividade foun nomós atu halo revizaun ba atividade prioritária ne'ebé inklui ona iha Estratéjia nia versaun ida-ne'e.

Hanesan mós, atividade prioritária idaidak ne'ebé propoin iha ENPS rekér asaun no hakaat lubuk balun ba nia implementasaun. Iha planu implementasaun anual presiza inklui detalhe kona-ba asaun hirak-ne'e, no inklui análise kona-ba kondisaun sira ne'ebé nesésáriu hodi ezekuta ho maneira efisiente, no tuir tempu, atividade idaidak (inklui análise ba orsamentu nesésáriu, dokumentasaun legal, nst).

4.3 Monitorizasaun no Avaliasaun

ENPS nia monitorizasaun no avaliasaun mak atu responsabilidade husi grupu traballu interinstitucional nianne'ebé iha misaun hodi desenvolve sistema M&A ENPS nian, prepara traballu iha área estatística no prepara indikadór protesaun sosiál nasional nian. Grupu traballu ida ne'e inklui tékniku sira iha área M&A no grupu ne'e presiza integra SE propostu iha Estratéjia ne'e. Grupu sei servisu ho instituisaun implementadór hodi garante katak rekolle, rejista, trata, analiza no fahe beibeik dadus sira hotu ne'ebé relevante. Sistema M&A presiza prodús informasaun tinan-tinan no fô apoiu iha momentu atu foti desizaun no halo planeamentu ba kurtu, médiu no longu prazu.

Bainhira ita konsidera períodu implementasaun ENPS nian, presiza realiza avaliasaun intermédia ida iha tinan 2025, no prosesu avaliasaun final ida tenke akontese iha tinan 2029-30, hodi avalia rezultadu no impaktu ENPS nian hodi alkansa nia objetivu sira no realiza nia vizaun.

Maibé, sei bele halo avaliasaun periódiku seluk karik grupu traballu no SE ENPS nian konsidera relevante.

Tabela tuirmai apresenta indikadór M&A ENPS nian balun, ne'ebé grupu traballu M&A presiza haklean bainhira Estratéjia ne'e aprova ona no forma ona grupu ne'e.

Tabela 14: Indicadores de M&A

Objetivo 1: Redução da Pobreza

Indicadores:

- Proporção da população a viver abaixo da linha da pobreza (linha de pobreza nacional e internacional) por sexo, faixa etária, grupos vulneráveis e município (Incidência da pobreza);
- Proporção de indivíduos cobertos legalmente por programas de proteção social, por sexo, faixa etária, grupos vulneráveis e município (Cobertura legal);
- Proporção de indivíduos efetivamente cobertos por programas de proteção social, por sexo, faixa etária, grupos vulneráveis, e município (Cobertura efetiva);
- Proporção da população portadora de deficiência abrangida por programas de proteção social por sexo, faixa etária e município (Cobertura efetiva);
- Proporção de crianças que recebem Merenda Escolar por sexo, faixa etária e município (Cobertura efetiva);
- Proporção de agregados familiares com crianças a receber o programa Bolsa da Mãe por município (Cobertura efetiva);
- Valor médio mensal das prestações monetárias não contributivas em proporção da linha de pobreza nacional (Adequação);
- Frequência e duração do pagamento das prestações monetárias.

Objetivo 2: Melhorar e Expandir a Segurança Social para os Trabalhadores

Indicadores:

- Proporção de trabalhadores em idade ativa e empregadores do setor formal registados e a contribuir para a segurança social, por idade, sexo, setor de atividade e município;
- Proporção de trabalhadores em idade ativa no setor informal registados e a contribuir para a segurança social, por idade, sexo, setor de atividade e município;
- Proporção de trabalhadores registados na segurança social a receber prestações por tipo de prestação, sexo, faixa etária e município;

Objetivo 3: Desenvolvimento Institucional

Indicadores:

- Número de funcionários formados / capacitados para melhorar a gestão, implementação e monitorização dos programas de proteção social;
- Desenvolvimento e aprovação de um sistema de estatísticas em proteção social;
- Aprovação da Lei de Bases de Proteção Social.

Tabela 14: Indikadór M&A sira-nian

Objetivu 1: Hamenus Kiak

Indikadór sira:

- Proporsaun populasaun ne'ebé moris iha liña kona-ba kiak nian nia okos (liña nasional kona-ba kiak no internasionál nian) tuir seksu, faixa etária, grupu vulnerável no munisípiu sira (Insidénsia kona-ba kiak);
- Proporsaun indivíduu sira ne'ebé legalmente iha kobertura husi programa protesaun sosiál, tuir seksu, faixa etária, grupu vulnerável no munisípiu sira (Kobertura legal);
- Proporsaun indivíduu ne'ebé iha duni kobertura husi programa protesaun sosiál, tuir seksu, faixa etária, grupu vulnerável no munisípiu sira (Kobertura efetiva);
- Proporsaun populasaun ho defisiénsia ne'ebé programa protesaun sosiál abranje tuir seksu, faixa etária no munisípiu (Kobertura efetiva);
- Proporsaun labarik sira ne'ebé simu Merenda Eskolar tuir seksu, faixa etária no munisípiu (Kobertura efetiva);
- Proporsaun agregadu familiar ho labarik ne'ebé simu programa Bolsa da Mãe tuir munisípiu (Kobertura efetiva);
- Valór médiu mensal ba prestasaun monetária naun kontributiva tuir proporsaun liña nasional kona-ba kiak nian (Adekausaun);
- Prestasaun monetária sira-nia frekuénsia no durasaun pagamentu.

Objetivu 2: Hadia no Habelar Seguransa Sosiál ba Trabalhador sira

Indikadór sira:

- Proporsaun traballador iha idade ativa no empregador sira iha setor formal ne'ebé rejistadu ona no ne'ebé kontribui ba seguransa sosiál, tuir idade, seksu, setor atividade no munisípiu;
- Proporsaun traballador iha idade ativa iha setor informal ne'ebé rejistadu ona no ne'ebé kontribui ba seguransa sosiál, tuir idade, seksu, setor atividade no munisípiu;

Objetivu 3: Dezenvolvimentu Institusionál

Indikadór sira:

- Númeru funsionáriu sira ne'ebé formadu/kapasitadu ona hodi hadia jestaun, implementasaun no monitorizasaun ba programa protesaun sosiál sira;
- Dezenvolvimentu no aprovasaun sistema estatística nian ida ba protesaun sosiál;
- Aprovasaun ba Lei Baze Protesaun Sosiál nian.

4.4. Mobilização de recursos e sustentabilidade financeira

Para alcançar os objetivos propostos na ENPS, são necessários recursos adequados para implementar as atividades prioritárias. A ENPS baseia-se principalmente no uso de recursos domésticos para financiar as suas atividades, mas incentiva a cooperação internacional a colaborar na implementação de atividades específicas e apoiar através de assistência técnica, financiada por fontes externas.

No sentido de avaliar os compromissos financeiros propostos pela ENPS foram produzidas estimativas de custos para algumas das reformas aqui propostas. Estas estimativas procuram refletir a extensão da cobertura de transferências sociais não-contributivas e/ou aumento no valor dos benefícios. Outros tipos de reformas, como as relacionadas com o regime contributivo de segurança social ou relacionadas com mudanças no funcionamento e coordenação de programas ou recomendações qualitativas, requerem estudos mais aprofundados e que fazem parte das atividades propostas nesta Estratégia.

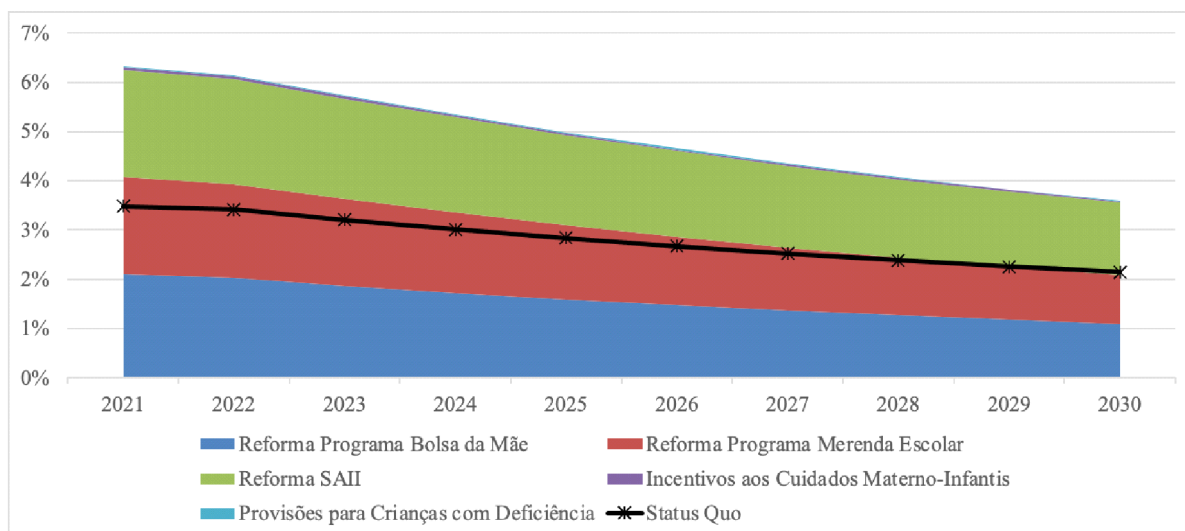
As reformas orçamentadas para o programa Bolsa da Mãe incluem: a introdução da elegibilidade universal para crianças menores de 5 anos, começando na gravidez; a introdução da elegibilidade universal para as crianças com deficiência com um aumento de benefício e; o ajuste do valor do benefício. A reforma do programa de Merenda Escolar implica a alocação total do orçamento projetado e o ajuste do valor do benefício para metade da linha de pobreza alimentar. Para os idosos, estimaram-se os custos da introdução de um mecanismo de indexação de benefícios ligado à inflação para o SAI e um teste de riqueza (excluindo os de maior rendimento). Por último, estimaram-se os custos da introdução de incentivos para as mães grávidas conseguirem efetuar os exames de saúde materno-infantil recomendados (4 antes do nascimento e 2 depois do nascimento).

Considerando a aprovação desta Estratégia em 2021 e a introdução de reformas em 2022 no que se refere à reforma do programa Bolsa da Mãe, do SAI e à introdução de provisões para crianças com deficiência e cuidados materno-infantis, estima-se um custo de 1,7% do PIB Não-Petrolífero naquele ano (e um aumento de 152 837 no número de beneficiários).

Isto acresceria aos 5,2% do PIB Não-Petrolífero que serão necessários para implementação dos programas nos seus parâmetros atuais (Figura 9), totalizando os custos da ENPS em 2022 em 6,9% do PIB Não-Petrolífero. No entanto, dadas as expectativas de crescimento para a população e para a economia nos próximos 10 anos, em 2026 os recursos necessários para financiar as mudanças preconizadas pela ENPS diminuiriam de 1,7% para 1,2%, acabando por representar apenas 0,9% do PIB Não-Petrolífero em 2030.

No total, os gastos com as versões reformuladas dos programas Bolsa da Mãe, Merenda Escolar, SAI e a introdução de provisões para crianças portadoras de deficiência e para cuidados materno-infantis representarão cerca de 3% do PIB Não-Petrolífero em 2030, ou o equivalente a 6,6% da despesa total do Estado. Este investimento permitiria um aumento no número de beneficiários em cerca de 22%, representando 828 071 beneficiários.

Figura 9: Custos Estimados das Reformas (por programa) e o *Status Quo* em % do PIB não petrolífero, 2021-2030



4.4. Mobilizasaun rekursus no sustentabilidade financeiru

Hodi alkansa objetivu sira ne'ebé propoin iha ENPS, presiza rekursu sira ne'ebé adekuaudu hodi implementa atividade prioritária sira. ENPS bazeia, liuliu, ba rekursu doméstiku sira-nia utilizausaun hodi finansia nia atividade, maibé insentiva koperasaun internasionál atu kolabora iha atividade espesífiku sira-nia implementasaun no atu fô apoiu liuhusi assisténsia téknika, ne'ebé hetan finansiamentu husi fonte esterna sira.

Atu avalia kompromisu financeiru ne'ebé propostu iha ENPS mak prodús ona estimativa kona-ba kustus ba reforma balun ne'ebé propoin iha ne'e. Estimativa hirak-ne'e buka refleto kobertura transferénsia sosiál naun-kontributivu nia estensaun no/ka aumentu ba benefisiu sira-nia valór. Tipu reforma sira seluk, hanesan sira ne'ebé relasiona ho rejime kontributivu seguransa sosiál nian, ka sira ne'ebé relasiona ho mundansa iha programa nia funksionamentu no kordenasaun, ka rekomendasaun kualitativu, reker estudu klean liu no ne'ebé hola parte iha atividade sira ne'ebé propoin iha Estratéjia ida ne'e.

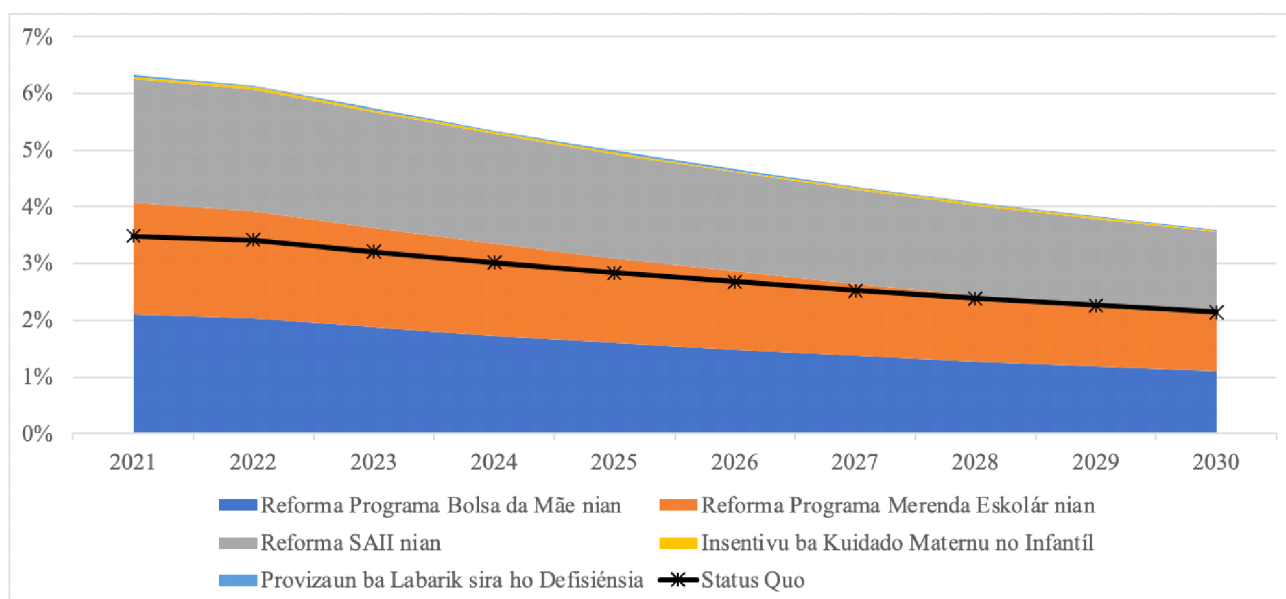
Reforma orsamentadu ba programa Bolsa da Mãe inklui: Introdús elejibilidade universal ba labarik sira kiik liu idade tinan 5, hahú bainhira inan isin-rua; introdús elejibilidade universal ba labarik sira ho defisiénsia liuhusi aumentu benefisiu ida-ne'e no; ajusta benefisiu nia valór. Reforma husi programa Merenda Eskolar implika alokasaun totál husi orsamentu projetadu no ajusta benefisiu nia valór ba metade husi liña kona-ba kiak alimentar nian. Ba ferik-katuas, ita estima kustus ba introdusaun husi mekanizmu indeksasaun ida ba benefisiu sira ne'ebé liga ho inflasaun ba SAII no teste rikeza nian ida (esklui sira-ne'ebé ho rendimentu boot liu). Ikus liu, ita estima kustu hodi introdús insentivu atu inan isin-rua sira konsege halo ezame saúde materno-infantil rekomendadu (4 molok bebé moris no 2 depoizde bebé moris).

Bainhira ita konsidera Estratéjia ida-ne'e nia aprovasaun iha tinan 2021 no introdusaun reforma sira iha tinan 2022 kona-ba reforma husi programa Bolsa da Mãe, SAII no introdusaun provizaun ba labarik sira ho defisiénsia no kuidaun materno-infantil, ita halo estimativa ba kustu 1.7% PIB Naun-Petrolíferu nian iha tinan ida-ne'ebá (no aumenta 152 837 ba número benefisiáriu sira).

Valór ne'e aumenta tan ba 5.2% PIB Naun-Petrolíferu ne'ebé presiza hodi implementa programa tuir sira-nia parámetru atuál (Imajen 9), ho totál kustus ENPS nian, iha tinan 2022, ho valór 6.9% PIB Naun-Petrolíferu nian. Maibé, tanba espetativa kreximentu ba populasaun no ba ekonomia iha tinan 10 tuirmai, iha tinan 2026 rekursu sira ne'ebé nesesáriu hodi finansia mudansa sira ne'ebé ENPS rekomenda tuun husi 1.7% ba 1.2%, no ikusmai representa de'it 0.9% PIB Naun-Petrolíferu, iha tinan 2030.

Totál ne'e, gastu sira husi versaun reformuladu programa Bolsa da Mãe, Merenda Eskolar, SAII nian no introdusaun husi provizaun ba labarik sira ho defisiénsia no ba kuidaun materno-infantil sei representa maizoumenus 3% PIB Naun-Petrolíferu iha em 2030, ka valór ekivalente ho 6.6% despeza totál Estadu nian. Investimentu ne'e bele permite aumentu ida husi número benefisiáriu sira maizoumenus 22%, ne'ebé representa benefisiáriu 828 071.

Imajen 9: Kustu Estimadu ba Reforma (tuir programa) no *Status Quo* ho % PIB naun petrolíferu, tinan 2021-2030



Estas estimativas devem ser interpretadas como indicativas, e representam os custos necessários para a realização total da visão preconizada pela ENPS desde o primeiro ano da sua implementação. Adicionalmente, as estimativas de custos concentraram-se nas versões mais ambiciosas das reformas propostas pela ENPS. Os planos de implementação de curto e médio prazo terão a responsabilidade de analisar o contexto económico e o espaço fiscal disponível a cada período e, nos casos em que o orçamento disponível não seja suficiente para a implementação total de determinadas medidas, devem ser propostas modalidades de implementação parcial com vista à realização gradual da Estratégia.

Capítulo 5: Impacto da Implementação da ENPS nos custos e no número de beneficiários

Este capítulo apresenta o impacto da implementação da ENPS nos custos de cada um dos programas (secções 5.1, 5.2 e 5.3) e no geral (secção 5.4), assim como a estimativa no número de beneficiários, assumindo vários cenários de reformas por comparação ao cenário atual (*Status Quo*).

5.1 Projeções Económicas

A Tabela seguinte apresenta as projeções para os principais indicadores económicos, as quais são usadas para calcular os custos de cada programa entre 2021 e 2030. As projeções apontam para uma contração do PIB até 2023, mas uma rápida recuperação a partir de 2024. A inflação é projetada para se manter estável a partir de 2023, enquanto a produtividade diminui no período considerado. Prevê-se uma melhoria das condições no mercado de trabalho, incluindo um aumento da participação na força de trabalho e uma diminuição da informalidade no mercado de trabalho.

Tabela 15: Projeções Económicas (2021-30)

| Indicadores | 2021 | 2022 | 2023 | 2024 | 2025 | 2026 | 2027 | 2028 | 2029 | 2030 |
|---|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| PIB real não petrolífero (Milhões USD) | 1522 | 1568 | 1521 | 1459 | 1386 | 1302 | 1209 | 1111 | 1010 | 907 |
| Crescimento real do PIB não petrolífero (%) | 3,5% | 3,1% | -3,0% | -4,0% | -5,1% | -6,1% | -7,1% | -8,1% | -9,1% | -10,1% |
| Taxa de Inflação (%) | 0,5% | 1,1% | 0,5% | 0,5% | 0,5% | 0,5% | 0,5% | 0,5% | 0,5% | 0,5% |
| Receitas Públicas (Milhões USD) | 1280,8 | 533,5 | 561,1 | 588,2 | 614,7 | 640,9 | 666,7 | 692,1 | 718,2 | 743,9 |
| Despesas Públicas (Milhões USD) | 1117,2 | 1180,1 | 1233,0 | 1294,3 | 1361,6 | 1434,2 | 1513,5 | 1597,3 | 1672,1 | 1750,1 |
| Taxa de Participação na Força de Trabalho (%) | 31,5% | 31,9% | 32,3% | 32,7% | 33,1% | 33,5% | 33,9% | 34,3% | 34,7% | 35,1% |
| Taxa de Informalidade do Emprego (%) | 68,5% | 68,1% | 67,7% | 67,3% | 66,9% | 66,5% | 66,1% | 65,7% | 65,3% | 64,9% |
| Produtividade do Trabalho (USD por trabalhador) | 2570 | 2560 | 2401 | 2229 | 2050 | 1862 | 1674 | 1488 | 1308 | 1137 |

5.2 Projeção dos custos e do número de beneficiários face a alterações nos programas existentes

Esta secção apresenta a variação nos custos e no número de beneficiários após a introdução das alterações de reforma nalguns programas existentes, propostas na ENPS para o período de 2021 a 2030. Cada Tabela apresenta, em primeiro lugar, a estimativa e projeção dos custos para cada programa caso estes não sejam alterados (*status quo*). Este cenário é calculado assumindo que o valor real dos benefícios se mantém constante durante o período, tendo em conta que em cada ano o valor nominal de cada benefício é ajustado na mesma proporção que a inflação. Em segundo lugar, a Tabela apresenta as estimativas e projeções de custos e número de beneficiários em resultado de alterações propostas pela ENPS a partir de 2021. Finalmente, a última parte de cada Tabela é dedicada à comparação entre os dois cenários e os seus respetivos resultados.

5.2.1 Programa Bolsa da Mãe

A reforma proposta para o programa Bolsa da Mãe apresentada na Tabela 16 seguinte representa o cenário mais ambicioso extraído da visão da ENPS. Esta reforma inclui a conversão do programa para um programa universal para as crianças até aos cinco anos de idade (mantendo o formato corrente para as crianças dos 6 aos 17 anos de idade), e um aumento do valor recebido por cada criança para o dobro (aumento de 5 USD para 10 USD). O objetivo de concentrar a análise no cenário mais ambicioso visa ilustrar o custo máximo das reformas propostas para o programa. Cenários intermédios devem ser desenvolvidos nos planos de implementação de curto e médio prazo caso a introdução gradual destas reformas avance tendo em atenção as limitações no espaço fiscal em cada ano. Isto pode incluir, por exemplo, a aplicação da universalidade a uma faixa etária mais reduzida (por exemplo apenas para os primeiros 1000 dias de idade) ou a aplicação posterior do aumento no valor dos benefícios mensais.

Estimativa hirak-ne'e tenke interpreta hanesan indikativu ida, no estimativa hirak-ne'e representa kustu nesesáriu hodi realiza totalmente vizaun ne'ebé ENPS sujere hahú kedas husi tinan dahuluk implementasaun nian. Nomós, estimativa kona-ba kustu sira konsentra tiha iha versaun ne'ebé ambisiozu liu husi reforma sira ne'ebé ENPS propoin. Planu implementasaun ba kurtu no médiu prazu sei iha responsabilidade hodi analiza kontestu ekonómiku no espasu fiskál disponivel iha período idaidak no, ba kazu sira ne'ebé orsamentu disponivel la suficiente ba medida balun sira-nia implementasaun totál, sei presisa halo proposta ba modalidade implementasaun parsial atu realiza Estratéjia ho maneira graduál.

Kapítulu 5: Impaktu husi Implementasaun ENPS nian ba kustu sira no ba número benefisiáriu

Kapítulu ida-ne'e apresenta impaktu implementasaun ENPS nian ba programa idaidak nia kustu sira (seksaun 5.1, 5.2 no 5.3) no enjerál (seksaun 5.4), nomós estimativa kona-ba número benefisiáriu, bainhira konsidera reforma sira-nia senáriu ioioin kompara ho senáriu atual (*Status Quo*).

5.1 Projesaun Ekonómika sira

Tabela tuirmai apresenta projesaun ba indikadór ekonómiku prinsipál, ne'ebé uza hodi kalkula programa idaidak nia kustu sira entre tinan 2021 no tinan 2030. Projesaun sira hatudu ba kontrasau PIB nian to'o iha tinan 2023, maibé rekuperasaun ida lais hahú husi tinan 2024. Ita projeta inflasaun atu nafatin estável hahú husi tinan 2023, enkuantu produtividade tuun iha período konsideradu. Ita prevee melloria ida ba kondisaun merkadu traballu nian, inklui aumentu partisipasaun forsa traballu no informalidade merkadu traballu nia diminuisaun.

Tabela 15: Projesaun Ekonómika (2021-30)

| Indikadór | 2021 | 2022 | 2023 | 2024 | 2025 | 2026 | 2027 | 2028 | 2029 | 2030 |
|--|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|
| PIB real naun petrolíferu (Millaun USD) | 1 522 | 1 568 | 1 521 | 1 459 | 1 386 | 1 302 | 1 209 | 1 111 | 1 010 | 907 |
| Kreximentu real PIB naun petrolíferu (%) | 3.5% | 3.1% | -3.0% | -4.0% | -5.1% | -6.1% | -7.1% | -8.1% | -9.1% | -10.1% |
| Taxa Inflasaun (%) | 0.5% | 1.1% | 0.5% | 0.5% | 0.5% | 0.5% | 0.5% | 0.5% | 0.5% | 0.5% |
| Reseita Pública (Millaun USD) | 1 280,8 | 533,5 | 561,1 | 588,2 | 614,7 | 640,9 | 666,7 | 692,1 | 718,2 | 743,9 |
| Despezas Pública (Millaun USD) | 1 117,2 | 1 180,1 | 1 233,0 | 1 294,3 | 1 361,6 | 1 434,2 | 1 513,5 | 1 597,3 | 1 672,1 | 1 750,1 |
| Taxa Partisipasaun iha Forsa Traballu (%) | 31.5% | 31.9% | 32.3% | 32.7% | 33.1% | 33.5% | 33.9% | 34.3% | 34.7% | 35.1% |
| Taxa Informalidade Empregu nian (%) | 68.5% | 68.1% | 67.7% | 67.3% | 66.9% | 66.5% | 66.1% | 65.7% | 65.3% | 64.9% |
| Produtividade Traballu nian (USD ba traballadór idaidak) | 2 570 | 2 560 | 2 401 | 2 229 | 2 050 | 1 862 | 1 674 | 1 488 | 1 308 | 1 137 |

5.2 Projesaun kona-ba kustusira no número benefisiáriu bainhira ita konsidera alterasaun ba programa sira ne'ebé eziste ona

Seksaun ida-ne'e apresenta variasaun kona-ba kustu sira no número benefisiáriu hafoin hatama alterasaun reforma nian, iha programa balun ne'ebé eziste ona, no ne'ebé ENPS propoin ba período husi tinan 2021 to'o iha tinan 2030. Tabela idaidak apresenta, dahuluk, estimativa no projesaun kona-ba kustu sira ba programa idaidak karik programa sira la iha alterasaun (*status quo*). Senáriu ida-ne'e kalkula bainhira valór real benefisiu sira-nia mantein nafatin konstante ba período ne'ebé refere, no ita konsidera katak valór nominal tinan idaidak nian ba benefisiu idaidak ajusta tuir proporsau ne'ebé hanesan ho inflasaun. Daruak, Tabela apresenta estimativa no projesaun kona-ba kustu sira no número benefisiáriu ne'ebé rezulta husi alterasaun ne'ebé ENPS propoin hahú husi tinan 2021. Ikusliu, parte ikus husi Tabela idaidak dedika ba komparasaun entre senáriu rua no sira-nia rezultadu rasik.

5.2.1 Programa Bolsa da Mãe

Reforma ne'ebé propoin ba programa Bolsa da Mãe, ne'ebé apresenta iha Tabela 16 tuirmai, representa senáriu ambisiosu liu ne'ebé hasai husi ENPS nia vizaun. Reforma inklui konverte programa ne'e ba programa universál ba labarik sira ho idade to'o tinan lima (no mantein formatu agora daudaun nian ba labarik sira ho idade husi tinan 6 to'o tinan 17), no aumenta valór ne'ebé labarik idaidak simu ba dobru (ne'e katak aumenta husi USD 5 ba USD 10). Ita nia objetivu, bainhira konsentra análise iha senáriu ida ne'ebé ambisiosu liu, hakarak hatudu kustu másimu husi reforma ne'ebé proposta ba programa. Ita presiza desenvolve senáriu intermédiu iha planu implementasaun sira ba kurtu no médiu prazu karik introdusaun gradual ba reforma hirak-ne'e avansa tuir limitasaun sira espasu fiskál tinan-tinan nian. Ne'e bele inklui, porezemplu, aplikasaun universalidade ba faixa etária ida kiik liu (porezemplu ba loron 1000 dahuluk nian deit) ka aplikasaun posteriór ba aumentu iha benefisiu mensal nia valór.

Tabela 16: Estimativas e projeções dos custos e do número de beneficiários decorrentes das reformas do programa Bolsa da Mãe (2021-30)

| Parâmetros | 2021 | 2022 | 2023 | 2024 | 2025 | 2026 | 2027 | 2028 | 2029 | 2030 |
|--|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| Status Quo: Manter taxas de inscrição e nível de benefício constante em termos reais. | | | | | | | | | | |
| Número de Beneficiários | 158 657 | 158 013 | 157 411 | 156 859 | 156 337 | 155 887 | 155 546 | 155 266 | 155 006 | 154 724 |
| Prestação por pessoa (USD) | 60 | 61 | 61 | 62 | 62 | 62 | 63 | 63 | 63 | 64 |
| Custo Projetado (Milhões USD) | 9,62 | 9,69 | 9,70 | 9,72 | 9,74 | 9,76 | 9,79 | 9,83 | 9,86 | 9,90 |
| como % do PIB não petrolífero | 0,50% | 0,48% | 0,44% | 0,41% | 0,38% | 0,35% | 0,32% | 0,30% | 0,28% | 0,26% |
| como % das Despesas Públicas | 0,86% | 0,82% | 0,79% | 0,75% | 0,72% | 0,68% | 0,65% | 0,62% | 0,59% | 0,57% |
| Reforma Proposta: Universal para crianças de 0 a 5 anos, teste de rendimentos para crianças dos 6 aos 17 anos de idade, aumenta o benefício para 10 USD por mês (valores de 2019) e é mantido constante em termos reais | | | | | | | | | | |
| Número de Beneficiários | 296 356 | 294 496 | 292 951 | 291 736 | 290 827 | 290 481 | 290 617 | 290 867 | 291 189 | 291 541 |
| Prestação por pessoa (USD) | 125 | 126 | 127 | 127 | 128 | 129 | 129 | 130 | 131 | 131 |
| Custo Projetado (Milhões USD) | 40,62 | 40,81 | 40,81 | 40,86 | 40,94 | 41,11 | 41,35 | 41,60 | 41,87 | 42,14 |
| como % do PIB não petrolífero | 2,11% | 2,03% | 1,87% | 1,73% | 1,59% | 1,47% | 1,37% | 1,27% | 1,18% | 1,10% |
| como % das Despesas Públicas | 3,50% | 3,33% | 3,19% | 3,04% | 2,90% | 2,76% | 2,63% | 2,51% | 2,41% | 2,32% |
| Diferenças estimadas entre o Status Quo e o programa após a reforma proposta | | | | | | | | | | |
| Número de Beneficiários | 137 699 | 136 483 | 135 540 | 134 877 | 134 490 | 134 594 | 135 071 | 135 601 | 136 183 | 136 816 |
| Custo Projetado (Milhões USD) | 29,49 | 29,61 | 29,60 | 29,62 | 29,69 | 29,83 | 30,02 | 30,23 | 30,45 | 30,68 |
| como % do PIB não petrolífero | 1,53% | 1,47% | 1,36% | 1,25% | 1,16% | 1,07% | 0,99% | 0,92% | 0,86% | 0,80% |
| como % das Despesas Públicas | 3,64% | 3,46% | 3,31% | 3,16% | 3,01% | 2,87% | 2,73% | 2,60% | 2,50% | 2,41% |

De acordo com as projeções relativas ao cenário de *Status Quo*, tanto o número de beneficiários como os custos do programa Bolsa da Mãe (como % do PIB não petrolífero), irão diminuir gradualmente entre 2021 e 2030. Neste cenário, o programa teria 154 724 beneficiários em 2030, e custaria cerca de 0,26% do PIB (comparado 0,50% em 2021). Importa ressaltar que este é o caso mesmo com um aumento anual do valor das prestações para compensar para a subida nos preços (i.e., inflação).

No que toca à reforma proposta, a primeira grande diferença que importa mencionar é o aumento significativo no número de beneficiários, que chegaria aos 291 541 em 2030, representando quase o dobro do número projetado no cenário anterior. Relativamente aos custos, o programa custaria, após a implementação total destas reformas, 1,10% do PIB não petrolífero ou 2,32% da despesa total do governo em 2030.

No curto prazo, a implementação total destas reformas representaria um aumento de cerca de 30 milhões USD por ano. Alternativamente, mantendo o programa sem alterações requererá um orçamento de 10 milhões USD em 2021, se as taxas de inscrição e o número de novos beneficiários anuais se mantiverem constantes.

5.2.2 Programa Merenda Escolar

A Tabela seguinte apresenta estimativas da variação nos custos e no número de beneficiários relativos à reforma proposta para o programa Merenda Escolar. Esta reforma inclui um aumento do valor disponível por criança e por refeição para 0,42 USD, o que representa metade da linha de pobreza alimentar.

Tabela 17: Estimativas e projeções dos custos e do número de beneficiários decorrentes das reformas do programa Merenda Escolar (2021-30)

| Parâmetros | 2021 | 2022 | 2023 | 2024 | 2025 | 2026 | 2027 | 2028 | 2029 | 2030 |
|---|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| Status Quo: Manter níveis de cobertura e benefício constantes em termos reais. | | | | | | | | | | |
| Número de Beneficiários | 405 535 | 404 889 | 404 010 | 402 755 | 400 951 | 398 355 | 395 296 | 392 237 | 389 297 | 386 878 |
| Prestação por pessoa (USD) | 52 | 53 | 53 | 53 | 54 | 54 | 54 | 55 | 55 | 55 |
| Custo Projetado (Milhões USD) | 13,72 | 13,85 | 13,89 | 13,92 | 13,93 | 13,91 | 13,88 | 13,84 | 13,81 | 13,80 |
| como % do PIB não petrolífero | 0,71% | 0,69% | 0,64% | 0,59% | 0,54% | 0,50% | 0,46% | 0,42% | 0,39% | 0,36% |
| como % das Despesas Públicas | 1,23% | 1,17% | 1,13% | 1,08% | 1,02% | 0,97% | 0,92% | 0,87% | 0,83% | 0,79% |
| Reforma proposta: Fornecer metade da Linha da Pobreza Alimentar (0,42 USD para cada dia de escola por 200 dias por ano), mantida constante em termos reais | | | | | | | | | | |
| Número de Beneficiários | 405 535 | 404 889 | 404 010 | 402 755 | 400 951 | 398 355 | 395 296 | 392 237 | 389 297 | 386 878 |
| Prestação por pessoa (USD) | 85 | 86 | 86 | 87 | 87 | 88 | 88 | 89 | 89 | 90 |
| Custo Projetado (Milhões USD) | 37,96 | 38,08 | 38,42 | 38,50 | 38,53 | 38,48 | 38,39 | 38,29 | 38,21 | 38,17 |
| como % do PIB não petrolífero | 1,97% | 1,89% | 1,76% | 1,63% | 1,50% | 1,38% | 1,27% | 1,17% | 1,08% | 0,99% |
| como % das Despesas Públicas | 3,40% | 3,23% | 3,12% | 2,97% | 2,83% | 2,68% | 2,54% | 2,40% | 2,29% | 2,18% |
| Diferenças estimadas do Status Quo para a Política Reformada | | | | | | | | | | |
| Número de Beneficiários | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Custo Projetado (Milhões USD) | 24,24 | 24,24 | 24,53 | 24,58 | 24,60 | 24,57 | 24,51 | 24,45 | 24,39 | 24,37 |
| como % do PIB não petrolífero | 1,26% | 1,20% | 1,12% | 1,04% | 0,96% | 0,88% | 0,81% | 0,75% | 0,69% | 0,64% |
| como % das Despesas Públicas | 2,17% | 2,05% | 1,99% | 1,90% | 1,81% | 1,71% | 1,62% | 1,53% | 1,46% | 1,39% |

Tabela 16: Estimativa no projesaun kona-ba kustu no número benefisiáriu sira husi reforma ba programa Bolsa da Mãe (2021-30)

| Parámetru sira | 2021 | 2022 | 2023 | 2024 | 2025 | 2026 | 2027 | 2028 | 2029 | 2030 |
|---|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|
| Status Quo: Mantein taxa inskrisaun no nível benefisiu konstante iha termos real. | | | | | | | | | | |
| Númeru Benefisiáriu sira | 158 657 | 158 013 | 157 411 | 156 859 | 156 337 | 155 887 | 155 546 | 155 266 | 155 006 | 154 724 |
| Prestasaun ba ema ida-idak (USD) | 60 | 61 | 61 | 62 | 62 | 62 | 63 | 63 | 63 | 64 |
| Kustu Projetadu (USD Millaun) | 9,62 | 9,69 | 9,70 | 9,72 | 9,74 | 9,76 | 9,79 | 9,83 | 9,86 | 9,90 |
| hanesan % PIB naun petrolíferu | 0.50% | 0.48% | 0.44% | 0.41% | 0.38% | 0.35% | 0.32% | 0.30% | 0.28% | 0.26% |
| hanesan % Despeza Públika | 0.86% | 0.82% | 0.79% | 0.75% | 0.72% | 0.68% | 0.65% | 0.62% | 0.59% | 0.57% |
| Reforma Propostu: Universál ba labarik sira ho idade husi tinan 0 to'o tinan 5, teste rendimentu sira ba labarik ho idade husi tinan 6 to'o tinan 17, aumenta benefisiu ba US \$ 10 fulan-fulan (valór sira husi 2019) no mantein konstante tuir termos real | | | | | | | | | | |
| Númeru Benefisiáriu sira | 296 356 | 294 496 | 292 951 | 291 736 | 290 827 | 290 481 | 290 617 | 290 867 | 291 189 | 291 541 |
| Prestasaun ba ema idaidak (USD) | 125 | 126 | 127 | 127 | 128 | 129 | 129 | 130 | 131 | 131 |
| Kustu Projetadu (USD Millaun) | 40,62 | 40,81 | 40,81 | 40,86 | 40,94 | 41,11 | 41,35 | 41,60 | 41,87 | 42,14 |
| hanesan % PIB naun petrolíferu | 2.11% | 2.03% | 1.87% | 1.73% | 1.59% | 1.47% | 1.37% | 1.27% | 1.18% | 1.10% |
| hanesan % Despeza Públika | 3.50% | 3.33% | 3.19% | 3.04% | 2.90% | 2.76% | 2.63% | 2.51% | 2.41% | 2.32% |
| Diferensa estimada entre Status Quo no programa hafoin halo reforma proposta | | | | | | | | | | |
| Númeru Benefisiáriu sira | 137 699 | 136 483 | 135 540 | 134 877 | 134 490 | 134 594 | 135 071 | 135 601 | 136 183 | 136 816 |
| Kustu Projetadu (USD Millaun) | 29,49 | 29,61 | 29,60 | 29,62 | 29,69 | 29,83 | 30,02 | 30,23 | 30,45 | 30,68 |
| hanesan % PIB naun petrolíferu | 1.53% | 1.47% | 1.36% | 1.25% | 1.16% | 1.07% | 0.99% | 0.92% | 0.86% | 0.80% |
| hanesan % Despeza Públika | 3.64% | 3.46% | 3.31% | 3.16% | 3.01% | 2.87% | 2.73% | 2.60% | 2.50% | 2.41% |

Tuir projesaun kona-ba senáriu *Status Quo*, número benefisiáriu nomós kustu sira ba programa Bolsa da Mãe (hanesan % PIB naun petrolíferu), sei tuun neneik-neneik husi tinan 2021 to'o tinan 2030. Iha senáriu ida ne'e, programa sei iha benefisiáriu 154 724 iha tinan 2030, no nia kustu mak maizoumenus 0.26% PIB nian (kompara ho 0.50% iha tinan 2021). Importante hateten katak ida ne'e mak akontese duni maski iha aumentu anual ba prestasaun sira-nia valór atu kompensa folin ne'ebé sae (ne'e katak, inflasaun).

Kona-ba buat ne'ebé refere ba reforma ne'ebé proposta, diferença boot dahuluk ne'ebé importante atu hatudu mak aumentu boot husi número benefisiáriu sira, ne'ebé bele to'o 291 541 iha tinan 2030, no ne'ebé representa kuaze dobru husi número projetadu iha senáriu molok ida-ne'e. Kona-ba kustu sira, programa bele kusta, hafoin implementasaun total husi reforma hirak-ne'e, 1.10% PIB naun petrolíferu ka 2.32% husi despeza total governu nian, iha tinan 2030.

Iha kurtu prazu, implementasaun total husi reforma hirak-ne'e sei representa aumentu ida ho valór maizoumenus millaun 30 USD, tinan-tinan. Alternativa seluk, atu mantein programa laho alterasaun sei presiza orsamentu ida millaun 10 USD, iha tinan 2021, karik taxa inskrisaun no número benefisiáriu anual foun nafatin konstante.

5.2.2 Programa Merenda Eskolár

Tabela tuirmai apresenta estimativa kona-ba variaun kustu no número benefisiáriu sira kona-ba reforma proposta ba programa Merenda Eskolár. Reforma ida-ne'e inklui aumentu husi valór disponível ba labarik idaidak no ba refeisaun idaidak ba USD 0,42, ne'ebé representa metade husi liña kona-ba kiak alimentár nian.

Tabela 17: Estimativa no projesaun kona-ba kustu no número benefisiáriu sira ba reforma programa Merenda Eskolar nian (2021-30)

| Parámetru sira | 2021 | 2022 | 2023 | 2024 | 2025 | 2026 | 2027 | 2028 | 2029 | 2030 |
|---|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|
| Status Quo: Mantein nível kobertura no benefisiu konstante tuir termos real. | | | | | | | | | | |
| Númeru Benefisiáriu sira | 405 535 | 404 889 | 404 010 | 402 755 | 400 951 | 398 355 | 395 296 | 392 237 | 389 297 | 386 878 |
| Prestasaun ba ema idaidak (USD) | 52 | 53 | 53 | 53 | 54 | 54 | 54 | 55 | 55 | 55 |
| Kustu Projetadu (Millaun USD) | 13,72 | 13,85 | 13,89 | 13,92 | 13,93 | 13,91 | 13,88 | 13,84 | 13,81 | 13,80 |
| hanesan % PIB naun petrolíferu | 0.71% | 0.69% | 0.64% | 0.59% | 0.54% | 0.50% | 0.46% | 0.42% | 0.39% | 0.36% |
| hanesan % Despeza Públika | 1.23% | 1.17% | 1.13% | 1.08% | 1.02% | 0.97% | 0.92% | 0.87% | 0.83% | 0.79% |
| Reforma propostu: Fornese metade Liña kona-ba Kiak Alimentar nian (US \$ 0,42 ba loran ida-idak eskola nian no ba loran 200 tinan-tinan), no mantein konstante iha termos real | | | | | | | | | | |
| Númeru Benefisiáriu sira | 405 535 | 404 889 | 404 010 | 402 755 | 400 951 | 398 355 | 395 296 | 392 237 | 389 297 | 386 878 |
| Prestasaun ba ema idaidak (USD) | 85 | 86 | 86 | 87 | 87 | 88 | 88 | 89 | 89 | 90 |
| Kustu Projetadu (USD Millaun) | 37,96 | 38,08 | 38,42 | 38,50 | 38,53 | 38,48 | 38,39 | 38,29 | 38,21 | 38,17 |
| hanesan % PIB naun petrolíferu | 1.97% | 1.89% | 1.76% | 1.63% | 1.50% | 1.38% | 1.27% | 1.17% | 1.08% | 0.99% |
| hanesan % Despeza Públika | 3.40% | 3.23% | 3.12% | 2.97% | 2.83% | 2.68% | 2.54% | 2.40% | 2.29% | 2.18% |
| Diferensa estimada Status Quo nian ba Política Reformada | | | | | | | | | | |
| Númeru Benefisiáriu sira | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Kustu Projetadu (USD Millaun) | 24,24 | 24,24 | 24,53 | 24,58 | 24,60 | 24,57 | 24,51 | 24,45 | 24,39 | 24,37 |
| hanesan % PIB naun petrolíferu | 1.26% | 1.20% | 1.12% | 1.04% | 0.96% | 0.88% | 0.81% | 0.75% | 0.69% | 0.64% |
| hanesan % Despeza Públika | 2.17% | 2.05% | 1.99% | 1.90% | 1.81% | 1.71% | 1.62% | 1.53% | 1.46% | 1.39% |

Dada a natureza da reforma proposta, não existe qualquer variação no número de beneficiários do programa. Os custos associados com a reforma representariam o aumento de 24 milhões USD no orçamento do programa para 2021. Deste modo, a nova versão do programa Merenda Escolar teria um custo de 1,97% do PIB não petrolífero em 2021, que seria reduzido para 0,99% em 2030, dado o crescimento económico projetado até 2030.

5.2.3 SAI

As alterações propostas para o programa SAI teriam como consequência uma redução tanto dos custos como do número de beneficiários do programa. A estimativa para ambos é apresentada na Tabela seguinte.

Tabela 18: Estimativas e projecções dos custos e do número de beneficiários decorrentes das reformas do programa SAI (2021-30)

| Parâmetros | 2021 | 2022 | 2023 | 2024 | 2025 | 2026 | 2027 | 2028 | 2029 | 2030 |
|--|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|
| Status Quo: Manter taxas de ocupação e nível de benefício constante em termos reais. | | | | | | | | | | |
| Número de Beneficiários | 106 322 | 108 675 | 111 064 | 113 653 | 116 548 | 119 752 | 123 232 | 126 977 | 130 956 | 135 138 |
| Prestação por pessoa (USD) | 374 | 378 | 380 | 382 | 384 | 386 | 388 | 390 | 392 | 394 |
| Custo Projetado (USD milhão) | 43,72 | 45,18 | 46,42 | 47,75 | 49,22 | 50,84 | 52,60 | 54,48 | 56,48 | 58,59 |
| como % do PIB não petrolífero | 2,27% | 2,25% | 2,13% | 2,02% | 1,92% | 1,82% | 1,74% | 1,66% | 1,59% | 1,53% |
| como % das Despesas Públicas | 3,91% | 3,83% | 3,76% | 3,69% | 3,62% | 3,55% | 3,48% | 3,41% | 3,38% | 3,35% |
| Reforma Proposta: Programa sujeito à condição de recursos e com nível de benefício constante em termos reais. | | | | | | | | | | |
| Número de Beneficiários | 101 994 | 104 250 | 106 542 | 109 026 | 111 803 | 114 876 | 118 215 | 121 808 | 125 627 | 129 639 |
| Prestação por pessoa (USD) | 374 | 378 | 380 | 382 | 384 | 386 | 388 | 390 | 392 | 394 |
| Custo Projetado (Milhões USD) | 41,94 | 43,34 | 44,53 | 45,80 | 47,22 | 48,77 | 50,46 | 52,26 | 54,19 | 56,21 |
| como % do PIB não petrolífero | 2,18% | 2,15% | 2,04% | 1,93% | 1,84% | 1,75% | 1,67% | 1,59% | 1,53% | 1,46% |
| como % das Despesas Públicas | 3,75% | 3,67% | 3,61% | 3,54% | 3,47% | 3,40% | 3,33% | 3,27% | 3,24% | 3,21% |
| Diferenças estimadas entre Status Quo e o programas após a reforma proposta | | | | | | | | | | |
| Número de Beneficiários | -4328 | -4424 | -4522 | -4628 | -4745 | -4876 | -5017 | -5169 | -5330 | -5499 |
| Custo Projetado (Milhões USD) | 1,78 | 1,84 | 1,89 | 1,94 | 2,00 | 2,07 | 2,14 | 2,22 | 2,30 | 2,38 |
| como % do PIB não petrolífero | -0,09% | -0,09% | -0,09% | -0,08% | -0,08% | -0,07% | -0,07% | -0,07% | -0,06% | -0,06% |
| como % das Despesas Públicas | -0,16% | -0,16% | -0,15% | -0,15% | -0,15% | -0,14% | -0,14% | -0,14% | -0,14% | -0,14% |

A introdução de um teste de riqueza para os beneficiários do SAI levaria a uma poupança de 1,78 milhões de USD em 2021, e de 2,38 milhões de USD, dada a redução no número de beneficiários decorrentes das alterações ao programa. Esta redução levaria a menos 5499 beneficiários em 2030. Isto sugere que apenas uma pequena fração dos beneficiários atuais seriam retirados do programa (cerca de 4%), enquanto as alterações representariam uma poupança significativa que poderia ser redirecionada para outros programas.

5.3 Projecção dos custos e do número de beneficiários face à introdução de novas provisões

Esta secção apresenta as estimativa e projecções dos custos e do número de beneficiários em resultado da introdução de algumas das provisões previstas na ENPS. Tal como nas secções anteriores, as estimativas e projecções são apresentadas para o período de 2021 a 2030.

5.3.1 Provisões para crianças portadoras de deficiência

A Tabela 19 apresenta os custos e o número de beneficiários em resultado do aumento do valor das prestações do programa Bolsa da Mãe para as crianças portadoras de deficiência para os mesmos valores que o SAI, isto é, de 5 USD/mês para 30 USD/mês. Tal como nas outras áreas deste capítulo, os valores das prestações são ajustados todos os anos para assegurar que os valores reais das prestações se mantêm constantes durante o período considerado.

Tabela 19: Estimativas e projecções dos custos e do número de beneficiários decorrentes do aumento da prestação do programa Bolsa da Mãe para crianças portadoras de deficiência (2021-30)

| Parâmetros | 2021 | 2022 | 2023 | 2024 | 2025 | 2026 | 2027 | 2028 | 2029 | 2030 |
|---|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| Reforma Proposta: Aumento da provisão do programa Bolsa da Mãe para crianças portadoras de deficiência, para valores iguais aos das prestações do programa SAI, mantidos constantes em termos reais. | | | | | | | | | | |
| Número de Beneficiários | 1441 | 1435 | 1430 | 1425 | 1420 | 1416 | 1413 | 1410 | 1408 | 1405 |
| Prestação por pessoa (USD) | 372 | 374 | 378 | 380 | 382 | 384 | 386 | 388 | 390 | 392 |
| Custo Projetado (Milhões USD) | 0,59 | 0,60 | 0,60 | 0,60 | 0,60 | 0,60 | 0,60 | 0,60 | 0,61 | 0,61 |
| como % do PIB não petrolífero | 0,03% | 0,03% | 0,03% | 0,03% | 0,02% | 0,02% | 0,02% | 0,02% | 0,02% | 0,02% |
| como % das Despesas Públicas | 0,05% | 0,05% | 0,05% | 0,05% | 0,04% | 0,04% | 0,04% | 0,04% | 0,04% | 0,03% |

Tuir reforma proposta nia natureza, laiha variasaun ba númeru benefisiáriu programa nian. Kustu sira ne'ebé asosia ho reforma ne'e representa aumentu ida ho valór USD millaun 24 iha programa nia orsamentu ba tinan 2021. Hanesan ne'e, programa Merenda Eskolar nia versaun foun sei iha kustu 1.97% PIB naun petrolíferu, iha tinan 2021, ne'ebé sei hatuun ba 0.99% iha tinan 2030, bainhira ita konsidera kreximentu ekonómiku projetadu to'o iha tinan 2030.

5.2.3 SAI

Alterasaun sira ne'ebé propostu ba programa SAI ninia konsekuensi mak hamenus programa nia kustu no númeru benefisiáriu sira. Estimativa mak ita apreza nia iha Tabela tuirmai.

Tabela 18: Estimativa no projesaun kona-ba kustu no númeru benefisiáriu sira husi programa SAI nia reforma (2021-30)

| Parámetru sira | 2021 | 2022 | 2023 | 2024 | 2025 | 2026 | 2027 | 2028 | 2029 | 2030 |
|---|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|
| Status Quo: Mantein taxa okupasaun no nível benefisiu konstante tuir termus real. | | | | | | | | | | |
| Númeru Benefisiáriu sira | 106 322 | 108 675 | 111 064 | 113 653 | 116 548 | 119 752 | 123 232 | 126 977 | 130 956 | 135 138 |
| Prestasaun ba ema idaidak (USD) | 374 | 378 | 380 | 382 | 384 | 386 | 388 | 390 | 392 | 394 |
| Kustu Projetadu (Millaun USD) | 43,72 | 45,18 | 46,42 | 47,75 | 49,22 | 50,84 | 52,60 | 54,48 | 56,48 | 58,59 |
| hanesan % PIB naun petrolíferu | 2.27% | 2.25% | 2.13% | 2.02% | 1.92% | 1.82% | 1.74% | 1.66% | 1.59% | 1.53% |
| hanesan % Despeza Pública | 3.91% | 3.83% | 3.76% | 3.69% | 3.62% | 3.55% | 3.48% | 3.41% | 3.38% | 3.35% |
| Reforma Propostu: Programa sujeitu ba kondisaun rekursu sira no ho nível benefisiu konstante tuir termus real. | | | | | | | | | | |
| Númeru de Benefisiáriu | 101 994 | 104 250 | 106 542 | 109 026 | 111 803 | 114 876 | 118 215 | 121 808 | 125 627 | 129 639 |
| Prestasaun ba ema idaidak (USD) | 374 | 378 | 380 | 382 | 384 | 386 | 388 | 390 | 392 | 394 |
| Kusto Projetadu (Millaun USD) | 41,94 | 43,34 | 44,53 | 45,80 | 47,22 | 48,77 | 50,46 | 52,26 | 54,19 | 56,21 |
| hanesan % PIB naun petrolíferu | 2.18% | 2.15% | 2.04% | 1.93% | 1.84% | 1.75% | 1.67% | 1.59% | 1.53% | 1.46% |
| hanesan % Despeza Pública | 3.75% | 3.67% | 3.61% | 3.54% | 3.47% | 3.40% | 3.33% | 3.27% | 3.24% | 3.21% |
| Diferensa estimadu entre Status Quo no programa hafoin reforma proposta | | | | | | | | | | |
| Númeru Benefisiáriu sira | -4 328 | -4 424 | -4 522 | -4 628 | -4 745 | -4 876 | -5 017 | -5 169 | -5 330 | -5 499 |
| Kustu Projetadu (Millaun USD milhão) | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| hanesan % PIB naun petrolíferu | -0.09% | -0.09% | -0.09% | -0.08% | -0.08% | -0.07% | -0.07% | -0.07% | -0.06% | -0.06% |
| hanesan % Despeza Pública | -0.16% | -0.16% | -0.15% | -0.15% | -0.15% | -0.14% | -0.14% | -0.14% | -0.14% | -0.14% |

Introdusaun husi teste rikeza ida ba benefisiáriu sira SAI nian bele poupa dólar amerikanu millaun 1,78 iha tinan 2021, no dólar amerikanu millaun 2,38, tanba númeru benefisiáriu sira tuun husi programa nia alterasaun sira. Redusaun ne'e bele hamenus benefisiáriu 5499 iha 2030. Ne'e sujere katak frasaun kiik ida husi benefisiáriu atual mak sai husi programa ne'e (maizoumenus 4%), enkuantuké alterasaun sira bele representa poupanza signifikativu ne'ebé bele diresona ba programa sira seluk.

5.3 Projesaun kona-ba kustu no númeru benefisiáriu sira haree ba introdusaun husi provizaun foun

Seksaun ida-ne'e apreza estimativa sira no projesaun kona-ba kustu no númeru benefisiáriu sira hanesan rezultadu husi introdusaun provizaun balun ne'ebé prevee iha ENPS. Hanesan iha seksaun molok ida-ne'e, estimativa no projesaun apreza nia ba periodu tinan 2021 to'o tinan 2030.

5.3.1 Provizaun ba labarik sira ho defisiénsia

Tabela 19 apreza nia kustu no númeru benefisiáriu sira hanesan rezultadu husi aumentu valór prestasaun programa Bolsa da Mãe ba labarik ho defisiénsia ba valór hanesan SAI sira-nian, ne'e katak husi USD 5/fulan ba USD 30/fulan. Hanesan iha área seluk kapitulu ida-ne'e nian, prestasaun nia valór ajusta tinan-tinan hodi aseguara prestasaun nia valór real mantein nafatin konstante ba periodu konsideradu.

Tabela 19: Estimativa no projesaun kona-ba kustu no númeru benefisiáriu husi aumentu prestasaun programa Bolsa da Mãe ba labarik sira ho defisiénsia (2021-30)

| Parámetru sira | 2021 | 2022 | 2023 | 2024 | 2025 | 2026 | 2027 | 2028 | 2029 | 2030 |
|---|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| Reforma Proposta: Aumenta provizaun ba programa Bolsa da Mãe ba labarik sira ho defisiénsia, ba valór ne'ebé hanesan ho prestasaun programa SAI nian, nafatin konstante iha termus real. | | | | | | | | | | |
| Númeru Benefisiáriu sira | 1 441 | 1 435 | 1 430 | 1 425 | 1 420 | 1 416 | 1 413 | 1 410 | 1 408 | 1 405 |
| Prestasaun ba ema idaidak (USD) | 372 | 374 | 378 | 380 | 382 | 384 | 386 | 388 | 390 | 392 |
| Kustu Projetadu (USD Millaun) | 0,59 | 0,60 | 0,60 | 0,60 | 0,60 | 0,60 | 0,60 | 0,60 | 0,61 | 0,61 |
| hanesan % PIB naun petrolíferu | 0.03% | 0.03% | 0.03% | 0.03% | 0.02% | 0.02% | 0.02% | 0.02% | 0.02% | 0.02% |
| hanesan % Despeza Pública | 0.05% | 0.05% | 0.05% | 0.05% | 0.04% | 0.04% | 0.04% | 0.04% | 0.04% | 0.03% |

As alterações propostas pela introdução desta provisão beneficiarão mais de 1400 crianças por ano, custando cerca de USD 590 000 em 2021, e crescendo até USD 610 000 em 2030 (o que representaria, no entanto, uma menor fração tanto do PIB não petrolífero como da Despesa Pública).

5.3.2 Prestações para cuidados materno-infantis

Esta secção analisa os custos necessários para financiar incentivos direcionados às mães para se deslocarem a consultas pré-natais e consultas pós-parto. Os incentivos seriam de 5 USD por consulta até um máximo de quatro consultas pré-natais e 10 USD por consulta para um máximo de duas consultas pós-parto. No total, cada mãe receberia um máximo de 40 USD caso beneficie do total de seis consultas durante o período.

Tabela 20: Estimativas e projeções dos custos e do número de beneficiários decorrentes da introdução de incentivos para cuidados materno-infantis (2021-30)

| Parâmetros | 2021 | 2022 | 2023 | 2024 | 2025 | 2026 | 2027 | 2028 | 2029 | 2030 |
|---|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| Reforma proposta: Benefício de 5 USD para cada uma das quatro consultas pré-natais e 10 USD para cada um dos dois exames pós-parto, mantidos constantes em termos reais. | | | | | | | | | | |
| Número de Beneficiários | 18 025 | 18 112 | 18 157 | 18 158 | 18 107 | 18 168 | 18 342 | 18 473 | 18 562 | 18 608 |
| Prestação por pessoa (USD) | 42 | 42 | 42 | 42 | 43 | 43 | 43 | 43 | 44 | 44 |
| Custo Projetado (Milhões USD) | 0,82 | 0,84 | 0,84 | 0,85 | 0,85 | 0,86 | 0,87 | 0,88 | 0,89 | 0,90 |
| como % do PIB | 0,04% | 0,04% | 0,04% | 0,04% | 0,03% | 0,03% | 0,03% | 0,03% | 0,03% | 0,02% |
| como % das Despesas Públicas | 0,07% | 0,07% | 0,07% | 0,07% | 0,06% | 0,06% | 0,06% | 0,06% | 0,05% | 0,05% |

5.4 Projeção dos custos e do número de beneficiários face à implementação total da ENPS

Na secção final deste capítulo, apresenta-se uma comparação entre a variação total no número de beneficiários e nos custos que decorrem da realização total da visão da ENPS para a proteção social em Timor-Leste até 2030.

No que toca ao cenário de *Status Quo*, as únicas alterações aos programas referem-se ao ajustamento das diferentes prestações para que os seus valores reais se mantenham constantes.

Importa sublinhar que as reformas propostas e analisadas neste capítulo representam o cenário mais ambicioso da ENPS assumindo a implementação da ENPS na sua totalidade até 2030. Os planos de implementação de curto e médio prazo deverão aprofundar a análise dos custos relacionados com a execução da ENPS de modo a identificar as alterações propostas possíveis de implementar em cada ano até alcançar a realização total da ENPS até 2030.

Tabela 21: Estimativas e projeções dos custos e do número de beneficiários decorrentes da implementação total da ENPS (2021-30)

| Parâmetros | 2021 | 2022 | 2023 | 2024 | 2025 | 2026 | 2027 | 2028 | 2029 | 2030 |
|-------------------------------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|
| Status Quo | | | | | | | | | | |
| Número de Beneficiários | 670 514 | 671 577 | 672 485 | 673 268 | 673 837 | 673 994 | 674 075 | 674 480 | 675 260 | 676 740 |
| Custo Projetado (Milhões USD) | 67,1 | 68,7 | 70,0 | 71,4 | 72,9 | 74,5 | 76,3 | 78,2 | 80,2 | 82,3 |
| como % do PIB não petrolífero | 3,5% | 3,4% | 3,2% | 3,0% | 2,8% | 2,7% | 2,5% | 2,4% | 2,3% | 2,1% |
| como % das Despesas Públicas | 6,0% | 5,8% | 5,7% | 5,5% | 5,4% | 5,2% | 5,0% | 4,9% | 4,8% | 4,7% |
| Reformas Propostas | | | | | | | | | | |
| Número de Beneficiários | 823 351 | 823 183 | 823 090 | 823 100 | 823 108 | 823 295 | 823 883 | 824 795 | 826 083 | 828 071 |
| Custo Projetado (Milhões USD) | 121,9 | 123,7 | 125,2 | 126,6 | 128,1 | 129,8 | 131,7 | 133,6 | 135,8 | 138,0 |
| como % do PIB não petrolífero | 5,2% | 5,0% | 4,7% | 4,4% | 4,1% | 3,9% | 3,6% | 3,4% | 3,2% | 3,0% |
| como % das Despesas Públicas | 8,9% | 8,6% | 8,3% | 8,0% | 7,8% | 7,5% | 7,2% | 7,0% | 6,8% | 6,6% |
| Diferença Total | | | | | | | | | | |
| Número de Beneficiários | 152 837 | 151 606 | 150 605 | 149 832 | 149 271 | 149 301 | 149 808 | 150 315 | 150 823 | 151 330 |
| Custo Projetado (Milhões USD) | 54,9 | 55,0 | 55,2 | 55,2 | 55,2 | 55,3 | 55,4 | 55,5 | 55,6 | 55,7 |
| como % do PIB não petrolífero | 1,7% | 1,6% | 1,5% | 1,4% | 1,3% | 1,2% | 1,1% | 1,0% | 0,9% | 0,9% |
| como % das Despesas Públicas | 2,9% | 2,8% | 2,6% | 2,5% | 2,4% | 2,3% | 2,2% | 2,1% | 2,0% | 1,9% |

A introdução de todas as alterações propostas pela ENPS desde o seu primeiro ano de implementação representariam um aumento no número de beneficiários superior a 22%. Isto implicaria que, cada ano, mais 150 000 pessoas poderiam beneficiar de diferentes programas de proteção social. Em 2030, isto implicaria quase 830 000 beneficiários, um aumento significativo comparando com os 676 740 beneficiários caso nenhuma das reformas propostas seja implementada!

No que toca aos custos, as alterações propostas pela ENPS no primeiro ano de implementação representaria um custo adicional

Alterasaun ne'ebé propostu liuhusi provizaun ida-ne'e nia introdusaun sei benefisia labarik liu 1 400 tinan-tinan, ho kustu maizoumentos USD 590 000 iha tinan 2021, no ho kustu ne'ebé aumenta ba USD 610 000 iha tinan 2030 (maski sei reprezenta frasaun PIB naun petrolíferu nomós Despeza Públika nian kiik liu).

5.3.2 Prestasaun ba kuidadu materno-infantil

Seksaun ida-ne'e analiza kustu ne'ebé nesesáriu hodi finansia insentivu ne'ebé dirije ba inan atu sira bele desloka aan ba konsulta pré-natal no konsulta pós partu. Insentivu sira mak USD 5 ba konsulta ida to'o iha montante másimu konsulta haat pré-natal nian no USD 10 ba másimu konsulta rua pós partu. Totál, inan idaidak simu valór másimu USD 40 karik benefisia husi totál konsulta neen durante período ida-ne'e.

Tabela 20: Estimativa no projesaun kona-ba kustu no número benefisiáriu sira husi introdusaun insentivu ba kuidadu materno-infantil (2021-30)

| Parámetru sira | 2021 | 2022 | 2023 | 2024 | 2025 | 2026 | 2027 | 2028 | 2029 | 2030 |
|---|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| Reforma proposta: Benefisiu USD 5 ba konsulta pré-natal nian-ida husi haat no USD 10 ba ezame pós-partu nian-ida husi rua, nafatin konstante tuir termus real. | | | | | | | | | | |
| Número Benefisiáriu sira | 18 025 | 18 112 | 18 157 | 18 158 | 18 107 | 18 168 | 18 342 | 18 473 | 18 562 | 18 608 |
| Prestasaun ba ema idaidak (USD) | 42 | 42 | 42 | 42 | 43 | 43 | 43 | 43 | 44 | 44 |
| Kustu Projetadu (USD Millaun) | 0,82 | 0,84 | 0,84 | 0,85 | 0,85 | 0,86 | 0,87 | 0,88 | 0,89 | 0,90 |
| hanesan % PIB naun petrolíferu | 0.04% | 0.04% | 0.04% | 0.04% | 0.03% | 0.03% | 0.03% | 0.03% | 0.03% | 0.02% |
| hanesan % Despeza Públika | 0.07% | 0.07% | 0.07% | 0.07% | 0.06% | 0.06% | 0.06% | 0.06% | 0.05% | 0.05% |

5.4 Projesaun kona-ba kustu no número benefisiáriu sira haree ba ENPS nia implementasaun totál

Iha seksaun ikus kapitulu ida-ne'e nian, ita apresenta komparasaun entre variasaun totál número benefisiáriu sira-nian no kustu sira husi realizaun totál ENPS nia vizaun ba protesau sasiál iha Timór-Leste to'o iha tinan 2030.

Kona-ba senáriu *Status Quo*, alterasaun úniku ba programa sira refere ba prestasaun nia ajustamentu atu bele mantein sira-nia valór real konstante.

Importante atu subliña katak reforma sira-ne'ebé propostu no analizada iha kapitulu ida-ne'e reprezenta ENPS nia senáriu ambisiosu liu bainhira implementa totalidade ENPS to'o iha tinan 2030. Planu implementasaun ba kurtu no médiu prazu presiza haklean análise kona-ba kustu sira ne'ebé relaciona ho ezekusaun ENPS nian hodi identifika alterasaun propostu posível atu implementa iha tinan idaidak to'o ENPS nia realizaun totál to'o iha tinan 2030.

Tabela 21: Estimativa no projesaun kona-ba kustu no número benefisiáriu sira husi implementasaun totál ENPS nian (2021-30)

| Parámetru sira | 2021 | 2022 | 2023 | 2024 | 2025 | 2026 | 2027 | 2028 | 2029 | 2030 |
|-------------------------------------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|
| Status Quo | | | | | | | | | | |
| Número Benefisiáriu sira | 670 514 | 671 577 | 672 485 | 673 268 | 673 837 | 673 994 | 674 075 | 674 480 | 675 260 | 676 740 |
| Kustu Projetadu (USD Millaun) | 67,1 | 68,7 | 70,0 | 71,4 | 72,9 | 74,5 | 76,3 | 78,2 | 80,2 | 82,3 |
| hanesan % PIB naun petrolíferu nian | 3.5% | 3.4% | 3.2% | 3.0% | 2.8% | 2.7% | 2.5% | 2.4% | 2.3% | 2.1% |
| hanesan % Despeza Públika | 6.0% | 5.8% | 5.7% | 5.5% | 5.4% | 5.2% | 5.0% | 4.9% | 4.8% | 4.7% |
| Reforma Proposta | | | | | | | | | | |
| Número Benefisiáriu sira | 823 351 | 823 183 | 823 090 | 823 100 | 823 108 | 823 295 | 823 883 | 824 795 | 826 083 | 828 071 |
| Kustu Projetadu (USD Millaun) | 121,9 | 123,7 | 125,2 | 126,6 | 128,1 | 129,8 | 131,7 | 133,6 | 135,8 | 138,0 |
| hanesan % PIB naun petrolíferu nian | 5.2% | 5.0% | 4.7% | 4.4% | 4.1% | 3.9% | 3.6% | 3.4% | 3.2% | 3.0% |
| hanesan % Despeza Públika | 8.9% | 8.6% | 8.3% | 8.0% | 7.8% | 7.5% | 7.2% | 7.0% | 6.8% | 6.6% |
| Diferensa Totál | | | | | | | | | | |
| Número Benefisiáriu sira | 152 837 | 151 606 | 150 605 | 149 832 | 149 271 | 149 301 | 149 808 | 150 315 | 150 823 | 151 330 |
| Kustu Projetadu (USD millaun) | 54,9 | 55,0 | 55,2 | 55,2 | 55,2 | 55,3 | 55,4 | 55,5 | 55,6 | 55,7 |
| hanesan % PIB naun petrolíferu nian | 1.7% | 1.6% | 1.5% | 1.4% | 1.3% | 1.2% | 1.1% | 1.0% | 0.9% | 0.9% |
| hanesan % Despeza Públika | 2.9% | 2.8% | 2.6% | 2.5% | 2.4% | 2.3% | 2.2% | 2.1% | 2.0% | 1.9% |

Introdusaun husi alterasaun sira hotu ne'ebé ENPS propoin hahú husi tinan dahuluk implementasaun nian bele reprezenta aumentu boot liu 22% ba número benefisiáriu sira-nian. Ne'e signífika katak, tinan-tinan, ema 150 000 liu bele benefisia husi programa protesau sasiál oiain. Iha tinan 2030, ida ne'e signífika benefisiáriu kuaze 830 000, aumentu signifikativu ida kompara ho benefisiáriu 676 740 karik la implementa reforma propostu nein ida'.

Kona-ba kustu sira, alterasaun ne'ebé ENPS propoin ba tinan dahuluk implementasaun nian bele reprezenta kustu adisional

de 1,7% do PIB não petrolífero, com o valor gradualmente diminuído até chegar aos 0,9 % do PIB em 2030. Em termos nominais, comparado com o *Status Quo*, os custos com programas de proteção social subiriam de 67 milhões de dólares para 122 milhões de dólares. Em 2030, o valor aumentaria para 138 milhões de dólares, embora este aumento seja menor do que aquele previsto para o crescimento económico durante o mesmo período.

Uma nota final é necessária para sublinhar que as estimativas apresentadas neste capítulo são baseadas nas projeções económicas apresentadas na secção 5.1. Alterações no contexto demográfico e socioeconómico do país levarão sempre a um desvio das estimativas apresentadas. Acresce ainda que, muitos dos dados utilizados na modelação dos indicadores económicos usam períodos mais distantes da realidade atual, como é o caso dos Censos de 2015, os números oficiais observados para as variáveis em questão serão sempre diferentes das estimativas aqui apresentadas. No entanto, estas estimativas representam as estimativas e projeções mais aproximadas com base nos dados disponíveis. Os documentos de implementação de curto e médio prazo deverão considerar no futuro uma atualização destas estimativas com base em dados mais recentes assim que estejam disponíveis.

Anexo I: Lista de Atividades Prioritárias da ENPS

A Tabela 22 apresenta todas as atividades prioritárias identificadas na ENPS e o respetivo ano em que irão ser implementadas.
Tabela 22: Lista Completa de Atividades Prioritárias da ENPS

| Número de Atividade | Descrição da Atividade | CURTO PRAZO | | | MÉDIO PRAZO | | | LONGO PRAZO | | | |
|---|--|-------------|------|------|-------------|------|------|-------------|------|------|------|
| | | 2021 | 2022 | 2023 | 2024 | 2025 | 2026 | 2027 | 2028 | 2029 | 2030 |
| Objetivo 1 – Redução da Pobreza | | | | | | | | | | | |
| 1.1. Expandir o apoio aos grupos mais vulneráveis | | | | | | | | | | | |
| 1.1.1 | Avaliar a incidência, adequação e potencial impacto dos programas nos grupos mais vulneráveis, (incluindo desagregação por género), bem como as oportunidades para melhorar a eficiência e eficácia do sistema de proteção social. | | X | X | | | | | | | |
| 1.1.2 | Rever e aprovar a política nacional para pessoas portadoras de deficiência | X | X | | | | | | | | |
| 1.1.3 | Desenvolver uma tabela de incapacidades para padronizar a identificação de tipos e níveis de invalidez/incapacidade. | X | X | | | | | | | | |
| 1.1.4 | Tornar universal a cobertura de crianças portadoras de deficiência pelo programa Bolsa da Mãe, com um benefício de montante semelhante ao do SAIL. | | X | | | | | | | | |
| 1.1.5 | Estabelecer o Conselho Nacional de Integração de Pessoas portadoras de Deficiência com representação igualitária entre homens e mulheres. | X | X | | | | | | | | |
| 1.1.6 | Ratificar a Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiências. | | X | | | | | | | | |
| 1.1.7 | Avaliar a criação de provisões para o apoio a trabalhadores(as) rurais que percam a sua produção/colheita. | | | X | X | X | X | X | X | | |
| 1.2. Melhorar o sistema de transferências sociais monetárias | | | | | | | | | | | |
| 1.2.1 | Desenvolver um indicador para a indexação do valor dos benefícios de proteção social, que seja independente do valor do salário mínimo da função pública. | | X | X | | | | | | | |
| 1.2.2 | Verificar a possibilidade de introduzir no SAIL e Bolsa da Mãe de um teste de afluência, que leve em conta os dados do regime contributivo e outras fontes de dados disponíveis no Governo. | | X | X | | | | | | | |
| 1.2.3 | Começar a aplicação anual do novo indicador de indexação a todos os programas que envolvem transferências monetárias. | | | X | X | X | X | X | X | X | X |
| 1.2.4 | Desenvolver um sistema de pagamento de benefícios único e integrado para todos os programas de proteção social. | | X | X | | | | | | | |
| 1.2.5 | Reforçar a informatização e desenvolver opções de digitalização de processos operacionais de apoio à gestão e implementação das transferências sociais monetárias. | X | X | X | | | | | | | |
| 1.3 Aumentar o Apoio à Nutrição | | | | | | | | | | | |
| 1.3.1 | Tornar universal o programa Bolsa da Mãe para crianças de até 3 anos de idade. | X | X | X | X | | | | | | |
| 1.3.2 | Rever os processos de implementação do programa Merenda Escolar, incluindo os processos de compra, preparação de alimentos, seleção de fornecedores respeitando padrões de qualidade e transparência. | X | X | X | X | | | | | | |
| 1.3.3 | Rever o menu escolar de forma a suprir as necessidades nutricionais das crianças. | X | X | X | X | | | | | | |
| 1.3.4 | Coordenar intervenções de proteção social com programas de Educação Alimentar, Nutricional e de Higiene junto às comunidades. | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X |

1.7% PIB naun petrolíferu, no valór ne'e tuun ho maneira gradual to'o atinje 0.9 % PIB nian iha tinan 2030. Tuir termus nominais, kompara ho *Status Quo*, kustu sira ho programa protesaun sosiál bele sae husi dólar millaun 67 ba dólar millaun 122. Iha tinan 2030, valór bele sae ba dólar millaun 138, maski aumentu ne'e kiik liu duké ida ne'ebé prevee ba kreximentu ekonómiku iha período ne'ebé hanesan.

Presiza nota ikus atu subliña katak estimativa sira ne'ebé apresenta iha kapitulu ne'e bazeia ba projesaun ekonómika ne'ebé apresenta iha seksaun 5.1. Alterasaun ba kontestu demográfiku no sosioekonómiku nasaun nian sei hamosu desviu ba estimativa ne'ebé apresenta. Aumenta tan katak, dadus barak ne'ebé utiliza ba indikadór ekonómiku sira-nia modelasaun mak uza período dook liu husi realidade atual, hanesan kazu Sensus 2015, número oficial sira observadu ba variável sira sei lahanesan ho estimativa hirak-ne'ebé apresenta iha ne'e. Maibé, estimativa hirak-ne'e representa estimativa no projesaun ne'ebé besik liu bazeia ba dadu sira ne'ebé disponível. Dokumentu implementasaun na kurtu no médiu prazu, iha tempu oin mai, presiza konsidera estimativa hirak-ne'e sira-nia atualizasaun bazeia ba dadu sira resente liu bainhira disponível ona.

Aneksu I: Lista kona-ba Atividade Prioritária ENPS nian

Tabela 22 apresenta atividade prioritária hotu-hotu ne'ebé identifika iha ENPS, nomós tinan ida-ne'ebé atividade hirak-ne'e tenke implementa.

Tabela 22: Lista Kompletu kona-ba Atividade Prioritária ENPS nian

| Atividade nia Número | Deskrisaun ba Atividade | KURTU PRAZU | | | MÉDIU PRAZU | | | LONGU PRAZU | | | |
|---|--|-------------|------|------|-------------|------|------|-------------|------|------|------|
| | | 2021 | 2022 | 2023 | 2024 | 2025 | 2026 | 2027 | 2028 | 2029 | 2030 |
| Objetivu 1 – Hamenus Kiak | | | | | | | | | | | |
| 1.1. Habelar apoiu ba grupu sira ne'ebé vulnerável liu | | | | | | | | | | | |
| 1.1.1 | Avalia impaktu husi programa sira-nia insidénsia, adekuasaun no impaktu potencial ba grupu sira ne'ebé vulnerável liu, (inklui dezagregasaun tuir jéneru), nomós oportunidade hodi hadia efisiénsia no efikásia sistema protesaun sosiál nian. | | X | X | | | | | | | |
| 1.1.2 | Revee no aprova política nasionál ba ema ho defisiénsia | X | X | | | | | | | | |
| 1.1.3 | Dezenvolve tabela inkapasidade sira-nian ida hodi kria padraun atu identifika tipu no nível invalidés/inkapasidade. | X | X | | | | | | | | |
| 1.1.4 | Nakfila kobertura ba labarik sira ho defisiénsia universál liuhusi programa Bolsa da Mãe, ho benefísiu ida ho montante hanesan ho SAI nian. | | X | | | | | | | | |
| 1.1.5 | Estabelese Konsellu Nasionál Integrasaun Ema ho Defisiénsia ho representasaun igualitária entre mane no feto. | X | X | | | | | | | | |
| 1.1.6 | Ratifika Konvensaun Internasionál Direitus ba Ema ho Defisiénsia. | | X | | | | | | | | |
| 1.1.7 | Halo avaliasaun kona-ba kriausaun provizaun hodi fó apoiu ba traballadór rural ne'ebé lakon sira-nia produsaun/kolleita. | | | X | X | X | X | X | X | | |
| 1.2. Hadia sistema transferénsia sosiál monetária | | | | | | | | | | | |
| 1.2.1 | Dezenvolve indikadór ida ba indeksasaun husi valór benefísiu protesaun sosiál sira-nia, ne'ebé independente husi valór saláriu mínimu funsaun pública nian. | | X | X | | | | | | | |
| 1.2.2 | Verifika possibilidade introdusaun teste afluénsia ida ba SAI no Bolsa da Mãe, ne'ebé konsidera dadus rejime kontributivu nian no fonte dadus Governu nian sira seluk ne'ebé disponível. | | X | X | | | | | | | |
| 1.2.3 | Hahú aplikasaun anuál husi indikadór indeksasaun foun ba programa sira hotu ne'ebé envolve transferénsia monetária. | | | X | X | X | X | X | X | X | X |
| 1.2.4 | Dezenvolve sistema pagamentu benefísiu sira-nian ida ne'ebé úniku no integradu ba programa protesaun sosiál sira hotu. | | X | X | | | | | | | |
| 1.2.5 | Haforsa informatizasaun no dezenvolve opsaun atu digitaliza prosesu operacional sira ne'ebé fó apoiu ba jestaun no implementasaun transferénsia sosiál monetária. | X | X | X | | | | | | | |
| 1.3 Aumenta Apoiu ba Nutrisaun | | | | | | | | | | | |
| 1.3.1 | Nakfila programa Bolsa da Mãe ba universal ba labarik sira ho idade to'o tinan 3. | X | X | X | X | | | | | | |
| 1.3.2 | Revee prosesu implementasaun programa Merenda Eskolár, inklui prosesu hodi sosa no prepara ai-han, prosesu hili forneseadór sira no respeita padraun kualidade no transparénsia. | X | X | X | X | | | | | | |
| 1.3.3 | Revee menu eskolár ho maneira ne'ebé bele hatán ba labarik sira-nia nesiedade nutrisiónál. | X | X | X | X | | | | | | |
| 1.3.4 | Kordena protesaun sosiál nia intervensaun liuhusi programa Edukasaun Alimentár, Nutrisiónál no Ijiene besik bomunidade sira. | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X |

| 1.4 Facilitar o Acesso à Saúde e à Educação | | | | | | | | | | |
|--|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1.4.1 | Propor formas de melhorar o serviço de ambulâncias, facilitando o contacto com o serviço, ampliando a sua disponibilidade e reduzindo os tempos de resposta. | | X | X | X | | | | | |
| 1.4.2 | Estudar a viabilidade de reembolsar gastos privados com transporte até aos serviços de saúde em situações de emergência e para pessoas em situações vulneráveis. | | | | | X | X | X | X | |
| 1.4.3 | Avaliar os custos e impactos envolvidos em tornar os programas SISCA e Saúde na Família mais regulares e previsíveis, com maior frequência de visitas e com uma mais vasta gama de serviços oferecidos às comunidades e todos os cidadãos. | | X | X | X | X | X | X | X | |
| 1.4.4 | Integrar, na medida do possível, informação entre provisão de serviços de saúde e provisão de benefícios sociais, incluindo os seus respetivos registos e bases de dados administrativos. | | | | | X | X | X | X | X |
| 1.4.5 | Criar mecanismos para reduzir os custos associados ao acesso à saúde ou incentivos para que mães compareçam nos exames pré-natal e pós-parto. | | X | X | X | | | | | |
| 1.4.6 | Rever a possibilidade de integrar os incentivos para as mães comparecerem nos exames pré-natal e pós-parto no programa Bolsa da Mãe. | X | X | X | X | X | X | X | X | X |
| 1.4.7 | Realizar ações de educação e sensibilização relacionadas com a saúde, eliminando as barreiras que limitam acesso aos serviços nos programas de proteção social. | X | X | X | X | X | X | X | X | X |
| 1.4.8 | Estudar medidas para eliminar as barreiras de acesso à escola, levando em conta estudos já desenvolvidos. | X | X | X | X | | | | | |
| 1.4.9 | Promover a importância da educação e os seus retornos de longo prazo, reconhecendo o papel da proteção social como um facilitador para esse processo. | X | X | X | X | X | X | X | X | X |
| 1.5 Fortalecer a Prevenção e Resposta a Desastres | | | | | | | | | | |
| 1.5.1 | Delimitar as responsabilidades estratégicas e operacionais das diferentes instituições do governo na resposta a situações de desastres naturais, crises humanitárias e outros choques covariados. | X | X | | | | | | | |
| 1.5.2 | Explorar as opções do reforço da capacidade da proteção social na prevenção e resposta a situações de desastres naturais, crises humanitárias e outros choques covariados, através da flexibilização e adaptação de programas e sistemas, incluindo integração de sistemas de informação. | X | X | X | X | | | | | |
| Objectivo 2 - Melhorar e Expandir a Segurança Social para os Trabalhadores | | | | | | | | | | |
| 2.1 Desenvolver o Sistema de Segurança Social Contributivo | | | | | | | | | | |
| 2.1.1 | Consolidar o Regime de Segurança Social Contributiva. | X | X | X | X | X | | | | |
| 2.1.2 | Estudar a introdução de uma provisão no caso de doença, incluindo um regime especial para casos de doenças que colocam em causa a saúde pública. | X | X | | | | | | | |
| 2.1.3 | Garantir o envolvimento e participação de todas as partes interessadas no regime de Segurança Social Contributiva, especialmente os parceiros sociais. | X | X | | | | | | | |
| 2.1.4 | Criar e regulamentar o valor para a pensão mínima. | X | X | | | | | | | |
| 2.1.5 | Verificar a possibilidade de implantação de Proteção para o Desemprego. | | | X | X | X | | | | |
| 2.1.6 | Explorar a possibilidade de implantação de um abono família. | | | | | | | X | X | X |
| 2.2 Desenvolver o Instituto Nacional de Segurança Social (INSS) | | | | | | | | | | |
| 2.2.1 | Desenvolver o INSS como uma instituição moderna, eficiente e transparente. | X | X | X | X | X | X | X | X | |
| 2.2.2 | Explorar as oportunidades de sinergias e ganhos de escala na integração dos regimes de segurança social contributiva e não contributiva. | X | X | X | X | | | | | |
| 2.2.3 | Estudar a possibilidade de criar o cargo de inspetores de segurança social. | X | X | | | | | | | |
| 2.2.4 | Criar mecanismos para que trabalhadores em empregos informais, agricultura de subsistência e outros trabalhos vulneráveis, participem do sistema de segurança social. | X | X | X | X | | | | | |

| 1.4 Fasilita Asesu ba Saúde no ba Edukasaun | | | | | | | | | | |
|--|--|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1.4.1 | Propoin maneira oinsá bele hadia servisu ambulánsia sira-nian, fasilita kontaktu ho servisu, habelar nia disponibilidade no hamenus tempu resposta sira-nian. | | X | X | X | | | | | |
| 1.4.2 | Estuda viabilidade hodi fô reembolsu ba gastu privadu ho transporte to'o iha fatin servisu saúde bainhira situasaun emerjénsia no ba ema iha situasaun vulnerável. | | | | | X | X | X | X | |
| 1.4.3 | Avalia kustu no impaktu envolvidu hodi halo programa SISCA no Saúde na Família regular no previsível liu, ho aumentu husi frekuénsia vizita sira-nian no oferesse servisu barak liu ba comunidade no ba sidadaun hotu-hotu. | | X | X | X | X | X | X | X | |
| 1.4.4 | Integra, tuir possibilidade ne'ebé iha, informasaun entre provizaun servisu saúde nian no provizaun benefísiu sosiál sira, inklui sira-nia rejistu rasik no baze dadu administrativu sira. | | | | | X | X | X | X | X |
| 1.4.5 | Kria mekanizmu hodi hamenus kustu ne'ebé relaciona ho asesu ba saúde ka insentivu ba inan sira ne'ebé tuir ezame pré-natal no pós-partu. | | X | X | X | | | | | |
| 1.4.6 | Revee possibilidade hodi integra insentivu atu inan sira bele tuir ezame pré-natal no pós-partu iha programa Bolsa da Mãe. | X | X | X | X | X | X | X | X | X |
| 1.4.7 | Realiza asaun edukasaun no sensibilizasaun ne'ebé relaciona ho saúde, no halakon barreira ne'ebé limita asesu ba servisu ba programa protesaun sosiál sira-nian. | X | X | X | X | X | X | X | X | X |
| 1.4.8 | Estuda medida hodi halakon barreira asesu ba eskola, haree ba estudu sira ne'ebé desenvolve ona. | X | X | X | X | | | | | |
| 1.4.9 | Promove importánsia husi Edukasaun no nia retornu ba longu prazu, no rekoñese protesaun sosiál nia knaar nu'udar fasilidadór ba prosesu ne'e. | X | X | X | X | X | X | X | X | X |
| 1.5 Haforsa Prevenasaun no Resposta ba Dezastre | | | | | | | | | | |
| 1.5.1 | Delimita responsabilidade estratéjika no operasionál husi governu nia instituisaun oioin hodi hatán ba situasaun dezastre natural, krize umanitariu no xoke oioin sira seluk. | X | X | | | | | | | |
| 1.5.2 | Esplora opsaun hodi haforsa kapasidade protesaun sosiál kona-ba prevenasaun no resposta ba situasaun dezastre natural, krize umanitariu no xoke oioin sira seluk, liuhusi flexibilizasaun no adaptasaun programa no sistema sira, inklui sistema informasaun sira-nia integrasaun. | X | X | X | X | | | | | |
| Objetivu 2 – Hadia no Habelar Seguransa Sosiál ba Trabalhador sira | | | | | | | | | | |
| 2.1 Desenvolve Sistema Seguransa Sosiál Kontributivu | | | | | | | | | | |
| 2.1.1 | Konsolida Rejime Seguransa Sosiál Kontributivu. | X | X | X | X | X | | | | |
| 2.1.2 | Estuda oinsá introdús provizaun ida ba kazu moras, inklui rejime espezial ida ba kazu moras ne'ebé harisku saúde pública nian. | X | X | | | | | | | |
| 2.1.3 | Garante katak parte interesadu sira hotu iha rejime Seguransa Sosiál Kontributivu envolve aan, liuliu parseiru sosiál sira. | X | X | | | | | | | |
| 2.1.4 | Kria no regulamenta pensaun mínima nia valór. | X | X | | | | | | | |
| 2.1.5 | Verifika possibilidade hodi implementa Protesaun ba Dezempregu. | | | X | X | X | | | | |
| 2.1.6 | Esplora possibilidade hodi implementa abonu família. | | | | | | X | X | X | X |
| 2.2 Desenvolve Institutu Nasionál Seguransa Sosiál (INSS) | | | | | | | | | | |
| 2.2.1 | Dezenvolve INSS nu'udar instituisaun ida ne'ebé modernu, efisiente no transparente. | X | X | X | X | X | X | X | X | |
| 2.2.2 | Esplora oportunidade sinergia no gañu eskala nian iha integrasaun rejime seguransa sosiál kontributivu no naun kontributivu. | X | X | X | X | | | | | |
| 2.2.3 | Estuda possibilidade hodi kria kargu ba inspetór seguransa sosiál nian. | X | X | | | | | | | |
| 2.2.4 | Kria mekanizmu atu traballador sira iha empregu informál, agrikultura subsisténsia no traballu vulnerável seluk, bele partisipa iha sistema seguransa sosiál. | X | X | X | X | | | | | |

| Objetivo 3 – Desenvolvimento Institucional | | | | | | | | | | | |
|---|--|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 3.1 Coordenação e Integração de Programas | | | | | | | | | | | |
| 3.1.1 | Desenvolver um modelo de coordenação interministerial entre os vários programas sociais, visando aumentar a eficácia e eficiência dos programas e atividades previstas na ENPS. | X | | | | | | | | | |
| 3.1.2 | Promover a coordenação operacional dos diferentes programas de proteção social que interagem entre si. | X | X | | | | | | | | |
| 3.1.3 | Estender e ampliar a coordenação operacional e os serviços descentralizados. | X | X | X | X | X | | | | | |
| 3.1.4 | Explorar ações de harmonização e coordenação dos serviços de tecnologias de informação e as bases de dados entre os programas de proteção social. | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X |
| 3.1.5 | Integrar os programas de trabalhos públicos, Emprego Rural e Estradas para o Desenvolvimento, para evitar duplicação de esforços, aproveitar economias de escala e melhorar a eficiência do sistema. | | X | X | X | X | X | | | | |
| 3.2 Capacitação dos Recursos Humanos | | | | | | | | | | | |
| 3.2.1 | Criar de um plano de desenvolvimento de capacidades para as atividades de proteção social tendo por base a análise e a sistematização das capacidades atuais. | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X |
| 3.2.2 | Explorar as oportunidades do Fundo de Desenvolvimento de Capital Humano de forma sistemática para responder às necessidades de capacitação de recursos humanos, assegurando a paridade de género. | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X |
| 3.2.3 | Promover cursos de formação na área da proteção social. | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X |
| 3.2.4 | Criar e formar equipas na área de proteção social para que possam prestar apoio ao nível descentralizado. | X | X | X | X | X | | | | | |
| 3.3 Desenvolver um Sistema de Monitorização e Avaliação | | | | | | | | | | | |
| 3.3.1 | Criar um grupo de trabalho interinstitucional cuja missão será desenvolver o sistema de M&A da ENPS e preparar o trabalho na área das estatísticas e indicadores de proteção social nacional. | X | X | | | | | | | | |
| 3.3.2 | Analisar os custos, recursos e informações necessárias para o desenvolvimento de trabalho na área das estatísticas e indicadores de proteção social nacional. | X | X | | | | | | | | |
| 3.3.3 | Analisar a possibilidade de criar uma unidade transversal de M&A na orgânica do MSSI. | X | X | | | | | | | | |
| 3.4 Fortalecer as Bases Legais da Proteção Social | | | | | | | | | | | |
| 3.4.1 | Criar da Lei de Bases de Proteção Social e a respetiva regulamentação. | X | X | | | | | | | | |
| 3.4.2 | Rever a legislação vigente de proteção social. | X | X | X | | | | | | | |
| 3.5.3 | Fortalecer a base legal dos programas que têm vindo a ser implementados apenas através de decreto ministerial. | X | X | X | X | | | | | | |
| 3.5 Melhoria do Financiamento e Planeamento Orçamental | | | | | | | | | | | |
| 3.5.1 | Realizar planeamentos orçamentais plurianuais, tendo em conta as mudanças demográficas e da procura por direitos e serviços no curto, médio e longo prazos. | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X |
| 3.5.2 | Efetuar uma análise da despesa que permite refletir sobre a alocação das despesas de forma efetiva. | | X | X | | | | | | | |
| 3.5.3 | Realizar planeamento integrado da proteção social envolvendo os parceiros de desenvolvimento | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X |

| Objetivu 3 – Dezenvolvimentu Institusionál | | | | | | | | | | | |
|--|--|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 3.1 Programa sira-nia Kordenasaun no Integrasaun | | | | | | | | | | | |
| 3.1.1 | Dezenvolve modelu kordenasaun interministerial nian ida entre programa sosiál oiain, hodi aumenta programa no atividade previstu iha ENPS sira-nia efikásia no efisiénsia. | X | | | | | | | | | |
| 3.1.2 | Promove kordenasaun operasionál kona-ba programa protesaun sosiál oiain ne'ebé iha interasaun ba malu. | X | X | | | | | | | | |
| 3.1.3 | Haluan no habelar kordenasaun operasionál no servisu dexentralizadu. | X | X | X | X | X | | | | | |
| 3.1.4 | Explora asaun armonizasaun no kordenasaun servisu teknolojia informasaun sira no baze dadus entre programa protesaun sosiál sira-nian. | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X |
| 3.1.5 | Integra programa traballu públiku, Empregu Rural no Dalan ba Dezenvolvimentu, hodi evita duplikasaun esforsu, aproveita ekonomia eskala nian no hadia sistema nia efisiénsia. | | X | X | X | X | X | | | | |
| 3.2 Kapasitasaun Rekursus Umanus | | | | | | | | | | | |
| 3.2.1 | Kria planu dezenvolvimentu kapasidade sira-nian ida ba atividade protesaun sosiál bazeia ba análise no sistematizasaun kona-ba kapasidade atual. | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X |
| 3.2.2 | Explora oportunidade sira husi Fundu Dezenvolvimentu Kapital Umanu ho maneira sistemátika hodi hatán ba nesesidade kapasitasaun rekursus umanus, no assegura paridade jéneru. | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X |
| 3.2.3 | Promove kursu formasaun iha área protesaun sosiál. | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X |
| 3.2.4 | Kria no forma ekipa iha área protesaun sosiál hodi bele fó apoiu iha nível dexentralizadu. | X | X | X | X | X | | | | | |
| 3.3 Dezenvolve Sistema Monitorizasaun no Avaliasaun nian ida | | | | | | | | | | | |
| 3.3.1 | Kria grupu traballu interinstitusionál ho misaun atu dezenvolve sistema M&A ENPS nian no prepara traballu iha área estatística no indikadór protesaun sosiál nasional sira-nian. | X | X | | | | | | | | |
| 3.3.2 | Analiza kustu, rekursu no informasaun sira nesesáriu ba dezenvolvimentu traballu iha área estatística no indikadór protesaun sosiál nasional sira nian. | X | X | | | | | | | | |
| 3.3.3 | Analiza possibilidade hodi kria unidade ida transversál M&A nian iha MSSI nia orgánika. | X | X | | | | | | | | |
| 3.4 Fortalese Baze Legál Protesaun Sosiál nian | | | | | | | | | | | |
| 3.4.1 | Kria Lei Baze Protesaun Sosiál nian no ninia regulamentasaun rasik. | X | X | | | | | | | | |
| 3.4.2 | Halo revizaun ba lejislasaun protesaun sosiál ne'ebé vigora. | X | X | X | | | | | | | |
| 3.5.3 | Haforsa baze legál husi programa sira ne'ebé implementa ona liuhusi de'it dekretu ministeriál. | X | X | X | X | | | | | | |
| 3.5 Hadia Finansiamentu no Planeamentu Orsamentál | | | | | | | | | | | |
| 3.5.1 | Halo planeamentu orsamentál plurianuál, haree ba mudansa demográfika no prokura direitus no servisu sira iha kurtu, médiu no longu prazu. | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X |
| 3.5.2 | Halo análise kona-ba despeza ne'ebé permite halo refleksaun kona-ba alokasaun despeza ho maneira efetivu. | | X | X | | | | | | | |
| 3.5.3 | Halo planeamentu integradu protesaun sosiál nian liuhusi envolvimentu parseiru dezenvolvimentu sira | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X |